

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES

PLANEJAMENTO TERRITORIAL SOB A ÓTICA GEOGRÁFICA: ABORDAGEM DA
DINÂMICA ESPACIAL EM ADRIANÓPOLIS - PR PARA A CONSTRUÇÃO DE
UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO (UEG's)

PONTA GROSSA
2025

KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES

PLANEJAMENTO TERRITORIAL SOB A ÓTICA GEOGRÁFICA: ABORDAGEM DA
DINÂMICA ESPACIAL EM ADRIANÓPOLIS - PR PARA A CONSTRUÇÃO DE
UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO (UEG's)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do Grau de Bacharela em
Geografia, do Departamento de Geociências, da
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat

PONTA GROSSA
2025

KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES

PLANEJAMENTO TERRITORIAL SOB A ÓTICA GEOGRÁFICA: ABORDAGEM DA
DINÂMICA ESPACIAL EM ADRIANÓPOLIS - PR PARA A CONSTRUÇÃO DE
UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO (UEG's)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do Grau de Bacharela em
Geografia, do Departamento de Geociências, da
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 14 de Novembro de 2025.

Profº Drº Marcio Jose Ornat – Orientador
Doutor em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profº Drº Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Doutor em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profº Drº Celbo Antonio da Fonseca Rosas
Doutor em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

ATA

FOLHA DE APROVAÇÃO ATA DE DEFESA

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, por meio de plataforma eletrônica virtual (google meet), a Banca Examinadora composta pelos professores Márcio José Ornat (Presidente-Orientador), Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Membro) e Celbo Antonio da Fonseca Rosas (Membro), para proceder à análise do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES, concluinte do Bacharelado em Geografia, intitulado “Planejamento Territorial sob a ótica Geográfica: abordagem da dinâmica espacial em Adrianópolis - PR para a construção de unidades espaciais de gestão (UEG's)”.

Aberta a sessão, a autora dispôs de vinte minutos para a apresentação de seu trabalho, sendo posteriormente arguida pelos integrantes da banca. Concluídas as etapas de avaliação, verificou-se que a média das notas atribuídas pelos três avaliadores, acrescida da nota referente ao acompanhamento da elaboração do TCC, resultou na nota máxima final de 10,0 (dez).

Diante do desempenho apresentado, a Banca Examinadora declara o trabalho APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

- 1) Prof. Dr. Márcio José Ornat (presidente)
- 2) Prof. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (membro)
- 3) Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas (membro)



Documento assinado eletronicamente por **Nicolas Floriani, Professor(a)**, em 19/11/2025, às 11:07, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat, Professor(a)**, em 19/11/2025, às 11:11, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Goncalves Cunha, Professor(a)**, em 19/11/2025, às 11:22, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celbo Antonio da Fonseca Rosas, Professor(a)**, em 19/11/2025, às 12:04, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2891331** e o código CRC **98BF8EBF**.

TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, Kamila Cristina de Oliveira Antunes, de RG: 14.865.130-2, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e, portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica. Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual. Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada. Além disso, declaro ter sido orientado acerca das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003. Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 24 de novembro de 2025

 Documento assinado digitalmente
KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES
Data: 24/11/2025 13:36:43 -0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Acadêmico

AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui não foi trilhada sozinha, e por isso expresso minha profunda gratidão a todos que, de forma direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, quero agradecer à minha mãe Terezinha e meu pai Carlos por me darem a base, o amor, incentivo e apoio incondicional em todos os momentos, por mais difíceis que fossem. Sem vocês, eu não teria conseguido.

Agradeço também ao meu colega de turma e amigo da vida, Rafael dos Santos. São mais de doze anos de amizade e quatro anos de convívio em que pudemos desfrutar de tudo o que a Geografia poderia nos proporcionar, e estamos vencendo esta etapa juntos. Passamos tantas manhãs em estágio e em sala de aula, e concluímos que tudo isso valeu a pena. Vamos contribuir com o mundo sendo ótimos profissionais geógrafos.

Também agradeço a minha querida amiga e tia do coração Cleide Mara Lúcia Carneiro, que se preocupou comigo, foi companheira e me deu apoio ao longo da graduação, além de me fazer entender que a universidade atravessa barreiras e quebra tantos tabus que a sociedade nem percebe que existe.

Ao meu orientador, Marcio Jose Ornat, que contribuiu com discussões, sugestões, vivências e um grande apoio ao longo da graduação, visto que foi o professor que mais lutou pelo curso de Bacharelado em Geografia e que mais agiu para que nossa profissão fosse grandemente reconhecida. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho, e sua profissionalidade é minha inspiração.

Agradecimento especial ao João Matheus Grochovski Seraphim, onde encontrei minha paz e restabeleci toda minha energia para continuar meu trabalho. Hoje, sou eu quem entrega este trabalho depois de tanto esforço. Logo mais, será você que me fará brilhar os olhos de tanto orgulho. Nos unimos através da Geografia, então, aproveitaremos o espaço e o tempo que nos está destinado juntos.

Agradeço ainda aos colegas do laboratório de extensão LabPlan/Geocidades, que me auxiliaram quando precisei de algo e me fizeram companhia durante longas tardes. Mesmo com seus compromissos pessoais e a correria do dia a dia, estiveram presentes com palavras de incentivo e também apoio emocional. Menciono especialmente Victória Dimbarre, Eliane Carneiro, Vitor Cristian da Veiga, Marlon Vinicius, Hendrik e Saras Resende.

Também menciono aqui os professores que me guiaram para que eu pudesse entender mais sobre minha trajetória no curso e que compartilharam seus amores pela Geografia: Prof^a. Maria Lígia Cassol Pinto, Prof. Andrea Tedesco, Prof. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Prof. Joel Zubek Rosa, Prof^a Fabelis Manfron Pretto, Prof^a. Ana Paula Aparecida Ferreira Alves, Prof. Celbo Antonio da Fonseca Rosas e Prof. Brendo Francis Carvalho. Suas aulas e diálogos foram espetaculares e engrandecedores!

“Regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho.”
(Paulo César da Costa Gomes, 1995)

RESUMO

Este trabalho aborda a articulação entre planejamento e gestão no município de Adrianópolis, localizado no Vale do Ribeira, Paraná. Caracterizado por uma configuração espacial dispersa, fragilidades socioeconômicas e passivos ambientais decorrentes da mineração, o município apresenta desafios complexos para o desenvolvimento territorial sustentável. As Unidades Espaciais de Gestão (UEG's) se demonstram relevantes como uma ferramenta essencial para a subdivisão do território em zonas com características e necessidades semelhantes, permitindo diagnósticos mais precisos e a formulação de políticas públicas adaptadas à diversidade local. A utilização das UEG's facilita o tratamento diferenciado de áreas urbanas consolidadas, zonas rurais em declínio, núcleos tradicionais e espaços impactados ambientalmente, através de uma gestão integrada. A análise da dispersão espacial e da trama locacional, fundamentada nos conceitos de Paulo César da Costa Gomes, evidencia a fragmentação territorial e as conexões funcionais do município no contexto regional do Vale do Ribeira. Alguns dados geográficos e observações apresentados foram obtidos por meio de trabalho de campo realizado no município, o que enriqueceu a compreensão das dinâmicas locais. O estudo reforça a importância de um planejamento multiescalar e territorializado, que integre dimensões ambientais, sociais e econômicas, assegurando justiça espacial e sustentabilidade para Adrianópolis e regiões semelhantes.

Palavras-Chave: Adrianópolis; Unidades Espaciais de Gestão; Planejamento Territorial; Dispersão Espacial; Vale do Ribeira.

ABSTRACT

This study addresses the articulation between planning and management in the municipality of Adrianópolis, located in the Vale do Ribeira, Paraná. Characterized by a dispersed spatial configuration, socioeconomic fragilities, and environmental liabilities resulting from mining, the municipality faces complex challenges for sustainable territorial development. The importance of Spatial Management Units (Unidades Espaciais de Gestão - UEGs) is highlighted as an essential tool to subdivide the territory into zones with similar characteristics and needs, allowing for more precise diagnoses and the formulation of public policies adapted to local diversity. The application of UEGs facilitates differentiated treatment of consolidated urban areas, declining rural zones, traditional nuclei, and environmentally impacted spaces, promoting integrated and effective management. The analysis of spatial dispersion and locational networks, based on the concepts of Paulo César da Costa Gomes, reveals the territorial fragmentation and functional connections of the municipality within the regional context of Vale do Ribeira. Some data and observations were obtained through fieldwork conducted in the municipality, enriching the understanding of local dynamics. The study reinforces the importance of a multiscale and territorialized planning approach that integrates environmental, social, and economic dimensions, ensuring spatial justice and sustainability for Adrianópolis and similar regions.

Keywords: Adrianópolis; Spatial Management Units; Territorial Planning; Spatial Dispersion; Vale do Ribeira.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Localização do município e Localidades rurais presentes em Adrianópolis – PR.....	18
Mapa 2 – Bacias e Sub-bacias Hidrográficas do Município de Adrianópolis (PR).....	26
Mapa 3 – Unidades de Conservação presentes no município de Adrianópolis - PR.....	28
Mapa 4 – Tipos de solos presentes no Município de Adrianópolis - PR.....	32
Mapa 5 – Uso e Cobertura da Terra (2023) no município de Adrianópolis (PR).....	37
Mapa 6 – Estradas e Caminhos Rurais do município de Adrianópolis - PR.....	39
Mapa 7 – Comunidades Quilombolas cadastradas no INCRA - Adrianópolis - PR.....	43
Mapa 8 – Pessoas Residentes e Cor ou Raça Parda - Adrianópolis - PR - Censo 2022.....	45
Mapa 9 – Pessoas Residentes e Cor ou Raça Preta - Adrianópolis - PR - Censo 2022.....	46
Mapa 10 – Total de Pessoas presentes em cada Setor Censitário - Adrianópolis - PR - Censo 2022.....	50
Mapa 11 – Análise Geral sobre as atividades geradoras de tráfego - Adrianópolis - PR...54	
Mapa 12 – Mapa de Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional (Saúde, Educação, Cultural) no Município de Cerro Azul - PR.....	69
Mapa 13 – Mapa de Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional (Saúde, Educação, Cultural) no Município de Doutor Ulysses - PR.....	72
Mapa 14 – Mapa de Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional (Saúde, Educação, Cultural) no Município de Cerro Azul - PR.....	74
Mapa 15 – Mapa das Unidades Espaciais de Gestão (UEG's) de Adrianópolis - PR.....	89
Gráfico 1 – Crescimento Populacional no município de Adrianópolis - PR, entre os anos 1970 a 2022.....	21
Tabela 1 – Estrutura Fundiária dos Imóveis Rurais em Adrianópolis (PR), por grupos de área em Módulos Fiscais (MF) – 2018.....	36
Tabela 2 – Principais atividades produtivas identificadas em Adrianópolis - PR.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
CMEI's	Centro Municipal de Educação Infantil
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
GPS	Global Position System
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAT	Instituto Água e Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR-PR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LABPLAN	Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SGB	Serviço Geológico do Brasil
SHP	Shapefile
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEG's	Unidades Espaciais de Gestão
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS – PR	18
2.1	IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS, ECONÔMICAS E SOCIAIS	24
3	O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: INSTRUMENTOS E PRÁTICAS	58
3.1	ETAPAS E METODOLOGIAS DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES	62
3.2	A ARTICULAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO E GESTÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL.....	68
4	REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO: FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	76
4.1	UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA DISPERSÃO ESPACIAL E TRAMA LOCACIONAL	78
4.2	ANÁLISE COMPLEMENTAR	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICE A - Mapa referente a Localização do Município e Localidades Presentes em Adrianópolis - PR.....	112
	APÊNDICE B - Mapa referente às Bacias e Sub bacias Hidrográficas do Município de Adrianópolis - PR.....	113
	APÊNDICE C - Mapa referente às Unidades de Conservação presentes no Município de Adrianópolis - PR.....	114
	APÊNDICE D - Mapa referente aos Tipos de Solos presentes no Município de Adrianópolis - PR.....	115
	APÊNDICE E - Mapa referente ao Uso e Cobertura da Terra (2023) no Município de Adrianópolis - PR.....	116
	APÊNDICE F - Mapa referente às Estradas e Caminhos Rurais do Município de Adrianópolis - PR.....	117

APÊNDICE G - Mapa referente às Comunidades Quilombolas cadastradas no INCRA em Adrianópolis - PR.....	118
APÊNDICE H - Mapa referente às Pessoas Residentes e Cor ou Raça Parda em Adrianópolis - PR (Censo 2022).....	119
APÊNDICE I - Mapa referente às Pessoas Residentes e Cor ou Raça Preta em Adrianópolis - PR (Censo 2022).....	120
APÊNDICE J - Mapa referente ao Total de Pessoas presentes em cada Setor Censitário em Adrianópolis - PR (Censo 2022).....	121
APÊNDICE K - Mapa referente à Análise Geral sobre as Atividades Geradoras de Tráfego em Adrianópolis - PR.....	122
APÊNDICE L - Mapa referente à Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional no Município de Cerro Azul - PR.....	123
APÊNDICE M - Mapa referente à Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional no Município de Doutor Ulysses - PR.....	124
APÊNDICE N - Mapa referente à Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional no Município de Guaraqueçaba - PR.....	125
APÊNDICE O - Mapa referente às Unidades Espaciais de Gestão (UEGs) de Adrianópolis - PR.	126
APÊNDICE P - Relação Localidade por UEG - Adrianópolis - PR.....	127

1 INTRODUÇÃO

O planejamento urbano e regional vem se consolidando como uma ferramenta estratégica para a gestão territorial. Os desafios de ordenamento do espaço, distribuição populacional, preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico atravessam municípios de diferentes portes, e assumem configurações particulares nas chamadas cidades locais. A noção de “cidade local” é utilizada em diálogo com Milton Santos, entendida como a “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71). Adrianópolis, município situado no Vale do Ribeira paranaense, aproxima-se desse perfil de cidade local, pois apresenta população reduzida e baixa densidade demográfica, concentrando equipamentos e serviços voltados ao atendimento das necessidades básicas da população de seu entorno imediato, ao mesmo tempo em que carrega heranças ambientais vinculadas à mineração e abriga forte presença de comunidades tradicionais. Diante destes aspectos, é relevante analisar como funciona a lógica de ocupação e organização territorial, com vistas à construção de propostas que orientem o planejamento municipal a partir de uma perspectiva integrada.

A lógica de dispersão espacial e a fragmentação da ocupação do território, discutidas por Gomes (2002), se revelam como elementos centrais na análise da espacialidade de Adrianópolis - PR. Para o autor, o espaço urbano não pode ser lido apenas como uma disposição física de objetos, mas como produto de práticas socioespaciais, relações econômicas, disputas políticas e significados construídos por diferentes grupos sociais em uma sociedade fragmentada. Como afirma o próprio Gomes, “os princípios de coerência e lógica na dispersão das coisas sobre o espaço podem trazer à luz um novo ângulo para a compreensão de certas dinâmicas sociais e constituem a contribuição propriamente geográfica na análise dos fenômenos que habitualmente são estudados por áreas disciplinares vizinhas” (GOMES, 2002, p. 8).

Desde a década de 1980, e com maior ênfase após a Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, o fortalecimento de instrumentos como os Planos Diretores Municipais (PDMs) tem reforçado o planejamento como articulador de políticas públicas. Como argumenta Villaça, o PDM não pode ser tratado apenas como peça técnico-burocrática ou como um documento que existe “para ficar na gaveta”: “É fácil ter planos diretores; basta pagar por um - se a procura aumentar

o preço deverá cair - e se, por acaso, o fiscal (?) aparecer, abrir a gaveta e mostrá-lo.” (VILLAÇA, 2005, p. 18). Essa leitura evidencia que o plano diretor expressa disputas de interesse e de poder sobre o território, e não apenas uma modelagem neutra do espaço. Além disso, o Estatuto da Cidade determina que o plano diretor deve abranger todo o território municipal, urbano e rural (“o plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo”, art. 40, §2º), reforçando que seu escopo envolve também áreas rurais e dinâmicas produtivas locais (BRASIL, 2001). Nesse horizonte, a delimitação de Unidades Espaciais de Gestão (UEG) surge como proposta metodológica que articula os princípios do planejamento às singularidades ambientais, sociais e econômicas de Adrianópolis.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a lógica de dispersão espacial das características geográficas constituintes do município de Adrianópolis - PR, orientando a delimitação de Unidades Espaciais de Gestão Municipal¹.

Como objetivos específicos, busca-se: mapear as características ambientais do município; analisar a organização espacial das atividades produtivas; e examinar a distribuição espacial da população residente. A partir desses objetivos, espera-se oferecer subsídios técnicos e teóricos para o planejamento local, com foco em uma gestão territorialmente coerente.

O primeiro objetivo específico consiste em mapear as características ambientais do município de Adrianópolis - PR. Então, foram utilizados dados secundários provenientes de órgãos oficiais, como o Instituto Água e Terra (IAT), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PARANACIDADE e o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Com base nesses dados, foram elaborados mapas temáticos para a melhor compreensão sobre uso e cobertura da terra, os tipos de solos, recursos hídricos existentes e áreas de preservação. O tratamento das informações se deu por meio de técnicas de geoprocessamento de dados no *software* QGIS versão 3.34 *Prizren*, possibilitando a espacialização das variáveis ambientais e a identificação de padrões territoriais relevantes para a gestão.

O segundo objetivo específico visa analisar a organização espacial das atividades produtivas localizadas no município. Nessa etapa, foram realizadas

¹ Esta pesquisa está vinculada a execução do termo de convênio estabelecido entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Município de Adrianópolis - PR, que tem por objetivo a Revisão do Plano Diretor Participativo deste município (Resolução CA - N° 2024.291).

reuniões com a equipe do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR) em Adrianópolis, por meio do qual foram indicadas as localizações das principais atividades produtivas do município, os tipos existentes e suas rotas de escoamento, além da consulta ao Caderno Estatístico Municipal do IPARDES para acesso aos dados sistematizados por este órgão. A análise se concentrou na identificação dos principais eixos produtivos (como mineração e silvicultura de pinus), sua distribuição territorial e os vínculos estabelecidos entre essas atividades e as características ambientais. Os dados foram sistematizados e representados cartograficamente utilizando como base a cobertura e uso da terra do IAT, favorecendo uma leitura integrada entre espaço físico e uso produtivo.

O terceiro objetivo específico propõe examinar a distribuição espacial da população residente no município. Para isso, recorreu-se aos dados disponibilizados através do Censo Demográfico (IBGE, 2022), especialmente aos agregados por setores censitários que ajudam a compreender os padrões de ocupação em comunidades isoladas, bairros e aglomerados urbanos. Também houve a coleta de dados em campo entre os dias 06 e 08 de agosto de 2025, com o auxílio de Eduardo dos Santos Coelho (IDR-Adrianópolis) e Mauro Duarte Viante (Secretário de Agricultura do Município de Adrianópolis), a fim de obter as coordenadas das localidades rurais distribuídas no município por meio da utilização do *GPS Etrex Garmin 10 e 32x*.

Estes dados foram ainda complementados em outro campo, realizado no período de 23 e 27/09, visto que, diante de uma vasta dispersão das comunidades e da dificuldade de acesso, não foi possível visitar todas elas no mesmo período. Com a obtenção completa dos dados, foram elaborados mapas temáticos e identificadas áreas de concentração demográfica (através da quantidade de pessoas presentes por setor censitário), evidenciando a lógica de dispersão da população e suas implicações para o acesso a políticas públicas e serviços essenciais.

A partir desses procedimentos, a metodologia adotada permitiu não apenas a coleta de dados empíricos, mas também sua integração em uma base analítica coerente, que fundamenta a proposta de delimitação das Unidades Espaciais de Gestão municipal. A abordagem geográfica orientou-se por meio de uma leitura crítica do território, pautada na articulação entre forma, função e processo, conforme propõem autores como Santos (2002), Carlos (1996) e Corrêa (2000). O resultado surge como base para a construção de uma análise multiescalar, conectando os

elementos internos de Adrianópolis às dinâmicas mais amplas do Vale do Ribeira e ao debate amplo que existe sobre planejamento e gestão territorial.

Todas as ações que foram realizadas tanto no município, como no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, orientadas a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, ocorreram através da execução do Convênio de Cooperação Técnica e Científica que foi celebrado em 25 de novembro de 2024 (Resolução CA nº 2024.291), sob responsabilidade do Professor Doutor Geógrafo Marcio Jose Ornat e da Professora Doutora Engenheira Cartógrafa Andrea Tedesco.

A estrutura do presente trabalho está organizada em quatro capítulos principais, além das conclusões finais. O primeiro traz a introdução daquilo que será tratado ao longo do trabalho. O segundo capítulo apresenta a contextualização do município de Adrianópolis, incluindo uma descrição de seus aspectos históricos, ambientais, econômicos e sociais. O terceiro capítulo aborda o planejamento urbano e regional, discutindo os principais instrumentos e metodologias de elaboração dos Planos Diretores, com vasta ênfase na relação entre planejamento e gestão municipal. Por fim, o quarto capítulo discute os fundamentos e os procedimentos metodológicos da regionalização do espaço, além de desenvolver uma leitura geográfica da dispersão espacial e da trama locacional do território, e então, aplicá-los à realidade local para a delimitação de Unidades Espaciais de Gestão de Adrianópolis - PR e análise decorrente de seus resultados.

Com uma população estimada de 6.256 habitantes (IBGE, 2022), Adrianópolis é um dos municípios menos populosos do estado, apresentando baixa densidade demográfica (4,64 hab./km²) e características fortemente rurais, reconhecidas também pela tipologia experimental do IBGE para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza, segundo a qual o território municipal se insere predominantemente em áreas classificadas como rurais (IBGE, 2023, p. 109), com predomínio de pequenas propriedades, entendidas aqui como estabelecimentos agropecuários de reduzida extensão territorial, baseados majoritariamente no trabalho familiar e em produções de baixa escala, em consonância com a legislação agrária brasileira, que define a pequena propriedade rural como imóvel “de área até quatro módulos fiscais” (BRASIL, Lei nº 8.629/1993, art. 4º, II, a), e comunidades tradicionais, como quilombolas, que historicamente enfrentam dificuldades no acesso a políticas públicas básicas.

A história de Adrianópolis remonta a um ponto estratégico na divisa entre os Estados do Paraná e São Paulo durante as primeiras décadas do século XX, com ocupação inicial favorecida pela abertura das primeiras estradas de Bocaiúva do Sul até Ribeira, em 1694, passando pela localidade de Eptácio Pessoa, o que deu início à ocupação local, conforme descrito no Plano Municipal de Saneamento Básico de Adrianópolis (2011). Antes de 1920, essas terras pertenciam ao Estado de São Paulo. Após a abertura das estradas, tornaram-se um distrito de Bocaiúva do Sul, com uma vila formada por casas comerciais, igreja, residências, cartório e delegacia próprios (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ADRIANÓPOLIS, 2011, p.11).

Durante a Revolução Paulista de 1924 e a Revolução Getulista de 1930, a região foi palco de movimentações militares, e “até hoje é possível encontrar sinais destas lutas” (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ADRIANÓPOLIS, 2011, p.11). Nesse período, o distrito teve seu nome alterado de Eptácio Pessoa para Paranaí por motivos políticos. A construção da BR-476, em 1932, consolidou a ligação da região com Curitiba, favorecendo a circulação de pessoas e mercadorias.

Um marco para a consolidação do núcleo urbano ocorreu em 1937, quando o empresário português Adriano Seabra da Fonseca adquiriu uma mina local, dando origem à *Plumbum S.A.*, que se tornou “uma fonte motora na indústria regional, sendo responsável por maior parte dos empregos registrados na região” (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ADRIANÓPOLIS, 2011, p.12).

O distrito foi desmembrado de Bocaiúva do Sul em 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual nº 4.245/60⁴, criando oficialmente o município de Adrianópolis, com instalação em 15 de novembro de 1961 (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ADRIANÓPOLIS, 2011, p.12).

O encerramento das atividades da *Plumbum*, em 1995, não apenas desestruturou a economia local, mas também evidenciou como a lógica de organização territorial em Adrianópolis esteve historicamente subordinada a interesses externos e ao extrativismo mineral. Esta trajetória reforça o que Corrêa (2000) demonstra ao afirmar que:

a organização espacial é um reflexo e uma condição da sociedade. [...] Produto da ação humana ao longo do tempo, é o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra (CORRÊA, 2000, p. 67-68).

Dessa forma, o espaço reflete as relações sociais e seus conflitos, expressando as disputas entre os diferentes agentes que o produzem. A mineração não moldou apenas a base produtiva, mas também consolidou padrões de desigualdade socioespacial que permanecem até os dias atuais.

Sem um plano adequado de fechamento de mina e manejo de resíduos, os rejeitos do beneficiamento de chumbo foram dispostos diretamente sobre o solo, “sem qualquer tratamento prévio”, a poucos metros do rio Ribeira de Iguape, formando depósitos com concentrações elevadas de metais potencialmente tóxicos, sobretudo chumbo (Pb) e zinco (Zn). (KILLER, 2018).

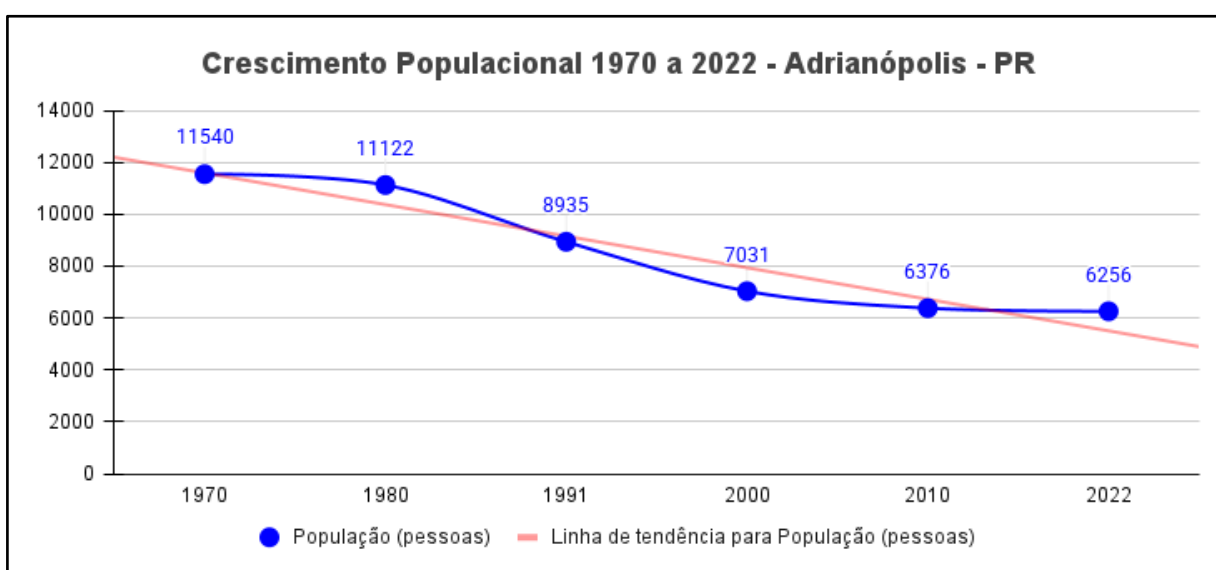
Pesquisas posteriores classificaram esse material como resíduo perigoso. Segundo Killer, a porção basal do depósito de rejeitos em Adrianópolis “apresenta elevadas concentrações de metais [...] sendo considerado um resíduo Classe I - Perigoso [...] requerendo maior cuidado e melhores condições de disposição final”. (KILLER, 2018, p. 122). Esse passivo ambiental não é apenas físico, visto que avaliações biomédicas realizadas na área rural do município registraram que “59,6% das crianças com idade entre 7 e 14 anos residentes nas comunidades de Vila Mota e Capelinha [...] apresentavam teores de chumbo no sangue acima até 4 vezes o valor identificado pelo [CDC] como fator de risco à saúde de crianças (10 µg/dL)”. (SGB/CPRM, s.d.).

⁴ Esta lei não cria apenas o município de Adrianópolis, mas também instituiu diversos outros municípios no Paraná, como Cidade Gaúcha, Telêmaco Borba, São José da Boa Vista, Ubatã e Marechal Cândido Rondon, entre outros. A lei pode ser acessada em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4245-1960-parana-cria-no-quadro-territorial-do-estado-os-municipios-que-especifica>.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam uma queda acentuada no número de habitantes ao longo dos anos. Em 1970, a população era de aproximadamente 11.540 pessoas; em 1980, reduziu para 11.122 habitantes; em 1991, já havia caído para 8.935; em 2000, para 7.031; em 2010, a quantidade de habitantes era de 6.376; e, segundo o último Censo Demográfico, chegou a 6.256 pessoas (Gráfico 1).

A queda populacional não deve ser vista apenas como dado estatístico, mas como expressão da dispersão espacial e da fragilidade da gestão do município. A dispersão gera dificuldades na manutenção de redes de serviços e infraestrutura. Em Adrianópolis, o encolhimento demográfico reduziu a capacidade de arrecadação e comprometeu a viabilidade de políticas públicas, o que aprofundou o isolamento de comunidades rurais e tradicionais.

Gráfico 1: Crescimento Populacional no município de Adrianópolis - PR, entre os anos 1970 a 2022.



Fonte: O autor, 2025.

Nota: dados provenientes do Panorama do Censo IBGE de 2022, podendo ser acessado em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

Além do colapso econômico, a mineração deixou um severo passivo ambiental. A ausência de um plano adequado de fechamento de mina resultou na permanência de uma montanha de aproximadamente 350 mil toneladas de escória de chumbo exposta a céu aberto, depositada às margens do rio Ribeira de Iguape (MAPA DE CONFLITOS, 2014). Estudos técnicos relatam que esses rejeitos, em grande parte

sem tratamento, acabaram se dispersando por cerca de 50 hectares do território municipal, e apenas uma fração localizada junto ao rio chegou a ser parcialmente aterrada (CARRIEL, 2008).

Amostras realizadas nas comunidades rurais Vila Mota e Capelinha indicaram concentrações de chumbo entre 300 e 3.300 mg/kg na poeira do solo - valores muito superiores ao patamar considerado aceitável, de 17 mg/kg - evidenciando risco direto à saúde das populações expostas (MESSAGI JR., 2009). Parte desse material contaminado chegou a ser utilizada para pavimentar ruas, ampliando ainda mais a dispersão das partículas tóxicas no ambiente local (MESSAGI JR., 2009).

Os impactos à saúde pública foram significativos. Estudos conduzidos por equipes de saúde ambiental vinculadas à Unicamp identificaram que, em comunidades rurais próximas à antiga refinaria (Vila Mota e Capelinha), 59,6% das crianças apresentavam concentrações de chumbo no sangue acima de 10 µg/dL e cerca de 12,8% estavam em condição crítica, com valores superiores a 20 µg/dL, demandando intervenção imediata. (CUNHA, 2003, p. 49-50). Essas concentrações elevadas estão associadas também a efeitos neurológicos, atraso no desenvolvimento cognitivo, anemia e outros danos sistêmicos em crianças. A repercussão do caso ganhou escala nacional em 2001, quando a cobertura da grande imprensa apresentou Adrianópolis como uma “Cidade do Chumbo”, ao mesmo tempo que tornou visível a contaminação e produziu um estigma territorial que os próprios moradores reconheciam como prejudicial para a imagem da cidade. (DI GIULIO; PEREIRA; FIGUEIREDO, 2008).

As ações institucionais para mitigação dos danos ambientais e sanitários foram parciais e fragmentadas. Em 20 de março de 2003, o então Instituto Ambiental do Paraná (IAP) determinou que a *Plumbum* instalasse um aterro industrial para receber os resíduos de chumbo e concluísse a obra até o fim daquele ano. O aterro, porém, só foi efetivamente finalizado em 2006. (MAPA DE CONFLITOS, 2014). Esse órgão ambiental estadual passou a se chamar Instituto Água e Terra (IAT) após a reforma administrativa promovida pelo Governo do Paraná, formalizada pela Lei Estadual nº 20.070/2019, que autorizou a incorporação do Instituto das Águas do Paraná e do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG) ao antigo IAP e redefiniu suas atribuições de licenciamento, fiscalização e gestão ambiental (ALEP, 2021). Apesar da construção do aterro, apenas uma fração do passivo foi de fato isolada. A escória acumulada na margem do rio Ribeira de Iguape foi removida, mas outros depósitos

de rejeitos permaneceram expostos em diferentes pontos do município, sem remediação adequada. (MAPA DE CONFLITOS, 2014).

Medidas de contenção do risco à saúde como restringir o consumo de leite, ovos, hortaliças e outros alimentos produzidos nas comunidades mais contaminadas, isolar áreas críticas e propor a retirada de famílias de trechos com maior exposição foram implementadas de maneira pontual e insuficiente, sem eliminar a contaminação já incorporada ao solo e ao cotidiano produtivo local. (MAPA DE CONFLITOS, 2014). No âmbito municipal, o Plano Diretor de Adrianópolis (Lei nº 753/2011) estabelece diretrizes gerais de proteção ambiental e de controle da ocupação do solo, porém não detalha programas específicos de remediação das áreas contaminadas por chumbo nem estratégias de recuperação das antigas áreas da *Plumbum*, o que evidencia um descompasso entre a gravidade do passivo socioambiental e a capacidade de resposta do principal instrumento de planejamento urbano em vigor (ADRIANÓPOLIS, 2011). A revisão participativa do Plano Diretor, em curso, configura-se, assim, como oportunidade para incorporar esse passivo como eixo estruturante das políticas urbanas e ambientais do município.

Atualmente, Adrianópolis enfrenta o desafio de superar esse legado por meio de estratégias de recuperação ambiental e diversificação econômica. Desde o encerramento das atividades da Plumbum, foram adotadas medidas como a construção do aterro industrial para disposição da escória, concluído em 2006, e a realização de estudos ambientais que apontam a persistência da contaminação por chumbo (MAPA DE CONFLITOS, 2014). Criado em 1979, o Parque Estadual das Lauráceas, com cerca de 9.700 hectares de Mata Atlântica preservada, não é uma resposta direta à mineração, mas constitui um ativo territorial estratégico, com potencial para ecoturismo e pesquisa científica, capaz de contribuir para um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado no município.

O município integra a região conhecida como Vale do Ribeira e reúne características físicas e naturais que condicionam diretamente sua ocupação, sua dinâmica territorial e seu potencial de uso sustentável. Com área de 1.349,311 km² (IBGE, 2022), Adrianópolis localiza-se na porção sudeste do Paraná, em zona de transição entre o Primeiro Planalto Paranaense e os compartimentos de relevo associados à bacia do rio Ribeira de Iguape, onde predominam encostas íngremes, morros com topos convexos e vales estreitos e profundos, com declividades que podem atingir entre 30% e 60%. Essas condições geomorfológicas formam uma

paisagem marcada por terrenos acidentados e pequenas planícies aluviais nos fundos de vale, justamente onde se instalam núcleos urbanos como a sede municipal, e interferem tanto nas possibilidades de uso agrícola quanto nas estratégias de conservação ambiental e ordenamento territorial (DICKEL, 2016).

2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS, ECONÔMICAS E SOCIAIS

A região está inserida em um clima subtropical úmido do tipo Cfa, segundo a classificação de Köppen, definido oficialmente como “clima subtropical úmido”, com “verão úmido” e presença de “massas tropicais instáveis”, em que “chuvas são abundantes e bem distribuídas ao longo de todo o ano” (IAT, 2020). Esse regime climático, sem estação seca marcada, ajuda a explicar os altos índices de precipitação observados no Vale do Ribeira paranaense, onde se insere Adrianópolis. Segundo o Atlas Climático do Estado do Paraná, a pluviosidade anual na porção leste e sudeste do estado supera os 1.600 mm e mantém-se elevada ao longo de todo o ano (IAPAR, 2019). Esses volumes de chuva, combinados com relevo acidentado e solos com acúmulo de matéria orgânica em fundos de vale, favorecem o desenvolvimento da vegetação nativa e contribuem para a elevada biodiversidade descrita para o Vale do Ribeira (MAACK, 2002).

Maack (2002) descreve que, nas áreas de menor altitude e clima quente e úmido do leste paranaense, as condições térmicas e hídricas favorecem o desenvolvimento de florestas ombrófilas densas, com estrutura estratificada e grande riqueza florística, o que reforça a importância ecológica desses remanescentes no Vale do Ribeira (MAACK, 2002).

A hidrografia de Adrianópolis é estruturada pela Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, que abrange a totalidade do território municipal, ou seja, 100% da área de Adrianópolis está inserida na bacia do Ribeira (IAT, 2020). Isso implica que praticamente todas as águas superficiais geradas no município, seja das nascentes em encostas aos canais de fundo de vale, drenam, direta ou indiretamente, para o sistema do Ribeira. Dentro dessa bacia maior, cursos de menor ordem, como o Rio Pardo, o Ribeirão Grande e diversos ribeirões e nascentes distribuídos pelas vertentes, alimentam o canal principal e formam uma malha hídrica densa, hierarquizada e interdependente. Esses tributários desempenham papel fundamental

não apenas na drenagem, mas também na manutenção de áreas úmidas, no suporte a usos rurais de pequena escala (abastecimento pontual, dessedentação animal, pequenas irrigações) e no amortecimento natural de processos erosivos ao longo das encostas. Conforme observado por Ross (2002, p. 21):

o relevo da bacia do rio Ribeira do Iguape apresenta macro-compartimentos geomorfológicos muito distintos, que correspondem aos morros da superfície de cimeira regional, os morros fortemente dissecados dos níveis intermediários da Serra do Mar, as terras da depressão tectônica do Baixo Ribeira e a planície costeira marinha e fluvial (ROSS, 2002, p. 21).

Esses macro-compartimentos se organizam em torno de vales encaixados, depressões tectônicas e planícies fluviais, que funcionam como eixos estruturadores da paisagem regional e condicionam tanto a morfologia do terreno quanto às formas de ocupação e circulação. O próprio autor ressalta que o estudo da bacia buscou “estabelecer-se um entendimento da macro-compartimentação do relevo do conjunto da bacia hidrográfica [...] com vistas à gestão territorial calcada nas políticas de planejamento ambiental” (ROSS, 2002, p. 22-23). Nesse sentido, a leitura das sub-bacias hidrográficas presentes no município (Mapa 2)⁵ evidencia divisões internas que ajudam a compreender o território de Adrianópolis como um conjunto de unidades de drenagem e de organização espacial.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil, a porção paranaense da Bacia do Ribeira é marcada por relevo fortemente dissecado, vales encaixados e acentuadas diferenças altimétricas, o que favorece cursos d’água de alta energia, com corredeiras, quedas d’água e trechos canalizados em gargantas estreitas (SGB/CPRM, 2021).

Esse padrão morfológico intensifica a capacidade de entalhe dos leitos fluviais e gera instabilidade em encostas e margens, condicionando áreas suscetíveis a processos erosivos e movimentos de massa, especialmente ao longo dos vales do Ribeira e de seus tributários (ROSS, 2002). Esses ambientes ripários (faixas de contato entre o canal e a vegetação ciliar) desempenham papel fundamental na proteção das margens, na regulação microclimática local, na manutenção da qualidade hídrica e no abrigo de espécies associadas a zonas úmidas. A legislação ambiental brasileira reconhece essas faixas como Áreas de Preservação Permanente (APP), definindo sua função ambiental como a de preservar recursos hídricos, estabilidade geológica, biodiversidade e proteção do solo (BRASIL, Lei nº 12.651/2012).

⁵ O documento encontra-se disponível no Apêndice B para melhor visualização.

isto é, formações florestais com presença de *Araucaria angustifolia* em setores de cota mais elevada e encostas mais frias do território municipal (MAACK, 2002). Essas formações apresentam alta diversidade biológica e importante participação de espécies endêmicas, o que reforça a complexidade ambiental e o valor ecológico dos remanescentes florestais ainda presentes no Vale do Ribeira (SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2023).

Nesse contexto, destaca-se o Parque Estadual das Lauráceas (PEL), unidade de conservação de proteção integral que abrange áreas dos municípios de Adrianópolis e Tunas do Paraná e é reconhecida como uma das mais importantes áreas contínuas de Mata Atlântica no estado. De acordo com seu Plano de Manejo, a vegetação do parque é formada por “Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) em suas Formações Aluvial, Submontana, Montana e Alto Montana; Região de contato entre esta e a Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária); e Vegetação Rupícola” (IAT, 2020, p. III-1). O documento registra ainda “750 espécies, 39 ameaçadas, com destaque para o palmito-juçara (*Euterpe edulis*) e lauráceas: imbuia (*Ocotea porosa*) e canela-coqueiro (*Ocotea catharinensis*)” (IAT, 2020, p. III-1).

Além disso, o PEL “insere-se em uma região prioritária para a conservação, por garantir a integridade de remanescentes florestais contínuos e manter processos ecológicos essenciais, como a proteção de mananciais, a regulação do fluxo hídrico e a estabilidade dos solos em áreas de elevada declividade” (IAT, 2020, p. III-5). Ainda conforme o Instituto Água e Terra, trata-se de “um dos últimos remanescentes de Floresta Atlântica na região”, possuindo “atributos naturais que o enquadram em uma região estratégica em relação ao Componente Corredor Central da Mata Atlântica, estabelecido para possibilitar a efetiva conservação da diversidade biológica no Brasil” (IAT, 2020, p. I-2).

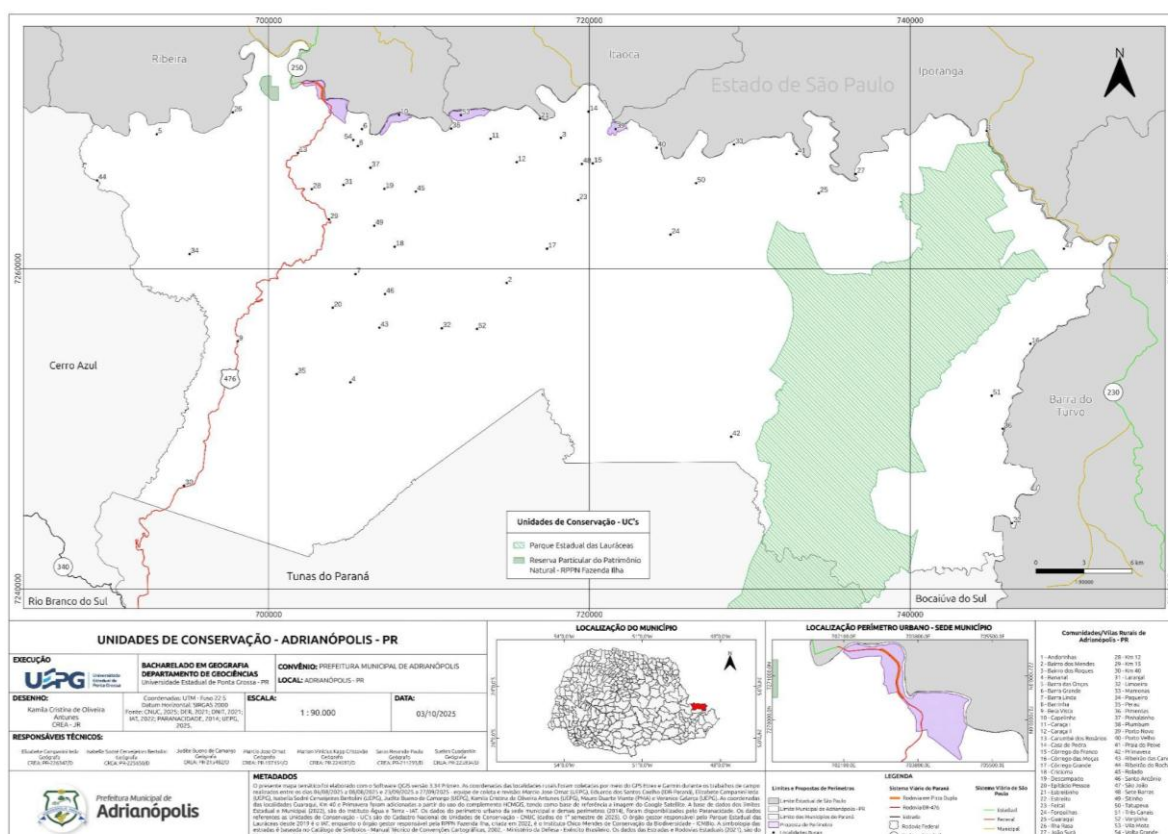
A elevada diversidade florística da região, favorecida pelo relevo fragmentado e pelas condições de alta umidade típicas da Mata Atlântica, confere ao território de Adrianópolis um papel estratégico na conservação da biodiversidade paranaense, o que demanda manejo adequado e políticas de proteção efetivas.

O Parque Estadual das Lauráceas (PEL) foi criado em 27 de junho de 1979 (Mapa 3)⁷, por meio do Decreto Estadual nº 729, com área inicial de aproximadamente 9.700 hectares, posteriormente ampliada por decretos em 1989 e 1994 para 27.524,33

⁷ O documento encontra-se disponível no Apêndice C para melhor visualização.

hectares e, mais recentemente, novamente ampliada em 2009, passando a cerca de 30.001 hectares, o que o torna a maior unidade de conservação estadual do Paraná (PARANÁ, 1979). A unidade se estende pelos municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul, em área inserida na bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape, e tem como objetivo proteger remanescentes de alta integridade da Mata Atlântica no Vale do Ribeira paranaense (PARANÁ, 1979; IAT, 2020).

Mapa 3 - Unidades de Conservação presentes no município de Adrianópolis - PR⁸



Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

A fauna do Parque Estadual das Lauráceas é altamente diversa e inclui espécies de grande relevância para a conservação. Entre elas está o muriqui-do-sul, também conhecido como mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), considerado o maior primata das Américas, endêmico da Mata Atlântica e classificado como espécie ameaçada de extinção no Brasil pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBio/MMA, 2018). A unidade também abriga mamíferos de médio e grande porte, como a anta (*Tapirus terrestris*) e a onça-parda (*Puma concolor*),

⁸ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

registrados por monitoramentos com armadilhas fotográficas e ações de manejo conduzidas pelo Instituto Água e Terra em parceria com instituições de conservação, incluindo iniciativas de reforço populacional de fauna nativa desde 2017 (IAT, 2024; IAT, 2022). Esses registros reforçam o papel do parque como núcleo de Mata Atlântica de alta integridade ecológica é essencial para a manutenção de cadeias tróficas e processos ecológicos no Vale do Ribeira (IAT, 2024; ICMBio/MMA, 2018).

No âmbito das funções ecossistêmicas, o Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas descreve o parque como uma área-chave para a proteção de nascentes e a manutenção de mananciais que alimentam bacias hidrográficas regionais, além de ressaltar seu papel de conexão entre remanescentes contínuos de Mata Atlântica no Vale do Ribeira, contribuindo para o fluxo de espécies e a conservação da biodiversidade em escala regional (IAT, 2020, p. V-2).

Por se tratar de uma unidade de proteção integral e ainda apresentar infraestrutura limitada para visitação, o uso público do parque é atualmente restrito e controlado, concentrando-se em ações de fiscalização, monitoramento e pesquisa científica (IAT, 2020, p. III-1; IAT, 2020, p. I-2). Ao mesmo tempo, o próprio Plano de Manejo prevê a possibilidade futura de atividades de visitação orientadas à educação ambiental, à recreação ao ar livre e ao ecoturismo, desde que essas iniciativas sejam implementadas com critérios de manejo capazes de garantir a integridade dos ecossistemas protegidos (IAT, 2020, p. II-3; IAT, 2020, p. V-37).

No entanto, a condição do Parque Estadual das Lauráceas como área prioritária para conservação também evidencia conflitos decorrentes da relação entre preservação ambiental e dinâmicas sociais locais. Nesse contexto, o PEL pode ser compreendido, na perspectiva da geografia agrária, como um “território bloqueado”. Na literatura recente, Carvalho e Oliveira definem os territórios bloqueados como “constituídos pelos espaços de povos indígenas, comunidades de base camponesa e áreas legalmente protegidas, demarcados pelo Estado, que impedem o avanço da livre acumulação” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2023, p. 101) isto é, porções do espaço cujo regime jurídico-ambiental restringe o avanço de determinadas formas de apropriação do capital sobre a terra, ao mesmo tempo em que não elimina as contradições sociais e os conflitos vividos pelas populações do entorno. Assim, a presença do PEL expõe um dos dilemas centrais do planejamento territorial em Adrianópolis: a necessidade de conciliar a conservação ambiental com as demandas sociais e econômicas das populações do entorno. Nesse sentido, como destaca

Corrêa (2000, p. 44), o espaço geográfico é “[...] reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas [...]”, o que revela disputas entre diferentes agentes e interesses. Dessa forma, o território protegido convive com comunidades que demandam acesso a recursos e alternativas produtivas, evidenciando a tensão entre preservação integral e justiça socioespacial.

A composição dos solos do município de Adrianópolis é marcada por uma heterogeneidade significativa, reflexo direto da complexidade geológica e geomorfológica que caracteriza o Vale do Ribeira. A predominância dos neossolos rasos e suscetíveis à erosão reforça os limites para expansão agrícola e exige estratégias de uso que conciliam conservação e produção. Este solo é associado a áreas de relevo fortemente ondulado a montanhoso, como serras, morros e encostas íngremes.

Apesar de alguns solos apresentarem fertilidade natural moderada, sua baixa profundidade e grau reduzido de intemperismo tornam-nos altamente suscetíveis à erosão, sobretudo em regiões onde a cobertura vegetal foi suprimida. Conforme descreve a Embrapa, os Neossolos Litólicos são “solos com horizonte A ou hístico, assentes diretamente sobre a rocha, que apresentam um contato lítico dentro de 50 cm da superfície do solo” (EMBRAPA, 2006, p. 181).

Essa vulnerabilidade natural implica na necessidade de manejo criterioso, pois as intervenções antrópicas inadequadas, como o desmatamento para expansão agrícola e implantação de pastagens em declives acentuados, aceleram processos de degradação (erosão laminar ou, em alguns casos, movimentos de massa).

Em áreas rurais de Adrianópolis, a pressão pelo uso do solo em zonas declivosas demanda a adoção de práticas de manejo conservacionista capazes de conter processos erosivos e garantir a sustentabilidade produtiva. Entre essas estratégias, destaca-se a manutenção de cobertura vegetal contínua, uma vez que, segundo a Embrapa, “a cobertura vegetal tem a capacidade de oferecer ao solo proteção ao impacto direto das gotas da chuva, reduzir a velocidade do escoamento superficial e aumentar a resistência à tensão de cisalhamento associado ao escoamento” (EMBRAPA, 2012, p. 3). Além disso, os sistemas agroflorestais configuram-se como alternativas adequadas ao relevo local, pois, conforme ressalta a Embrapa, “a manutenção do solo sempre com cobertura (viva ou morta)... faz aumentar sua resistência contra a erosão. Os SPDs, os sistemas agroflorestais, a integração lavoura-pecuária (ILP) e ILPF são bons exemplos de sistemas que

contribuem para conservação e recuperação do solo” (EMBRAPA, 2018, p. 69–70), reforçando seu papel no uso sustentável do território rural do município.

No contexto regional do Vale do Ribeira, os Sistemas Agroflorestais assumem papel central nas estratégias de uso sustentável do solo e de geração de renda para a agricultura familiar. Entre as experiências em curso, destaca-se a Cooperafloresta (Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis), que reúne o mais expressivo e reconhecido conjunto de iniciativas no emprego de SAFs na região. De acordo com seu Estatuto, citado por Arantes et al. (2017), a Cooperafloresta busca “o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento de uma consciência ambiental” (VEZZANI, 2013, p. 17, apud ARANTES et al., 2017), orientando a construção de práticas agroflorestais voltadas ao enfrentamento da exclusão social por meio de alternativas de produção e renda para trabalhadoras e trabalhadores rurais. A cooperativa é composta por cerca de 120 famílias distribuídas principalmente nos municípios de Barra do Turvo (SP), Adrianópolis (PR) e Bocaiúva do Sul (PR), no âmbito do Vale do Ribeira, o que evidencia que os SAFs, embora ainda não plenamente quantificados em termos de área no município, já constituem uma referência concreta de manejo conservacionista e de construção de alternativas territoriais na região (ARANTES et al., 2017).

Complementarmente, técnicas estruturais como o terraceamento e o cultivo em nível tornam-se essenciais na conservação física das encostas e na preservação da capacidade produtiva dos solos. Nesse sentido, “o preparo do solo, o plantio e a realização de todas as operações acompanhando as curvas de nível é uma prática indispensável para o controle da erosão [...] nos demais casos, deve ser usada em associação com as demais práticas conservacionistas” (EMBRAPA, 2012, p. 6). Além disso, “o terraceamento consiste na construção de um conjunto de terraços [...] para controlar a erosão de determinada área”.

Os terraços têm como princípio o seccionamento [...] da rampa de forma a interceptar o escoamento superficial antes que evolua e atinja alta velocidade” (EMBRAPA, 2003, p. 18–21). Assim, o manejo integrado do solo, articulando técnicas conservacionistas e sistemas produtivos adaptados ao relevo, é fundamental para evitar processos de degradação e assegurar a continuidade das atividades agrícolas no município.

cores avermelhadas ou amareladas e mais raramente brunadas ou acinzentadas. A textura varia de arenosa a argilosa no horizonte A e de média a muito argilosa no horizonte Bt, sempre havendo aumento de argila daquele para este” (EMBRAPA, 2025, p. 97).

Do ponto de vista de relevo, quando necessário caracterizar a forma do terreno, o manual define suave ondulado como “superfície de topografia pouco movimentada [...] apresentando declives suaves, predominantemente variáveis de > 3 a 8%” (EMBRAPA, 2025, p. 303).

Assim, a ocorrência desses solos em colinas e vertentes suaves requer manejo que considere seu horizonte B textural e variações de drenagem, conforme a própria classe é definida no SiBCS: “solos [...] apresentando horizonte B textural subjacente a horizonte A ou E” (EMBRAPA, 2025, p. 126).

Conforme Ab’Sáber, “estabelecer as bases de um zoneamento ecológico e econômico, em uma determinada conjuntura geográfica, equivale a realizar um estudo para determinar a vocação de todos os subespaços que compõem um certo território e efetuar o levantamento de suas potencialidades econômicas, sob um critério basicamente ecodesenvolvimentista” (AB’SÁBER, 1989, p. 4).

A realidade fundiária e socioeconômica de Adrianópolis também interfere diretamente na forma como os solos são utilizados. Grande parte do território permanece destinada a produção florestal em florestas plantadas e à preservação ambiental, tanto pela presença do Parque Estadual das Lauráceas quanto pela atuação de comunidades tradicionais. Nesse sentido, conforme Moscal (2015, p. 156):

“a demarcação de partes das terras das comunidades quilombolas como área do Parque e o reassentamento de moradores do interior da unidade de conservação em terras tradicionalmente ocupadas [...] contribuíram para a redução de terras de uso comum e para a necessidade de adaptação de seus sistemas produtivos, geralmente baseados em práticas agrícolas tradicionais e de baixo impacto ambiental”. (MOSCAL, 2015, p.156)

Assim, quilombolas e pequenos agricultores mantêm sistemas produtivos orientados por conhecimentos empíricos transmitidos intergeracionalmente, os quais influenciam diretamente o uso e o manejo dos solos rurais. Como destaca Diegues (2000, p. 283):

As florestas tropicais brasileiras abrigam comunidades humanas de grande diversidade sociocultural, que desenvolveram estilos de vida relacionados a ambientes naturais específicos, com suas visões de mundo particulares, conhecimento extenso e minucioso dos processos naturais e que estabelecem relações com o mundo natural distintas das que prevalecem nas sociedades urbano-industriais. (DIEGUES, 2000, p. 283).

Nesse sentido, o autor ressalta que a própria floresta “co-evoluiu juntamente com as sociedades humanas”, sendo “resultante de processos antrópicos característicos dos sistemas tradicionais de manejo” (DIEGUES, 2000, p. 285).

Esse tipo de ocupação e manejo do solo reforça a ideia de que a permanência desses grupos no território está diretamente vinculada à conservação ambiental, já que sua reprodução sociocultural depende da manutenção dos ciclos ecológicos. Para orientar políticas de uso do solo e conservação, é chave reconhecer os lugares e seus saberes. Como diz Porto-Gonçalves, “o lugar de enunciação não é uma metáfora que possa ignorar a materialidade dos lugares, enfim, a geograficidade do social e do político.” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Assim, os modos tradicionais de manejo se tornam elementos estratégicos na conservação ambiental ao mesmo tempo em que reafirmam direitos territoriais e formas de justiça socioambiental.

O uso e a ocupação do solo em Adrianópolis devem ser compreendidos pela inter-relação entre fatores físicos, históricos e culturais. Como formula Milton Santos, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2002, p. 38), e “o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos” (SANTOS, 2002, p. 66), o que evidencia que relevo, solo e clima condicionam práticas e possibilidades de uso. No caso de Adrianópolis, isso significa que o espaço rural resulta tanto da permanência de territórios quilombolas e de pequenos agricultores quanto da inserção seletiva do município em circuitos agropecuários mais amplos, ainda que em escala distinta das grandes frentes do agronegócio nacional.

A valorização das práticas tradicionais e o reconhecimento dos territórios quilombolas são elementos fundamentais para uma gestão socialmente justa do espaço rural, visto que, conforme Moscal, “a demarcação de partes das terras das comunidades quilombolas como área do Parque [...] contribuíram para a redução de terras de uso comum” e limitaram “o exercício de práticas tradicionais de plantio, cultivo e criação” (MOSCAL, 2015, p. 156–157). Ao mesmo tempo, a difusão de formas de produção voltadas ao mercado (como a venda de produtos agropecuários e a inserção, ainda que parcial, em cadeias regionais de abastecimento) expressa a presença do chamado “agro” no município, tensionando o uso do solo entre lógicas de reprodução camponesa, proteção ambiental e mercantilização do território.

Os aspectos físicos influenciam fortemente as potencialidades econômicas e limitações de desenvolvimento dentro do município, pois, como destaca Ross (1994, p. 65), “o conhecimento das potencialidades dos recursos naturais passa pelos levantamentos dos solos, relevo, rochas e minerais, das águas, do clima, da flora e fauna, enfim de todas as componentes do estrato geográfico”. Nesse sentido, Porto-Gonçalves observa que “há uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos conformando o sistema mundo moderno-colonial, o que coloca na ordem do dia o movimento por justiça ambiental” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 388), reforçando a necessidade de integrar saberes locais às políticas de ordenamento territorial.

Adrianópolis é um município de diversidade natural, com características que o colocam como peça importante na conservação ambiental do Paraná. Seus rios, matas, clima e relevo formam um conjunto que não apenas define sua paisagem, mas também influencia a forma como as populações locais vivem, produzem e se relacionam com o meio. Como diferencia Souza, “planejar sempre remete ao futuro... [e] gestão remete ao presente” (SOUZA, 2010, p. 45–46), o que exige que o planejamento parta das particularidades geográficas locais para orientar políticas coerentes.

Do ponto de vista socioeconômico, Adrianópolis apresenta um PIB total modesto em relação ao conjunto dos municípios paranaenses. Em 2021, seu PIB per capita foi de R\$ 63.631,39 (IBGE, 2021), valor inclusive superior à média do estado, em grande medida porque se trata de um município de população reduzida, com forte peso de poucas atividades na composição do produto. Ainda assim, a economia permanece pouco diversificada, fortemente ancorada em atividades agropecuárias de pequena escala, como a agricultura familiar, a silvicultura de pinus (florestas plantadas) e a pecuária. A estrutura fundiária do município (Tabela 1) evidencia a predominância de imóveis de menor dimensão: considerando até 4 módulos fiscais, isto é, até 200 hectares, são 715 imóveis, o que corresponde a aproximadamente 76,1% do total, mas ocupando apenas cerca de 17,1% da área cadastrada.

Em contraste, os imóveis com mais de 50 módulos fiscais, embora representem apenas 1,7% dos registros, concentram cerca de 41,8% da área rural, indicando um quadro expressivo de concentração fundiária (INCRA, 2018). Essa combinação de muitos pequenos estabelecimentos com pouca terra e poucas grandes propriedades com elevada extensão condiciona a capacidade de investimento produtivo, o acesso ao crédito e a permanência das famílias no campo.

Tabela 1 - Estrutura fundiária dos imóveis rurais em Adrianópolis (PR), por grupos de área em módulos fiscais (MF) – 2018

Grupo de Área do Imóvel (MF)*	Nº de Imóveis	% dos imóveis	Área Total (ha)	% da área total
Até 1 MF (0-50 ha)	426	45,4	5.381,81	3,9
>1 a 4 MF (50-200 ha)	289	30,8	17.953,28	13,1
>4 a 10 MF (200-500 ha)	99	10,5	19.114,42	14,0
>10 a 50 MF (500-2.500 ha)	64	6,8	37.051,72	27,1
>50 MF (mais de 2.500 ha)	16	1,7	57.043,47	41,8
Imóveis sem área informada	45	4,8	0,00	0,0
TOTAL	939	100,0	136.544,69	100,0

*Considerando módulo fiscal de 50 ha. Valores percentuais arredondados.

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, INCRA, 2018.

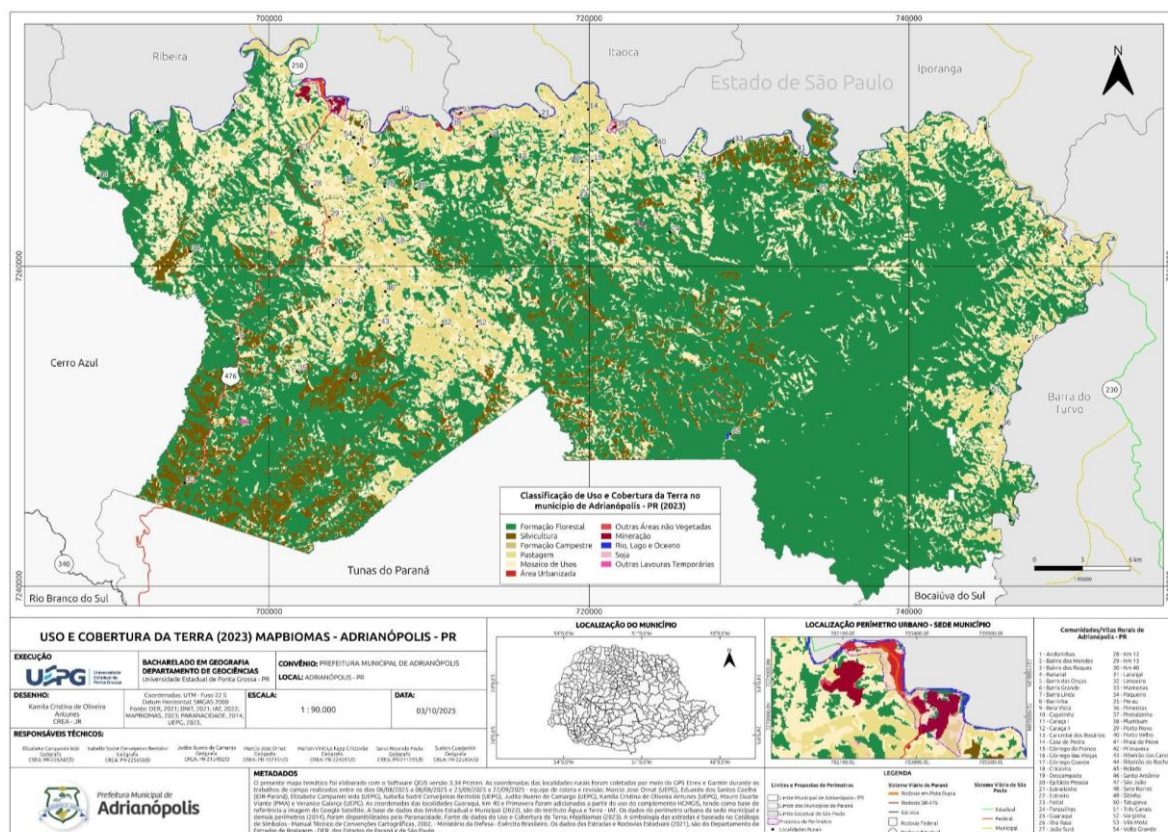
Do ponto de vista do planejamento, reforça-se a necessidade de políticas diferenciadas que articulem regularização fundiária, apoio à agricultura familiar e instrumentos de controle do uso e ocupação do solo rural (Mapa 5)¹¹.

Referente à cultura permanente, há produção de banana (vendida por cacho) e uma produção menor, porém significativa, de maracujá. Essas frutíferas, em geral conduzidas em pequenas propriedades, cumprem papel importante na composição da renda familiar, sendo cultivadas em associação com outras lavouras e com a criação de animais, o que confere maior diversidade às unidades produtivas. Em muitos casos, a banana e o maracujá são comercializados em circuitos curtos, articulando venda direta, feiras e repasse para intermediários, o que evidencia sua inserção em mercados regionais. A pecuária, por sua vez, é composta pela criação de galinhas, bovinos, bubalinos e rebanho de vacas ordenhadas, predominantemente em sistemas extensivos e de baixa escala, voltados tanto ao autoconsumo quanto à venda de excedentes. Uma produção de origem animal com quantidade expressiva é

¹¹ O documento encontra-se disponível no Apêndice E para melhor visualização.

o mel de abelha, que no ano de 2023 se destacou com 16.500 quilos vendidos, indicando um potencial relevante para agregação de valor, fortalecimento de cooperativas e associações locais e diversificação de fontes de renda no meio rural de Adrianópolis (IPARDES, 2024).

Mapa 5 - Uso e Cobertura da Terra (2023) no município de Adrianópolis - PR¹²



Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

Referente a cultura permanente, há produção de banana (vendida por cacho) e uma produção menor, porém significativa, de maracujá. A pecuária, por sua vez, é composta pela criação de galinhas, bovinos, bubalinos e rebanho de vacas ordenhadas. Uma produção de origem animal com quantidade expressiva é o mel de abelha, que no ano de 2023 se destacou com 16.500 quilos vendidos (IPARDES, 2024).

Segundo o Caderno Estatístico do município de Adrianópolis (IPARDES, 2024), há 1.144 pessoas ocupadas no setor primário - o que revela um perfil econômico de

¹² Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

baixa complexidade e forte dependência do meio natural. Essa situação contribui para o baixo IDH, refletindo carências em educação, saúde e renda.

Nesse cenário, a importância do planejamento urbano e regional se revela ainda mais presente. Um Plano Diretor que atenda às necessidades de Adrianópolis deve considerar as particularidades geográficas e sociais locais, valorizando os saberes tradicionais e respeitando os limites ambientais.

A abordagem por Unidade Espacial de Gestão (UEG) possibilita a subdivisão do território municipal com base em critérios geográficos, sociais e funcionais para facilitar a elaboração de diagnósticos precisos e a definição de diretrizes diferenciadas por setor. Essa ferramenta viabiliza uma atuação mais eficiente do poder público pois permite o reconhecimento de áreas com vocação ambiental, regiões de vulnerabilidade social, núcleos urbanos consolidados e espaços rurais em processo de abandono. A fragmentação do território para fins de gestão garante equidade no acesso a políticas públicas e orienta investimentos em eixos principais como infraestrutura básica, mobilidade, saneamento e habitação.

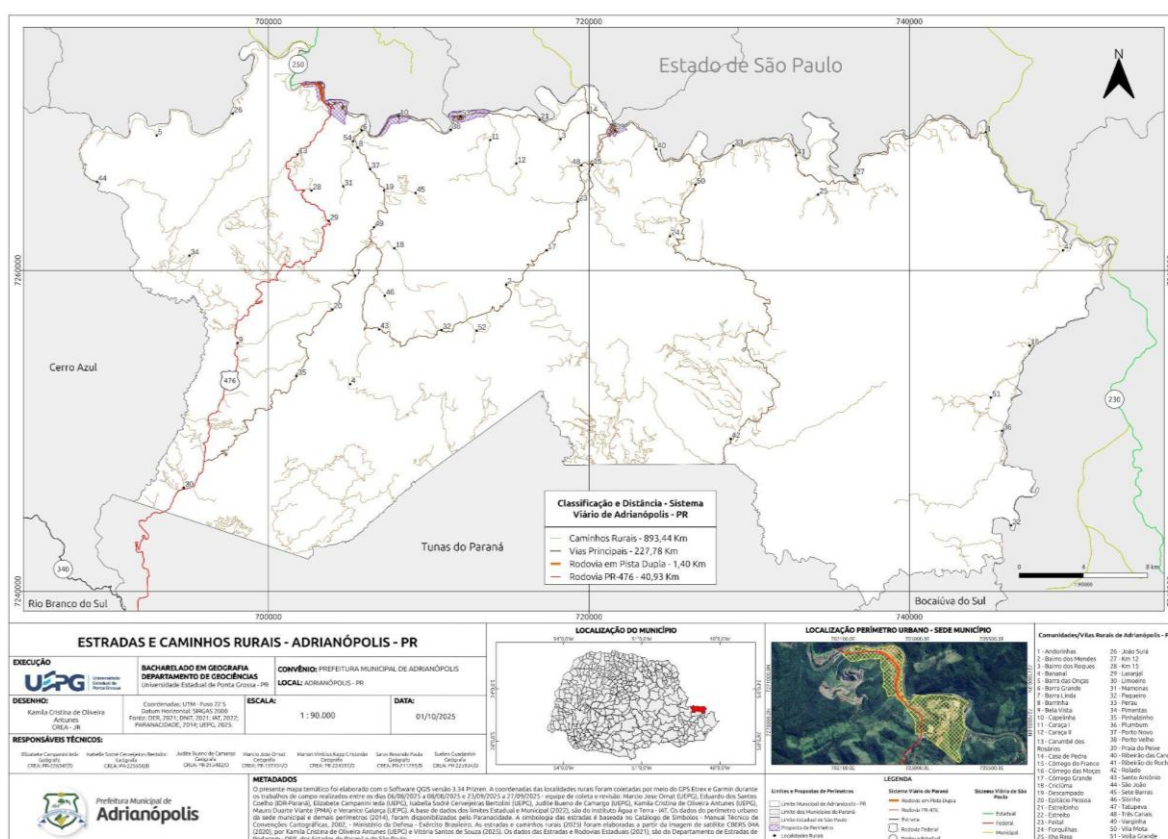
A complexidade territorial de Adrianópolis também demanda uma articulação multiescalar da gestão. O município integra a Região Metropolitana de Curitiba, embora seus laços econômicos e sociais sejam mais fortes com outros municípios do Vale do Ribeira, como Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná. Isso evidencia a necessidade de políticas integradas e de uma governança regional que reconheça as interdependências territoriais. Como destaca Souza, “o planejamento e a gestão das cidades só adquirem legitimidade quando submetidos ao controle democrático e articulados às demais escalas de governo” (SOUZA, 2006, p. 27), de modo que o Plano Diretor, para ser eficaz, precisa dialogar não apenas com as demandas municipais, mas também com políticas e estratégias regionais de desenvolvimento.

Adrianópolis se apresenta como um município em que a combinação de fragilidades socioeconômicas, complexidades ambientais e desafios institucionais exige um planejamento territorial sensível e articulado. O presente trabalho, ao tomar o município como referência empírica, busca não apenas contribuir para a construção de um Plano Diretor mais eficiente, mas também oferecer subsídios teóricos e metodológicos que possam ser replicados em outros contextos semelhantes.

As estradas e caminhos rurais foram mapeadas e registradas através levantamento em campo com uso de receptores *GPS Etrex Garmin 10 e 32x*, durante campo realizado entre os dias 06/08/2025 e 08/08/2025, no município de Adrianópolis

- PR (Mapa 6)¹³. Nesse mesmo trabalho também foram registradas as coordenadas geográficas das localidades rurais, possibilitando a espacialização precisa de seus pontos. Além do levantamento primário em campo, utilizou-se como base a imagem de satélite *CBERS 04A* do ano de 2020, que serviu de referência para a identificação e vetorização complementar das estradas principais e de seus ramais secundários, que busca trazer maior consistência e completude ao mapeamento.

Mapa 6 - Estradas e Caminhos Rurais do município de Adrianópolis - PR¹⁴



Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

A imagem de satélite utilizada foi gerada através da Câmera Multiespectral Regular (MUX), que possui uma resolução espacial de 16 metros com uma faixa de imageamento de 95 km e uma taxa de revista de 31 dias, considerado ideal para a escala deste mapeamento. Assim, foi possível integrar os dados de campo ao produto de sensoriamento remoto, representado cartograficamente de forma mais detalhada e condizente com a realidade observada.

¹³ O documento encontra-se disponível no Apêndice F para melhor visualização.

¹⁴ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

A análise da malha viária de Adrianópolis evidencia uma configuração espacial marcada pela predominância de estradas vicinais e caminhos rurais, os quais constituem a base de articulação territorial do município. De acordo com os resultados obtidos no mapeamento, foram identificados 227,78 km de vias principais, 893,44 km de caminhos rurais, 40,93 km de rodovia federal dentro do município e apenas 1,40 km de rodovia em pista dupla. Esses dados revelam que a circulação interna depende fortemente de trajetos não pavimentados e com baixa hierarquia funcional, em contraste com a pequena presença de rodovias pavimentadas que cumprem papel de ligação externa com municípios vizinhos com o Estado de São Paulo.

Segundo Corrêa (2000, p. 56), “a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”. Essa definição evidencia que o espaço resulta de práticas sociais que articulam e conectam diferentes pontos do território. Nesse sentido, como explica Santos, “animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos - que constituem suas bases técnicas - mesmo quando esses fixos são pontos” (SANTOS, 2002, p. 187), o que evidencia que a rede viária é a materialização desses fixos e fluxos que conectam os lugares.

No caso de Adrianópolis, a rede é caracterizada por uma estrutura ramificada, na qual poucas vias principais funcionam como eixos de sustentação e inúmeros ramais secundários (galhos) garantem a acessibilidade às comunidades dispersas. Esses galhos são trechos que se originam das vias principais e terminam em localidades ou propriedades, configurando-se como estradas de fim de linha, fundamentais para a vida contínua no meio rural.

A expressiva extensão da malha de caminhos rurais em Adrianópolis (893,44 km, conforme mapeado) evidencia a importância da circulação em pequena escala, voltada ao escoamento agrícola, ao transporte de insumos e ao acesso a serviços essenciais. Isso se confirma quando o próprio Governo do Paraná, por meio do secretário de Agricultura e do Abastecimento, afirma que “as estradas rurais dão a condição de reduzir o custo de produção, fazer com que os insumos possam chegar na propriedade e que a colheita possa ser escoada. Além disso, também possibilitam que as crianças possam andar em uma estrada boa para ir para a escola, que o ônibus não encalhe, e que se alguém de noite precisar de um socorro, essa pessoa possa chegar no hospital na hora da dificuldade” (PARANÁ, 2025, s/p).

Todavia, a simples existência dessa rede viária não garante a efetividade dessas funções. O transporte local está diretamente condicionado às distâncias entre as propriedades, as áreas de produção e os pontos de comercialização, bem como à qualidade das estradas, que se configuram como condicionantes externas do processo produtivo. Trechos em más condições, com problemas de manutenção e trafegabilidade, tendem a encarecer o escoamento, alongar o tempo de deslocamento e restringir o acesso a serviços. Soma-se a isso a dificuldade de obtenção de veículos próprios para transporte e a dependência de atravessadores, o que reduz a autonomia dos agricultores e pode ampliar a desigualdade na apropriação da renda gerada no campo.

No entanto, tais caminhos, embora essenciais, estão sujeitos às limitações impostas pela topografia acidentada e pela precariedade das vias não pavimentadas. Essa condição é comprovada no Plano Municipal de Saúde de Adrianópolis, que registra que “uma das dificuldades dos moradores é o difícil acesso à sede, que fica a 60 km do bairro, por estrada de chão” (ADRIANÓPOLIS, 2024, p. 54), evidenciando a vulnerabilidade do tráfego em períodos de chuvas intensas.

Essa vulnerabilidade reforça a condição periférica do município no contexto regional, uma vez que a precariedade da infraestrutura viária dificulta a integração plena de Adrianópolis ao restante do Vale do Ribeira.

O conceito de “galho viário”, aqui utilizado como expressão nativa empregada pelos próprios moradores da região para nomear as estradas secundárias que se conectam a um eixo principal, também permite compreender melhor o padrão de ocupação existente. No município estudado, essa lógica se materializa na rede viária, onde as Comunidades Quilombolas e localidades rurais estão conectadas por estradas de baixo fluxo que se ramificam como raízes em busca de contato com a malha principal. Essa configuração espacial sugere um modelo de dependência, no qual os galhos não possuem autonomia, mas apenas funcionam como prolongamentos indispensáveis das vias principais.

Ao mesmo tempo, a concentração de fluxos em poucos eixos revela o papel hierárquico das rodovias e vias principais, responsáveis por conectar Adrianópolis com as cidades vizinhas (como Cerro Azul, Tunas do Paraná, Barra do Turvo e Ribeira). Esses eixos funcionam como corredores de deslocamento prioritário e organizam tanto a circulação de moradores quanto o transporte de mercadorias e serviços que não estão plenamente disponíveis no município. Assim, a malha viária

não atua só internamente; ela também media a relação de dependência entre Adrianópolis e centros próximos.

As conexões externas são estratégicas não apenas para a circulação de pessoas, mas também para a inserção do município nas dinâmicas econômicas regionais, pois condicionam o acesso a trabalho, comércio e serviços especializados. Como mostram estudos sobre acessibilidade, “a acessibilidade tem sido utilizada como um indicador de qualidade de vida e de competitividade nas áreas urbanas, devido ao seu impacto sobre os negócios e as atividades sociais” (MACÁRIO, 2016, p. 178), de modo que a hierarquia viária define quem consegue se deslocar, para onde e com quais custos, afetando diretamente as condições de reprodução social local.

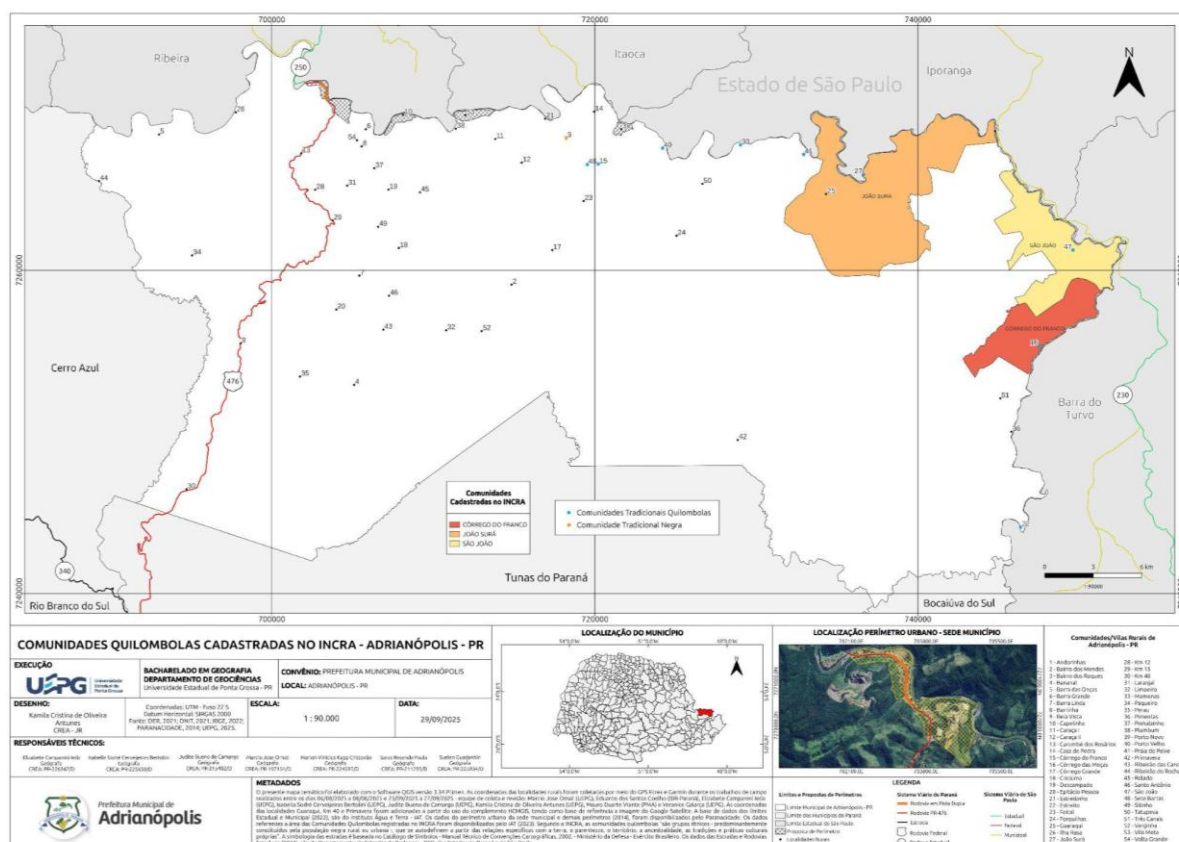
No município, existe ainda um conjunto expressivo de Comunidades Quilombolas (Mapa 7)¹⁵, totalizando nove comunidades, das quais três já são reconhecidas e delimitadas oficialmente pelo Incra (Córrego do Franco, São João e João Surá), enquanto as demais seguem em processo de reivindicação territorial, como Córrego das Moças, Estreitinho, Mamonas, Porto Velho, Praia do Peixe e Sete Barras.

Essas comunidades representam não apenas marcas da resistência histórica de afrodescendentes escravizados e de seus descendentes, mas também elementos fundamentais da configuração espacial e cultural do território atual. A presença Quilombola ganhou maior nitidez no Censo 2022, primeira edição com módulo dedicado ao tema, o que tornou estatisticamente visível uma dimensão territorial historicamente existente, mas pouco incorporada aos diagnósticos oficiais.

Entre as áreas oficialmente delimitadas, destaca-se a Comunidade Quilombola João Surá, reconhecida e declarada pelo Incra por meio da Portaria nº 244, de 11 de maio de 2016, publicada no DOU em 13 de maio de 2016, com área de 6.422,2171 ha (INCRA, 2016; MPPR, 2016). Sua trajetória é marcada pelo simbolismo das chamadas “três liberdades”: a primeira, vinculada à fuga e formação da comunidade por escravizados; a segunda, relacionada à concessão de lotes pelo Incra nas décadas de 1960 e 1970; e a terceira, ainda em curso, que corresponde à luta pelo reconhecimento integral de seu território. O Censo de 2022 registrou 148 moradores autodeclarados quilombolas em João Surá, que mantêm práticas agrícolas e extrativistas ligadas à ancestralidade.

¹⁵ O documento encontra-se disponível no Apêndice G para melhor visualização.

Mapa 7 - Comunidades Quilombolas cadastradas no INCRA - Adrianópolis - PR¹⁶



Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

Outra comunidade quilombola com processo de delimitação concluído é São João, cujo território foi reconhecido e declarado pelo Incra em 20 de novembro de 2023 (BRASIL, 2023), com área de 2.656,6476 ha. A comunidade abriga 13 famílias e tem origem na chegada de João Marinho, por via fluvial, em meados da década de 1850, o que garante a continuidade histórica e cultural da ocupação. Atualmente, os moradores cultivam mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho e banana, em práticas que preservam modos de vida tradicionais. O Censo de 2022 contabilizou 18 pessoas quilombolas residentes na localidade, que é regida pela legislação vigente desde a Constituição Federal de 1988, especialmente pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Comunidade Quilombola Córrego do Franco também possui destaque pela antiguidade da ocupação, que remonta a mais de 250 anos, com ao menos cinco gerações reconhecidas. Seus ancestrais chegaram pelo porto de Iguaçu e estabeleceram contato com populações indígenas locais, deixando vestígios

¹⁶ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

arqueológicos e elementos culturais de grande relevância histórica. O reconhecimento oficial ocorreu em 2006, pela Portaria nº 29 da Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2006), e o processo de regularização avançou em 2022, com a publicação do RTID no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2022, que delimitou uma área de 1.929,8432 hectares (INCRA, 2022).

O Censo de 2022 registrou 98 pessoas quilombolas residentes na localidade Córrego do Franco, em um total de 135 moradores (IBGE, 2022). Segundo o cadastro do Incra, a comunidade é composta por 53 famílias quilombolas (INCRA, 2024). Em 2024, a Portaria nº 799, de 26 de novembro de 2024, do Incra, incluiu as comunidades quilombolas do Paraná, entre elas Córrego do Franco, no Programa Nacional de Reforma Agrária, ampliando suas possibilidades de acesso à terra e a políticas públicas (BRASIL, 2024).

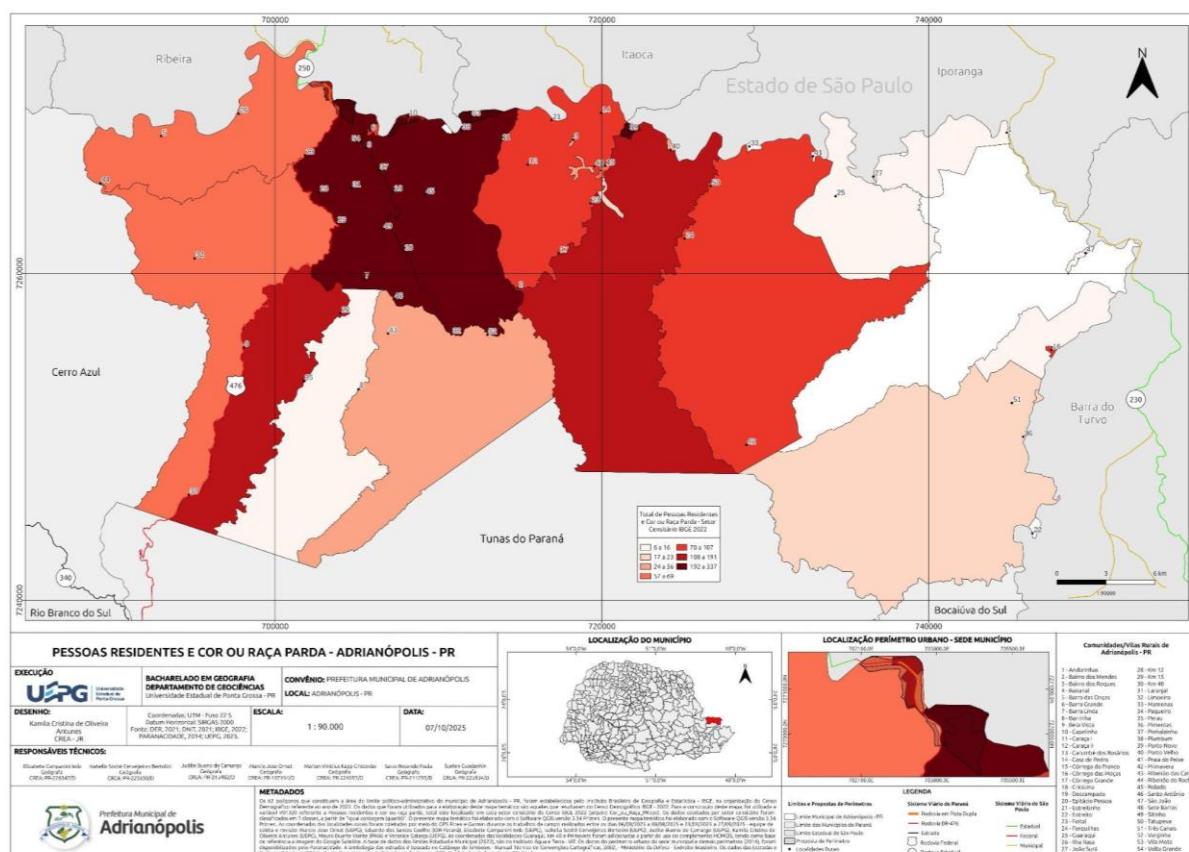
Além dessas três comunidades já delimitadas, Adrianópolis abriga outras comunidades quilombolas reconhecidas culturalmente e em processo de reivindicação de seus territórios. Entre eles estão Córrego das Moças, Porto Velho, Estreitinho, Três Canais, Praia do Peixe, Mamonas e Sete Barras. Esses grupos possuem certificação pela Fundação Cultural Palmares ou tramitam processos junto ao Incra, mas ainda não tiveram suas áreas oficialmente declaradas. Em geral, caracterizam-se por pequenos agrupamentos familiares, atividades agrícolas de subsistência e manutenção de tradições religiosas e culturais, elementos que reforçam sua identidade quilombola.

De acordo com o Censo de 2022, Adrianópolis possui um total de 752 pessoas quilombolas autodeclaradas, o que evidencia sua expressiva dimensão social no contexto local. O fato de apenas parte das comunidades ter obtido delimitação oficial até o momento revela os desafios do processo de efetivação de direitos, especialmente em relação ao artigo 68 da Constituição de 1988, que assegura às comunidades remanescentes de quilombo a propriedade definitiva de suas terras. Essa realidade expressa a resistência e a preservação cultural das comunidades e as dificuldades institucionais que ainda retardam a concretização plena de seus direitos territoriais.

A situação social de Adrianópolis revela, ao longo dos últimos censos, um quadro marcado por baixa densidade demográfica, indicadores socioeconômicos medianos e forte presença de populações tradicionais, com destaque para Comunidades Quilombolas. No plano étnico-racial, os dados apontam uma

diversidade expressiva: entre 6.256 moradores contabilizados por meio do Censo de 2022, 3.062 consideram-se pardos, 475 são pretos, 26 são indígenas, 2.686 são brancos e 7 amarelos. (Mapa 8)¹⁷. Esse predomínio da população parda reflete a forte miscigenação histórica do município, marcada pela presença de descendentes de comunidades quilombolas, populações indígenas e colonos europeus. Tal composição reforça a importância de políticas públicas que reconheçam e valorizem essa diversidade étnico-racial, assegurando igualdade de oportunidades e o respeito às identidades culturais locais.

Mapa 8 - Pessoas Residentes e Cor ou Raça Parda - Adrianópolis - PR - Censo 2022.¹⁸



Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

Há ainda a representação cartográfica do total de pessoas pretas (Mapa 9)¹⁹, o que compõe um segmento preto numericamente relevante no município. A existência de dados sobre a população negra e parda é de extrema importância

¹⁷ O documento encontra-se disponível no Apêndice H para melhor visualização.

¹⁸ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

¹⁹ O documento encontra-se disponível no Apêndice I para melhor visualização.

Construção (66,2%) e nos Serviços domésticos (66,8%), justamente atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em todos os anos da série” (IBGE, 2022, p. 25), o que indica que pretos e pardos seguem concentrados nos postos de menor remuneração. Além disso, as desigualdades alcançam o acesso a serviços básicos, pois “a população de cor ou raça amarela, seguida da branca, apresentou as maiores proporções de conexão de redes de serviços de saneamento básico e maior índice de presença de instalações sanitárias nos domicílios”, enquanto “as pessoas de cor ou raça preta, parda e indígena obtiveram proporções menores” (IBGE, 2024, s/p). E o próprio instituto ressalta que “em todos os 20 municípios brasileiros mais populosos, a população de cor ou raça branca tem mais acesso a abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo do que a população de cor ou raça preta, parda e indígena” (IBGE, 2024, s/p).

Informações detalhadas sobre a composição racial são essenciais para avaliar políticas públicas. Como explicou o IBGE ao divulgar os dados do Censo 2022, “o censo demográfico é a única pesquisa que nos permite olhar todas as categorias de cor ou raça e a sua evolução ao longo das décadas” (apud CORREIO BRAZILIENSE, 2023). Nesse marco, a mensuração por cor/raça também permitiu verificar efeitos concretos das cotas no ensino superior: “em 2018, o Brasil tinha mais de 1,14 milhão de estudantes autodeclarados pretos e pardos, o que corresponde a 50,3% dos matriculados na rede pública” (AGÊNCIA SENADO, 2019). Em conjunto, esses dados compõem a base empírica necessária para formular, monitorar e aperfeiçoar estratégias de inclusão e reparação.

Tais dados sobre raça/cor não têm apenas valor técnico, mas também valor político. Essa dimensão aparece no relato de Pateo e Montagner sobre a XXI Conferência Internacional de Estatísticos de Trabalho, ao ressaltarem que “a Ciet é oriunda da necessidade de produzir dados confiáveis e comparáveis para acessar às diferenças entre as realidades do mercado de trabalho e apontar as demandas de políticas públicas com o objetivo de desenvolver melhores condições de trabalho ao redor do mundo” (PATEO; MONTAGNER, 2024, p. 81). Desse modo, o trabalho estatístico responde justamente “à necessidade de produzir dados confiáveis e comparáveis [...] e apontar as demandas de políticas públicas” (PATEO; MONTAGNER, 2024, p. 81), o que aproxima estatística e justiça social.

Do ponto de vista racial, o Ipea explicita que o objetivo do projeto Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça é “disponibilizar para toda a sociedade brasileira

um conjunto de informações que amplie o conhecimento sobre as desigualdades de gênero e raça que ainda marcam o país”, reunindo “mais de 300 indicadores” e “mais de 2 mil gráficos” (IPEA, 2024). O instituto acrescenta que “os indicadores do ‘Retrato’ já serviram de insumo à atuação de órgãos governamentais, de organismos internacionais, de organizações da sociedade civil [...] e possibilitaram [...] acessarem, com facilidade, dados simultaneamente desagregados por sexo e raça/cor”, o que reforça o uso direto para políticas públicas (IPEA, 2024). Essa iniciativa é apresentada como parceria orientada por um imperativo ético e político, pois “tem como imperativo ético e político ‘não deixar ninguém para trás’” (IPEA, 2024).

Ao registrar de forma sistemática a condição da população negra e parda e evidenciar desigualdades estruturais, o Estado não só torna visíveis esses grupos como produz a base informacional para que políticas de redução de desigualdades sejam formuladas, pois o Ipea define o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça como iniciativa que “disponibiliza para toda a sociedade brasileira um conjunto de informações que amplie o conhecimento sobre as desigualdades de gênero e raça que ainda marcam o país” (IPEA, 2024). Esse movimento dialoga com a formulação de Pateo e Montagner, para quem se trata de uma “construção de justiça social baseada em evidências estatísticas” (PATEO; MONTAGNER, 2024, p. 81)

A partir dos setores censitários do Censo Demográfico de 2022, é possível obter uma leitura mais fina da distribuição da população no território municipal. Essa escala de análise é estratégica porque permite identificar não só quantos habitantes existem, mas onde eles estão localizados, revelando padrões de adensamento, vazios e formas diferenciadas de ocupação. Conforme define o IBGE, “o setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua [...] com dimensão adequada ao trabalho do recenseador” (IBGE, 2022, p. 6), o que garante maior precisão na coleta e na espacialização dos dados. Assim, o uso dos agregados por setores censitários transforma a informação demográfica em instrumento de planejamento territorial, pois evidencia a heterogeneidade interna do município e subsidia decisões públicas mais alinhadas à realidade local.

A espacialização da população de Adrianópolis indica não apenas os núcleos mais consolidados de ocupação urbana, mas também as áreas rurais marcadas por dispersão populacional. Essa diferenciação está diretamente associada às condições históricas, ambientais e econômicas do município. Compreender onde e como a

população se distribui no território faz parte de uma leitura mais profunda do espaço geográfico.

Para Milton Santos, essa leitura não é apenas descritiva: ela exige entender como o “todo” social se materializa de modo desigual nos lugares. Ele afirma que a transformação do todo social em partes concretas “dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas” (SANTOS, 2002, p. 81).

Isso significa que a própria presença das pessoas, serviços e equipamentos em certos lugares (e a ausência deles em outros) expressa um processo de diferenciação espacial historicamente produzido, e não um simples acaso. Nessa perspectiva, Santos lembra que “a análise espacial deve levar em conta, ao mesmo tempo, forma, função, estrutura e processo” (SANTOS, 2002, p. 63-64).

A análise da distribuição populacional no território, portanto, integra esse esforço de captar a forma material que o espaço apresenta, as funções que ele passa a desempenhar, a estrutura de relações que o sustenta e o processo histórico que o produz, permitindo que as políticas públicas sejam formuladas de modo mais justo e situado no real, e não como abstração homogênea. Como observa Gomes, ao discutir a própria noção de região, “parece bem mais salutar começar justamente pelo oposto, reconhecendo a existência da noção de região em outros domínios, que não os da ciência e, o mais importante, reconhecendo, ao mesmo tempo, a variedade de seu emprego” (GOMES, 2000, p. 49).

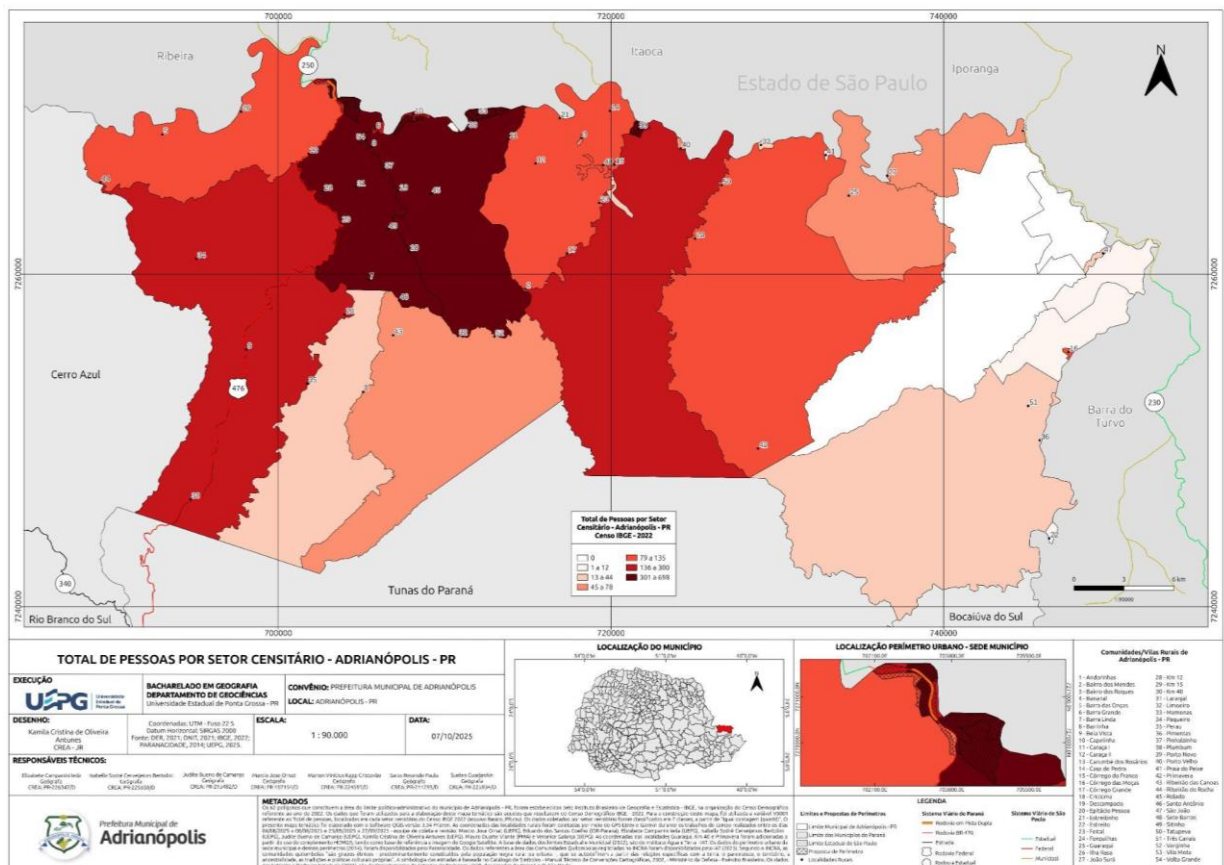
É possível observar que há maior concentração populacional no polígono onde encontra-se a sede municipal, e a lógica que explica essa aglomeração é que esta concentra a oferta de serviços considerados essenciais, como escolas, unidades de saúde, comércios e órgãos administrativos, além de infraestrutura básica que não está presente em áreas mais afastadas. Quanto mais próximo, mais rapidamente a prefeitura consegue atender as demandas. Essa centralidade faz com que a população se estabeleça nas proximidades, buscando reduzir os custos de deslocamento e aumentar o acesso a bens e serviços fundamentais (Mapa 10)²¹.

Essa estrutura reforça o papel polarizador do núcleo urbano em relação ao restante do território, configurando um modelo de centralidade típica de municípios de

²¹ O documento encontra-se disponível no Apêndice J para melhor visualização.

pequeno porte, nos quais a sede concentra funções decisórias, econômicas e simbólicas. O predomínio dessa centralidade, somado à carência de investimentos em infraestrutura nas comunidades mais afastadas, perpetua fluxos pendulares diários de deslocamento e dependência da população rural. Em longo prazo, tal configuração tende a acentuar o esvaziamento das áreas periféricas e a sobrecarga de serviços na zona central. Por isso, torna-se fundamental que o planejamento territorial incorpore políticas de desconcentração, incentivando a formação de subcentralidades e o fortalecimento das localidades rurais, de modo a promover um equilíbrio maior na distribuição populacional e na oferta de equipamentos públicos.

Mapa 10 - Total de Pessoas presentes em cada Setor Censitário - Adrianópolis - PR²²



Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

Segundo Corrêa (1989, p.38):

A área central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviço, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos (CORRÊA, 1989, p. 38).

²² Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

Em Adrianópolis, essa lógica aparece de forma ainda mais marcada porque se trata de um município de pequena dimensão urbana com área aproximada de 11,1 km², no qual a sede municipal concentra quase todas as funções administrativas, os serviços públicos e as oportunidades de atendimento. Estar mais próximo do núcleo urbano central significa, portanto, não só maior comodidade no acesso a equipamentos e serviços, mas também maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho local e de participação nas redes de sociabilidade que se estruturam a partir desse centro.

A concentração populacional e funcional na sede municipal, observada nos municípios do Vale do Ribeira, não é um fenômeno aleatório, pois ela está ligada a processos históricos e econômicos regionais. O IPARDES caracteriza o Vale do Ribeira paranaense como “um enclave de estagnação econômica e baixo desenvolvimento social”, formado por Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, situado no nordeste do estado (IPARDES, 2003, p. 1). Esse quadro histórico de estagnação e baixa diversificação produtiva reforçou a dependência da população em relação aos núcleos-sede, que concentram serviços públicos, comércio e administração.

Além disso, o próprio IPARDES registra que, no Vale do Ribeira, o dinamismo populacional recente tem se concentrado nas áreas urbanas, “em contraposição à dinâmica rural, com taxas negativas ou próximas de zero”, o que revela um processo de urbanização gradual que já alcançava 52,4% da população residente em áreas urbanas em 2000 (IPARDES, 2003, p. 2). Isso significa que há um deslocamento progressivo da população em direção aos núcleos urbanos centrais, enquanto diversas áreas rurais perdem habitantes, reforçando a centralidade política, administrativa e demográfica da sede municipal.

Essa centralidade também se sustenta pela infraestrutura viária. O relatório do IPARDES aponta que os principais eixos rodoviários que atendem o Vale do Ribeira “partem de Curitiba” e alcançam diretamente as sedes municipais, caso da BR-476 (Estrada da Ribeira) e da PR-092, que fazem a ligação da capital com Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis (IPARDES, 2003, p. 7). Apesar disso, o Instituto ressalta que esse conjunto de municípios “conforma uma área sem malha viária capaz de atender às necessidades de escoamento da produção e, muito menos, capaz de atuar como fator de desenvolvimento regional”, o que ajuda a

explicar por que a região “vem se mantendo à margem da expansão da economia estadual” (IPARDES, 2003, p. 7).

Na sede municipal é onde está o serviço público, é para onde convergem as estradas, e é para onde a população está migrando dentro do próprio município. Esse arranjo espacial territorializa a dependência, onde periferias rurais esvaziam e seguem dependentes da “porta de entrada e saída” representada pela sede. Ao concentrar equipamentos, serviços e oportunidades de trabalho quase exclusivamente nesse núcleo, o município reforça uma lógica de centralidade que drena população, renda e demandas cotidianas das demais localidades. Como consequência, muitas localidades rurais se transformam em espaços de moradia esporádica ou de passagem, enquanto as decisões políticas, técnicas e orçamentárias continuam sendo tomadas a partir das necessidades imediatas do centro

No trabalho de campo realizado entre os dias 23 e 27 de setembro de 2025, foi possível coletar informações a respeito das principais atividades econômicas que ocorrem no município de Adrianópolis (Tabela 2), onde a economia estrutura-se basicamente em torno de atividades rurais e extrativas. A agricultura é marcada pelo cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, milho e feijão, voltados principalmente ao consumo local e ao abastecimento regional. A pecuária de corte e leiteira complementa esse cenário, sendo praticada em propriedades familiares e com baixa inserção em cadeias de maior valor agregado (IBGE, 2022).

A mineração de calcário e dolomito constitui a principal atividade industrial do município, voltada ao abastecimento das indústrias de cal e cimento. Como registra o Instituto Água e Terra do Paraná, a exploração de calcário e mármore/dolomito é expressiva justamente nos municípios do nordeste paranaense, entre eles Adrianópolis, e permanece como um dos poucos ramos industriais capazes de gerar receita local (IAT, 2025).

Esse peso econômico, porém, vem acompanhado de impactos socioambientais típicos da lavra de calcário: alteração da paisagem, supressão de cobertura e, sobretudo, emissão de poeira e ruído. Estudos sobre mineração calcária ressaltam que moradores do entorno “associam tanto a poluição do ar como a poluição sonora com a exploração” desse material, apontando desconforto e risco à saúde respiratória (SILVA, 2023). Assim, trata-se de uma atividade ao mesmo tempo relevante para emprego e arrecadação e geradora de passivos ambientais que precisam ser controlados.

Tabela 2 - Principais atividades produtivas identificadas em Adrianópolis - PR.

Nome da Empresa	Tipo de Produção	Localização
NB Minerais	Extração de Calcário e derivados	Vila Mota
Margem - Companhia de Mineração	Extração de calcário e dolomita	Sede
Plenovale Florestal	Extração de madeira em florestas plantadas (Pinus e Eucalipto)	Bananal (abrange Adrianópolis, Tunas do Paraná e Cerro Azul)
Klabin	Extração de Pinus e Eucalipto para produção de celulose	Áreas diversas no município (aquisição de áreas florestais da Arauco)
Berneck	Extração de madeira em florestas plantadas	Divisa Adrianópolis / Tunas do Paraná (próx. bairro Perau)
TransTaquari	Extração de madeira em florestas plantadas	Áreas diversas no município
Agro Florestal Lavras	Produção de Produtos Não Madeireiros Não Especificados Anteriormente em Florestas Plantadas	Descampado, Quilombo João Surá
Tupi Mineradora	Extração de calcário e dolomita	Bela Vista
Cana Vale do Ribeira	Cultivo de cana-de-açúcar	Km 13
Coaquila - Cooperativa de Agricultores Quilombolas e Produtores Locais de Adrianópolis	Comércio de produtos orgânicos, transporte de carga, fabricação de produtos e apoio a agricultores Quilombolas	Quilombo Córrego das Moças
CAFA - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Adrianópolis	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado	Sede
Conbase Mineradora	Extração e beneficiamento (associado) de minerais não metálicos	Km 04

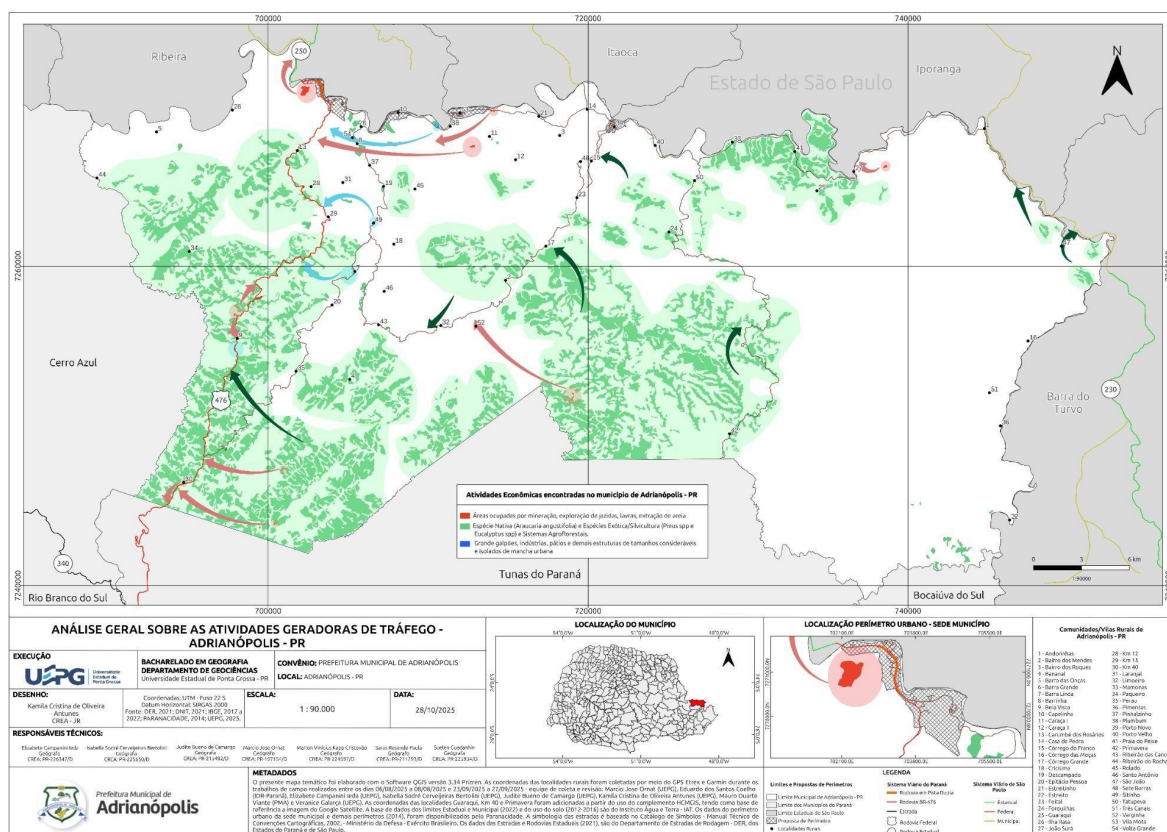
Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

Os reflorestamentos com pinus e eucalipto ocupam parcelas significativas do território municipal, geralmente em áreas de menor aptidão agrícola ou sobre antigas pastagens. Estudos sobre aptidão florestal no Sul do Brasil demonstram que “plantios florestais, de forma geral, suportam terras com restrições bem mais fortes que aquelas requeridas para o plantio de grãos e outros cultivos de espécies anuais” (GOMES et

al., 2020, p. 76). Assim, essas espécies foram amplamente difundidas no Paraná por sua boa adaptação às condições edafoclimáticas e pela possibilidade de fornecer madeira para múltiplos usos industriais. No plano recente, os dados do MapBiomass indicam que a classe “silvicultura/plantios florestais” segue crescendo e aparecendo de forma contínua nos municípios do Sul, associada sobretudo ao abastecimento das cadeias de papel, celulose e compensados (MAPBIOMASS, 2024). Apesar disso, essa atividade tende a pouco dinamizar a economia local, porque a parte mais valiosa da cadeia (processamento e comercialização) fica concentrada nas empresas que controlam o plantio e a indústria, enquanto os municípios ficam com os usos do solo e com os impactos. E, como alertam os manuais de uso da terra, a substituição de formações nativas por monocultivos de pinus/eucalipto pode provocar perda de diversidade vegetal e simplificação do ambiente, sobretudo quando feita de forma contínua e em grandes maciços (MAPBIOMASS, 2024).

O escoamento das produções depende exclusivamente do transporte rodoviário (Mapa 11)²³, tendo a BR-476 como eixo fundamental de ligação com outros centros.

Mapa 11 - Análise Geral sobre as Atividades Geradoras de Tráfego - Adrianópolis - PR²⁴



²³ O documento encontra-se disponível no Apêndice K para melhor visualização.

²⁴ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

Os produtos agrícolas e pecuários de Adrianópolis destinam-se principalmente ao autoconsumo e ao mercado regional, conforme apontam as estatísticas municipais do IPARDES para o Território Ribeira, que mostram produção voltada a gêneros de base e comercialização em municípios próximos. “A agropecuária permanece como atividade importante para a subsistência das famílias rurais e para o abastecimento dos centros urbanos locais e regionais” (IPARDES, 2007, p. 25). Parte desse excedente é escoada para municípios vizinhos, como Cerro Azul e Bocaiúva do Sul, e, pela proximidade territorial, pode alcançar o mercado paulista. O transporte é realizado sobretudo por veículos de pequeno porte, em estradas secundárias que frequentemente apresentam más condições, o que limita o alcance dos produtores familiares.

No caso da mineração em Adrianópolis, a extração de rochas carbonáticas (calcário, dolomito, mármore) está diretamente articulada à cadeia cimenteira regional. O Instituto Água e Terra registra que a exploração desses minerais “ocorreu em 15 municípios do Paraná, mas ficou concentrada naqueles que possuem indústrias cimenteiras: Rio Branco do Sul, Campo Largo e Adrianópolis”, e que esses materiais são empregados “na fabricação de cimento, cal, corretivos agrícolas e outros usos industriais” (IAT, 2025).

Essa especialização mineral tem peso estrutural na economia local: em 2022, a indústria extrativa mineral e a transformação de minerais não metálicos responderam por “75,0%” do Valor Adicionado Fiscal total de Adrianópolis e concentraram “23,2%” dos empregos do município, colocando Adrianópolis entre os casos mais dependentes da mineração no Paraná (IAT, 2025).

O escoamento dessa produção mineral ocorre majoritariamente por via rodoviária. O Relatório de Impacto Ambiental do Complexo Mineroindustrial de Adrianópolis descreve que o acesso entre Adrianópolis e a capital estadual se dá “a partir de Curitiba, através da BR-476 (Estrada da Ribeira), perfazendo cerca de 130 km de estrada asfaltada, passando por Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná antes de alcançar Adrianópolis”, e que essa rodovia é também o corredor de transporte do calcário beneficiado entre a área de lavra (Mina Paraná) e a unidade industrial de fabricação de cimento no próprio município (IAT, 2022, p. 2).

Esse eixo viário é estratégico porque a BR-476, no trecho Adrianópolis-Curitiba, funciona como ligação direta do Vale do Ribeira à Região Metropolitana de Curitiba e se conecta, já na capital e seu entorno, ao sistema da BR-116, principal corredor rodoviário entre Curitiba e o interior paulista. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes caracteriza a BR-476/PR como rota que atua como “alternativa de tráfego à rodovia BR-116 (Régis Bittencourt)” no acesso do Vale do Ribeira à Região Metropolitana de Curitiba (DNIT, 2016). Em termos práticos, isso significa que a sede de Adrianópolis opera como origem e ponto de passagem obrigatório para fluxos de calcário e dolomito destinados à indústria de cimento e cal em centros como Curitiba, Colombo, Rio Branco do Sul e outras cidades conectadas por esse corredor rodoviário (PARANÁ, 2025; IAT, 2025; IAT, 2022; DNIT, 2016).

No que diz respeito à extração madeireira, Adrianópolis integra o chamado Polo Florestal do Vale do Ribeira, que reúne municípios como Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Quatro Barras e Colombo. Esse polo é descrito como “o quinto maior polo em área plantada [...] com 104 mil hectares de floresta plantada e também predomínio de pinus”, e com Valor Bruto da Produção de R\$ 311 milhões, destacando-se pela oferta de toras de maior diâmetro destinadas à madeira serrada, celulose e papel (APRE, 2021). Essa disponibilidade de matéria-prima é retomada por Klas (2025), ao mostrar que o Polo do Vale do Ribeira, localizado ao norte da Região Metropolitana de Curitiba, incentiva atividades de beneficiamento como serrarias e produção de madeira serrada.

Essa base florestal sustenta diretamente a atividade industrial local e regional: há “disponibilidade de toras de pinus no Polo Florestal do Vale da Ribeira”, o que “incentiva o desenvolvimento de diversas atividades relacionadas ao setor”, sendo que “a principal atividade de beneficiamento realizada na região [...] é a produção de madeira serrada” em serrarias que fazem o primeiro desdobro da tora (KLAS, 2025, p. 2). Em outras palavras, a extração de pinus em Adrianópolis não é apenas extração bruta; ela alimenta um circuito de beneficiamento madeireiro regional. Ao mesmo tempo, a expansão das plantações florestais e das atividades de beneficiamento não se dá de forma neutra sobre o território, aprofundando disputas pelo uso da terra e dos recursos naturais com comunidades tradicionais, em especial as Comunidades Quilombolas e pequenos agricultores familiares.

A conversão de áreas antes utilizadas para roças diversificadas, produção florestal em florestas plantadas de baixa escala ou uso comunitário em extensas manchas de pinus e eucalipto tende a reduzir a disponibilidade de territórios para práticas tradicionais, impactar a paisagem e pressionar modos de vida que dependem do acesso coletivo à terra, à água e à floresta. Nessa perspectiva, o Polo Florestal se apresenta simultaneamente como vetor de dinamização econômica e como fator de conflito socioambiental, recolocando em disputa projetos distintos de desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

Além da tora usada em serrarias e na cadeia de celulose e papel, esses plantios de pinus também são explorados pela resinagem, isto é, a extração da resina antes do corte final da árvore. A Embrapa Florestas afirma que o Paraná apresenta “grande potencial para exploração da resinagem em pinus” e aponta que a resina é destinada à indústria química e farmacêutica, podendo gerar renda direta para produtores locais antes mesmo da colheita da madeira (EMBRAPA, 2021). Esse aproveitamento simultâneo de madeira e resina reforça o papel econômico do pinus na região onde está Adrianópolis (APRE, 2021; EMBRAPA, 2021).

Observa-se que a economia de Adrianópolis mantém forte dependência das conexões rodoviárias regionais, com destaque para a BR-476, que se constitui no principal corredor de circulação econômica do município.

3 O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: INSTRUMENTOS E PRÁTICAS

O planejamento urbano e regional constitui uma das áreas centrais da Geografia Profissional, vinculada ao Sistema Confea / Crea, especialmente referindo-se ao contexto contemporâneo, que é marcado por intensos processos de urbanização, metropolização e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Diante de uma sociedade cada vez mais urbana, compreender os mecanismos de ordenamento territorial, seus instrumentos e práticas é necessário para pensar alternativas à fragmentação do espaço, ao crescimento desordenado das cidades e até mesmo à exclusão territorial. O planejamento é então compreendido não apenas como uma ferramenta técnica, vinculada à prática profissional de Geógrafas e Geógrafos - subsidiado por todas as disciplinas que constituem a formação de um Bacharel em Geografia e que após Registro no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Geociências, obtém o título de Geógrafo, mas também como uma prática política, profundamente influenciada por interesses de cunho social, econômico e ideológico.

A Geografia, vista como a ciência que estuda o espaço produzido pelas relações entre sociedade e natureza, possui um papel fundamental na análise crítica do planejamento. Milton Santos sustenta que o espaço deve ser entendido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2002, p. 63). A partir disso, o planejamento passa a ser uma atividade que precisa considerar, ao mesmo tempo, os elementos materiais da cidade e os fluxos, funções e processos que estruturam a vida urbana. Por isso, não pode se limitar a ações normativas e setoriais, mas deve incorporar uma visão capaz de articular diferentes dimensões do território.

Além de Milton Santos, outros pesquisadores da área da Geografia também contribuíram com suas ideias significativamente para este debate. Corrêa (2000) chama atenção para o caráter conflituoso do espaço urbano ao afirmar que o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas e que ele é:

Produto da ação humana ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social, ‘consequência do trabalho e da divisão do trabalho’, conforme aponta Lefebvre (...). É o resultado do trabalho social que transforma

diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra. (CORRÊA, 2000. p. 67).

Isso significa que o território urbano não é neutro nem homogêneo, mas o lugar onde se expressam disputas entre diferentes agentes que procuram imprimir seus interesses na forma da cidade. Essa visão quebra uma ideia muito técnica e focada só na função do planejamento, que tende a tratar o território como algo inerte, passível apenas de ordenamento racional e objetivo.

Nessa perspectiva, o planejamento urbano não é um processo neutro ou puramente técnico, mas sim uma arena de conflitos e mediações, na qual os agentes com maior poder político e econômico (como o capital imobiliário, setores empresariais e elites locais) costumam impor suas prioridades sobre os interesses coletivos. Muitas vezes, os instrumentos de planejamento são moldados para atender a esses interesses hegemônicos, o que permite a valorização de determinadas áreas urbanas, a remoção de populações vulneráveis e a implementação de grandes projetos urbanos que aprofundem a desigualdade socioespacial. Por outro lado, os grupos populares e os movimentos sociais urbanos lutam para que suas demandas sejam inseridas nas políticas públicas para ampliar o acesso à moradia, ao transporte, aos serviços e ao direito à cidade, propriamente dito.

Corrêa afirma que “a organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista” (CORRÊA, 2000, p. 60-61). Dessa forma, como o Estado é um dos agentes que produzem e organizam o espaço, o planejamento urbano não é neutro, pois reflete as correlações de força e tende a privilegiar determinados grupos sociais em detrimento de outros. Esse entendimento evidencia os limites do planejamento tradicional e reforça a necessidade de incorporar práticas mais participativas e sintonizadas com a realidade territorial, de modo a incluir as populações historicamente excluídas.

Carlos (2007) avança na discussão ao mostrar que a cidade contemporânea é produzida sob uma forte articulação entre poder político e econômico, de modo que “o desenvolvimento do sistema exige uma relação de alianças entre o poder político e o econômico - no Brasil este colamento é evidente” (CARLOS, 2007, p. 194). Nessa condição, “instaura-se” um conjunto de políticas e ações urbanas “compatíveis ou estimuladoras da valorização do valor” (CARLOS, 2007, p. 195), o que abre espaço

para que planos e projetos urbanos sejam apropriados por interesses imobiliários e empresariais, em detrimento das necessidades da população.

Como explica Borges (2007), “o espaço é também instrumento da ação - meio de controle, logo de dominação e de poder - que produz uma hierarquia dos lugares centrado no processo de acumulação que produz a centralização do poder” (BORGES, 2007, p. 32). Assim, toda intervenção territorial envolve relações de poder e de apropriação, revelando disputas e hierarquias inscritas no território.

Raffestin (1993) explica que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Assim, o território deve ser entendido como produto de relações sociais e de poder, no qual cada ação implica uma forma de apropriação e controle. Dessa forma, o planejamento territorial não é um processo neutro, mas um campo político onde se expressam disputas e estratégias de diferentes atores - Estado, mercado e sociedade - sobre o uso e a significação do espaço.

O planejamento urbano, ao invés de neutralizar os conflitos territoriais, muitas vezes os reproduz ou então intensifica, sobretudo quando orientado por lógicas hegemônicas que invisibilizam as práticas populares e os usos cotidianos do espaço. A perspectiva dos autores mencionados reforça a necessidade de uma leitura crítica e sensível do território, que considere as múltiplas vozes e vivências urbanas nos processos decisórios e de intervenção no espaço.

Villaça (2001) complementa essa análise ao mostrar como as políticas urbanas reforçam a separação entre os espaços valorizados e os territórios marginalizados, aprofundando as clivagens sociais. Para Villaça, a segregação não é um fenômeno lateral, mas “um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intra-urbana” (VILLAÇA, 2001, p. 140-141). Justamente porque “a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (VILLAÇA, 2001, p. 150), ela não pode ser tratada como algo espontâneo ou natural, ela é produzida socialmente, articulando interesses de grupos que disputam as melhores localizações e o controle dos tempos de deslocamento.

Essa perspectiva trazida pelo autor evidencia que o planejamento urbano, ao invés de ser um instrumento neutro de ordenamento, é historicamente atravessado por relações de poder e por uma lógica existente de dominação social. A visão de

Villaça pode indicar que os modelos urbanos excludentes não são apenas tolerados, mas muitas vezes promovidos pelas políticas públicas e pelo mercado, sendo legitimados por discursos técnicos que ocultam os conflitos de classe e os processos de expulsão territorial.

Marcelo Lopes de Souza é uma das vozes mais críticas da Geografia brasileira em relação ao planejamento urbano, sobretudo quando se trata das cidades latino-americanas. Em *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*, ele insiste que planejamento e gestão não podem ser tratados como conjuntos de técnicas neutras, pois são práticas historicamente situadas, atravessadas por interesses de classe e por disputas de projeto de cidade (SOUZA, 2010). Nessa mesma linha, o autor afirma que “o planejamento urbano é, antes de mais nada, um campo de lutas sociais” (SOUZA, 2006, p. 41), o que significa reconhecer que, muitas vezes, o que se chama de planejamento acaba funcionando como instrumento de reprodução das desigualdades e de manutenção da ordem socioespacial vigente, favorecendo os grupos socialmente mais fortes.

Essa crítica é central para compreender por que muitos instrumentos de planejamento (como os Planos Diretores, o Zoneamento Urbano e os grandes projetos de revitalização) acabam sendo apropriados por elites políticas e econômicas, que moldam o território segundo suas conveniências, excluindo ou marginalizando populações vulneráveis, especialmente nas periferias urbanas.

Marcelo Lopes de Souza parte da ideia de que o planejamento e a gestão das cidades “só adquirem legitimidade se submetidos a processos efetivamente democráticos” (SOUZA, 2006, p. 224). Nessa direção, ele afirma que a democratização não pode ser apenas formal, mas deve criar “mecanismos permanentes de participação e controle social sobre as decisões urbanas” (SOUZA, 2006, p. 226), abrindo espaço para que grupos populares, movimentos e saberes locais intervenham de fato na definição dos rumos da cidade. Assim, superar o modelo excludente passa por radicalizar a dimensão democrática do planejamento ampliando participação, garantindo transparência e reconhecendo saberes locais e por romper com lógicas tradicionais de dominação. Essa perspectiva recoloca o planejamento urbano no centro dos debates sobre justiça socioespacial, democracia radical e direito à cidade.

É necessário então repensar o papel do planejamento urbano e regional. Em vez de apenas organizar fisicamente a cidade, ele deve atuar como um meio de

transformação social, incorporando práticas participativas, territorializadas e sensíveis às realidades do local a qual se está planejando. A elaboração de Planos Diretores, por exemplo, deve considerar as múltiplas territorialidades presentes nos municípios brasileiros e não apenas os interesses técnicos ou mercadológicos. A Geografia, ao integrar análise empírica e crítica social, oferece ferramentas teóricas e metodológicas fundamentais para essa tarefa.

3.1 ETAPAS E METODOLOGIAS DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES

A elaboração de Planos Diretores no território brasileiro tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas, influenciada por mudanças legais, institucionais e sociais, principalmente após a promulgação do Estatuto da Cidade (BRASIL, Lei Federal n. 10.257/2001). A obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor nos municípios brasileiros, prevista pelo Estatuto da Cidade, estabelece critérios específicos para sua exigência. Segundo essa legislação, devem elaborar Planos Diretores os municípios com mais de 20 mil habitantes, os que integram regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, os que pretendem utilizar os instrumentos urbanísticos avançados previstos nos artigos 25 a 28 da Lei (como a outorga onerosa do direito de construir ou as operações urbanas consorciadas), aqueles que estejam localizados em áreas de especial interesse turístico ou em áreas de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental regional ou nacional. Esses critérios visam garantir que os municípios com dinâmicas urbanas mais complexas ou localizações estratégicas disponham de um instrumento de planejamento que seja capaz de orientar seu crescimento de forma proporcional. No caso de Adrianópolis, a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor decorre, sobretudo, de sua condição de município integrante da Região Metropolitana de Curitiba, enquadrando-se, portanto, no critério previsto para municípios que compõem regiões metropolitanas.

Historicamente, os primeiros instrumentos de planejamento urbano no Brasil foram marcados por metodologias tecnocráticas e centralizadoras, inspiradas no urbanismo modernista e produzidas “de cima para baixo”. Em Belo Horizonte, por exemplo, o ordenamento territorial dos anos 1970 foi definido a partir do PLANBEL e da Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 2.662/1976, “aprovada em contexto autoritário e voltada ao controle físico do território”, sem mecanismos de participação popular

(CÂMERA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1976; DRUMMOND, 2021). Esse modelo mostrou-se eficiente do ponto de vista técnico, mas limitado quanto à legitimidade e à efetividade social das políticas, tanto que o primeiro Plano Diretor participativo da cidade só foi aprovado em 1996 (BELO HORIZONTE, 1996).

A partir dos anos 2000, com a exigência de participação social como quesito básico nos processos de elaboração dos Planos Diretores, diversos municípios passaram a adotar metodologias participativas. Esses processos incluem leituras / assembléias comunitárias, audiências públicas, consultas à população e conselhos municipais de desenvolvimento urbano.

O município de Palmas (TO) adotou, na revisão do seu Plano Diretor Participativo, uma metodologia que dividiu a “leitura da cidade” em leitura técnica e leitura comunitária, justamente “para integrar o diagnóstico produzido pelos especialistas às demandas apresentadas pela população” (RODOVALHO et al., 2019). Essa estratégia permitiu que as propostas do plano fossem formuladas a partir das necessidades sociais e territoriais identificadas nas oficinas e audiências públicas realizadas nos bairros.

Outro exemplo relevante de metodologia participativa é o Plano Diretor de Florianópolis (SC), cuja elaboração e revisão foram marcadas por intensos debates públicos, judicializações e conflitos de interesse, o que evidencia ao mesmo tempo os limites e as potencialidades da participação popular. Como analisam Siqueira, Chaves e Gonçalves (2020), o caso de Florianópolis revela a complexidade de processos em que diferentes grupos sociais tentam influenciar as decisões sobre uso e ocupação do solo e disputam os rumos do desenvolvimento urbano.

Em paralelo aos modelos mais participativos, muitos municípios brasileiros têm recorrido à contratação de equipes especializadas em consultorias técnicas para auxiliar na elaboração de seus Planos Diretores. Nesse modelo híbrido, busca-se unir o rigor técnico com mecanismos de escuta e diálogo social. Cidades como Vinhedo e Jundiaí, ambas no estado de São Paulo, adotaram esse modelo, combinando diagnóstico técnico-espacial (com uso de bases georreferenciadas e análise de expansão urbana) com ciclos de participação popular como audiências, oficinas e eleição de delegados, durante a revisão de seus planos diretores (VINHEDO, 2016; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2016). Em Jundiaí, por exemplo, o município registrou “quase 300 reuniões e mais de 11 mil participações” ao longo do processo de 2013-2016, antes de encaminhar o projeto de lei ao Legislativo.

Para municípios de pequeno porte, a elaboração de Planos Diretores apresenta desafios específicos. Em muitos casos, há escassez de recursos financeiros, técnicos e até humanos para realizar diagnósticos completos ou manter canais permanentes de participação. Ainda assim, as experiências de Campestre, Flexeiras, Jundiá e Jacuípe (AL) mostram que é possível desenvolver planos coerentes mesmo com limitações. Marisco explica que esses municípios “tomaram como referência o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos do Ministério das Cidades (2004), adaptando a metodologia à realidade local” e privilegiando “ações de capacitação e instrumentos mais simples de coleta e análise de dados” (MARISCO, 2017, p. 6-7)

No estado do Paraná, municípios como Ângulo, Doutor Camargo e Presidente Castelo Branco também adotaram estratégias metodológicas simplificadas, adaptadas à realidade agrária e de baixa densidade populacional. O estudo de Cordovil (2007) mostra que esses municípios conseguiram incorporar elementos de participação social em seus Planos Diretores mesmo sem contar com estrutura administrativa robusta, justamente porque priorizaram a mobilização das comunidades rurais e a valorização da agricultura familiar nos processos decisórios.

Mais recentemente, a incorporação de tecnologias digitais e geoespaciais tem influenciado novas metodologias de elaboração de Planos Diretores. Ferramentas de geoprocessamento, mapeamento colaborativo, criação de *webgis* para disponibilizar dados para os interessados e até o uso de redes sociais para divulgação vêm sendo utilizadas para enriquecer o diagnóstico territorial e ampliar o alcance das ações participativas. No Brasil, estudos recentes demonstram o potencial das tecnologias digitais e do mapeamento online participativo para aproximar diagnóstico e participação. Como afirmam Lenoir e Andrade, “o papel das plataformas online no fortalecimento da participação popular não deve ser ignorado”, motivo pelo qual elas investigam “a inserção da contribuição popular em um aplicativo de mapeamento online participativo” (LENOIR; ANDRADE, 2021, p. 272). Isso permite traduzir a complexidade do espaço urbano em dados georreferenciados e “potencializar o diálogo com a comunidade e um mapeamento da realidade” (LENOIR; ANDRADE, 2021, p. 274), tornando o planejamento mais sensível às necessidades locais

Aplicando a metodologia a um caso específico, para a revisão Plano Diretor Participativo Municipal de Cerro Azul, no Estado do Paraná²⁵, se estabeleceu algumas etapas fundamentadas no Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Instituto Pólis, 2021) e no Termo de Referência do Paraná Cidade nº 04/2021.

A primeira fase corresponde à organização e mobilização institucional, etapa fundamental para estruturar o processo de revisão. Nessa fase, realiza-se o levantamento de dados administrativos e técnicos preliminares, constitui-se a equipe técnica responsável e articula-se o envolvimento de diferentes setores da Prefeitura. Também é o momento em que se planejam as estratégias de divulgação e mobilização social para garantir que a comunidade seja informada e convidada a participar ativamente desde o início dos trabalhos. A comunicação é feita por meio de campanhas públicas, distribuição de panfletos informativos, reuniões com lideranças locais, criação de canais de informação e esclarecimentos sobre os objetivos do plano.

A segunda fase é a de diagnóstico, que envolve a construção da leitura técnica e comunitária do território. A leitura técnica compreende análises sobre os aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos, institucionais e de infraestrutura urbana. São utilizadas ferramentas como mapeamento geoespacial, levantamentos estatísticos e trabalhos de campo. Já a leitura comunitária é construída por meio da escuta ativa da população, com questionários prontos e impressos para anotar as demandas dos moradores, e audiências públicas que coletam demandas, dúvidas e críticas dos moradores. O cruzamento entre as leituras permite identificar os principais desafios e potencialidades do município, fornecendo uma base sólida para as próximas etapas do processo.

A terceira fase é a de elaboração de propostas, na qual são construídas as diretrizes, objetivos, estratégias e instrumentos que vão compor o Plano Diretor novo. Essa fase envolve um intenso trabalho técnico e participativo para definir o modelo de ocupação territorial desejado. São debatidos temas como zoneamento urbano e rural, áreas prioritárias de proteção ambiental, expansão urbana, mobilidade, habitação, infraestrutura e uso do solo. As propostas devem estar alinhadas às diretrizes do

²⁵ A revisão do Plano Diretor Municipal de Cerro Azul foi desenvolvido através do convênio firmado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Prefeitura Municipal de Cerro Azul (PMCA), através da Resolução CA - N° 2021.150. O documento pode ser acessado em: https://www2.uepg.br/geocidades/wp-content/uploads/sites/209/2021/12/Resolucao_CA_2021_150.pdf)

Estatuto da Cidade e refletir as necessidades identificadas no diagnóstico. A participação da população continua sendo central e crucial, com a validação das propostas em órgãos e reuniões públicas, garantindo maior legitimidade e aderência social às decisões tomadas.

Por fim, a quarta fase é a de sistematização e aprovação, etapa em que todo o conteúdo produzido é consolidado na forma de minuta de projeto de lei. Essa minuta passa por revisões técnicas, jurídicas e administrativas, e posteriormente sendo submetida à consulta pública para que a população possa ter conhecimento sobre o texto final e oferecer contribuições adicionais. Após esse momento, o documento é ajustado e protocolado pelo Executivo na Câmara Municipal para apreciação e votação. Com a aprovação, o novo Plano Diretor passa a ter força de lei e se torna o principal instrumento de planejamento urbano do município.

Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), em geral, enfrentam graves deficiências de infraestrutura urbana, altos índices de pobreza, baixa qualidade da educação pública e dificuldades de acesso à moradia, transporte e saneamento básico. Nessas localidades, o Plano Diretor deve desempenhar um papel central na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, o que se observa é que muitos desses planos, quando existem, são documentos genéricos, produzidos por consultorias externas que não conhecem a realidade do município, com pouca ou até mesmo nenhuma participação popular, e que não conversam com a realidade da região. Isso resulta em planos que têm valor legal, mas pouca aplicação prática. Estas afirmações estão lastreadas na análise dos Planos Diretores de 2008 dos municípios de Cerro Azul - PR e Doutor Ulysses - PR, constituídos por propostas não vinculadas à realidade de cada município. Prova desta situação é a de que os Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo de ambos os municípios são muito parecidos, para não afirmarmos que são idênticos.

No estado do Paraná, um exemplo emblemático é o município de Doutor Ulysses, localizado na Região Metropolitana de Curitiba, que possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do estado, registrado em 0,546 (dados do PNUD, 2013). Apesar de sua proximidade com a capital e de estar inserido em uma região de relevância ambiental (com Áreas de Proteção Permanentes - APP e presença de populações tradicionais), o município enfrenta desafios estruturais sérios, entre eles a precariedade na malha viária, *déficit* de infraestrutura básica e

difículdade de acesso a serviços públicos. Criar um Plano Diretor que seja realmente eficiente, levando em conta características únicas do território e que haja uma distribuição justa dos recursos, é essencial para corrigir os desequilíbrios históricos que existem no município.

Nesse sentido, desde dezembro de 2022, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) possui um convênio de cooperação técnica e científica firmado com a Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses (Resolução CA - Nº 2022.281. UEPG, 2022), visando à revisão do Plano Diretor Participativo Municipal (PDM) com previsão de vigência para o período de 2025 a 2035. Essa parceria integra o projeto de extensão nomeado "Assessoria na construção de projetos de desenvolvimento urbano e regional dos municípios com IDH Médio e Baixo no Estado do Paraná, por meio da elaboração / revisão de seus Planos Diretores Participativos", sendo desenvolvido pelo Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LabPlan/GeoCidades). As estratégias de ação incluem a realização de audiências públicas, mapeamento da morfologia urbana, aerofotolevantamento do perímetro urbano e a promoção de capacitações voltadas para a formação de lideranças locais, com ênfase na participação feminina. Essa iniciativa busca não apenas atualizar o Plano Diretor, mas também estimular a atuação do poder público na oferta de serviços para a população.

A literatura crítica da Geografia Urbana reforça a importância de compreender o Plano Diretor como uma ferramenta política e não apenas técnica. Souza (2010) argumenta que o planejamento e a gestão urbanos “são campos de conflito e negociação e não meros exercícios técnicos” (SOUZA, 2010). Por isso, ele defende que essas práticas só ganham legitimidade “se submetidas a processos efetivamente democráticos” (SOUZA, 2006, p. 224), o que inclui participação popular real, transparência e reconhecimento dos saberes locais. Essa chave político-pedagógica desloca o planejamento do lugar de instrumento burocrático e o coloca no centro do debate sobre justiça socioespacial e direito à cidade.

Essa perspectiva exige metodologias sensíveis às especificidades locais, capazes de identificar os conflitos territoriais, as desigualdades históricas e as possibilidades concretas de intervenção social. Todavia, nos municípios com baixo IDH, a existência de um Plano Diretor não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas sim como uma oportunidade para construir políticas públicas eficientes. O desafio, nesses casos, está em romper com os modelos tradicionais de planejamento e adotar práticas que valorizem o território como espaço vivido, apropriado e

disputado por diferentes grupos sociais. O sucesso de um Plano Diretor não está apenas em sua redação ou sua aprovação legislativa, mas na sua capacidade de ser implementado, com resultados concretos para a vida cotidiana das populações mais vulneráveis.

A diversidade metodológica na elaboração de Planos Diretores reflete, portanto, a complexidade do território brasileiro e a multiplicidade de realidades. Não existe uma única metodologia a ser seguida, mas sim diferentes estratégias que podem ser combinadas de acordo o contexto do município referido. É importante que esses processos consigam garantir integração entre conhecimento técnico e a escuta ativa da população.

3.2 A ARTICULAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO E GESTÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL

A articulação entre planejamento e gestão na escala municipal representa um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da política urbana no Brasil. Trata-se de um processo que exige coerência entre aquilo que é proposto nos instrumentos de planejamento (como por exemplo o Plano Diretor) com as ações executadas pela administração pública. Mais do que elaborar documentos técnicos, é preciso garantir que o conteúdo desses planos seja de fato incorporado à gestão do município, orientando a alocação de recursos obtidos, as políticas baseadas em cada setor e a tomada de decisões estratégicas sobre o que deve ser feito a respeito do uso do território. É necessário que haja um acompanhamento.

Essa articulação é mais desafiadora nas chamadas cidades locais e com baixos indicadores socioeconômicos, onde a capacidade institucional geralmente é bem limitada e os recursos técnicos e financeiros escassos. Mas é justamente nesses contextos em que o alinhamento entre planejamento e gestão se torna mais urgente, como forma de enfrentar desigualdades históricas e garantir acesso a direitos básicos.

O município de Cerro Azul ilustra bem esse cenário. Com grande extensão territorial e população dispersa, o município enfrenta dificuldades para garantir a infraestrutura adequada e o acesso universal aos serviços públicos. Um planejamento que não esteja vinculado a uma gestão ativa e territorializada corre o risco de se tornar ineficaz, pois não dialoga com os desafios cotidianos do município. Nesse contexto, a análise espacial da distribuição dos equipamentos públicos no território de Cerro

Educação Infantil (CMEIs), escolas municipais, academias ao ar livre, entre outros. Essas localidades, em sua maioria rurais e de difícil acesso, enfrentam limitações expressivas quanto ao transporte público, à conectividade e à presença constante de profissionais e serviços. A carência de infraestrutura próxima compromete o direito ao acesso pleno à saúde, à educação e ao lazer, aprofundando desigualdades históricas e territoriais. Essa realidade reforça a necessidade de um planejamento atento às dinâmicas do território, que prioriza a universalização dos serviços públicos com base em critérios de justiça espacial e inclusão social.

A revisão do Plano Diretor de Cerro Azul está sendo conduzida por meio de uma parceria formal entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e o município, estabelecida por convênio de cooperação técnica e científica. Esse acordo prevê que a UEPG disponibilize equipe multidisciplinar (professores e estudantes de Geografia, Gestão do Território e pós-graduação) para apoiar o diagnóstico territorial, a produção cartográfica, as leituras comunitárias e a elaboração de propostas, enquanto a prefeitura assegura a articulação local e a participação social do processo. A própria universidade destaca que o objetivo da cooperação é construir um Plano Diretor “em conformidade com as necessidades reais do município”, fazendo do território de Cerro Azul também um espaço de formação e extensão universitária (PARANÁ, 2022; GEOCIDADES, 2021).

Essa parceria segue uma metodologia específica de revisão do Plano Diretor Participativo, aprovada pelo Grupo Gestor em 2 de dezembro de 2021 e pactuada com a população na 1ª Audiência Pública de lançamento do processo em 18 de dezembro de 2021 (GEOCIDADES, 2021). Desde então, o trabalho avançou por etapas públicas e documentadas: em 24 de fevereiro de 2024, na 2ª Audiência Pública, a Análise Temática Integrada, que reúne leitura territorial, leitura comunitária, eixos temáticos e objetivos de desenvolvimento, foi discutida e aprovada com participação popular (GEOCIDADES, 2024a). Em 10 de agosto de 2024, durante a 3ª Audiência Pública, foram apresentadas e validadas as Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável e a proposta de macrozoneamento, incluindo a divisão de 27 macrozonas para o município, encerrando a terceira fase prevista na metodologia (GEOCIDADES, 2024b).

No momento, o processo caminha para a fase final, ou seja, a consolidação jurídico-normativa do Plano Diretor. Essa etapa já começou com a elaboração e a

entrega, pela equipe técnica da UEPG, das minutas de projetos de lei ao Legislativo municipal. Em 5 de julho de 2024, foram protocoladas na Câmara de Vereadores de Cerro Azul duas propostas centrais: o Projeto de Lei do Zoneamento Urbano (Lei nº 029/2024), que organiza o uso e ocupação do solo na sede e nos distritos, e o Projeto de Lei do novo Perímetro Urbano de Cerro Azul (Lei nº 030/2024), que redefine o perímetro da sede e dos distritos da Bomba e do Tigre. As minutas foram apresentadas pelo grupo da UEPG/GeoCidades na sessão da Câmara e, após isso, seguiram para a tramitação e avaliação técnica pelos órgãos competentes, incluindo a Agência Metropolitana de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP). (GEOCIDADES, 2024c).

O principal objetivo é de transformar o diagnóstico técnico e a participação popular acumulada ao longo das audiências públicas em instrumentos legais concretos - isto é, em projetos de lei que atualizam o Plano Diretor e suas leis complementares, que devem orientar o ordenamento territorial de Cerro Azul para os próximos anos.

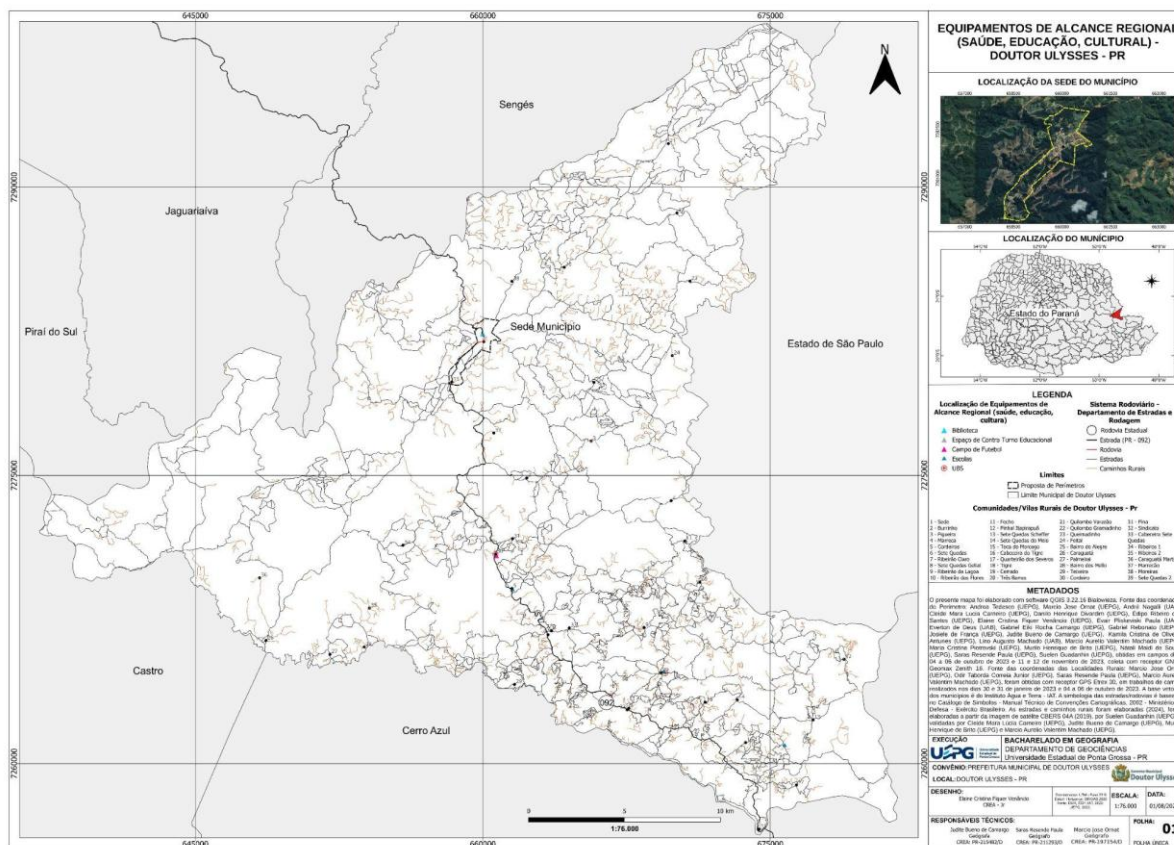
O mesmo se observa no município de Doutor Ulysses, que também se encontra no Vale do Ribeira e já mencionado anteriormente. Além dos baixos indicadores de desenvolvimento, possui uma geografia marcada por grandes áreas de preservação ambiental, terrenos acidentados e extensas zonas rurais. Esses fatores fazem com que ocorra o isolamento de diversas comunidades, o que dificulta o acesso a serviços públicos essenciais. Muitas dessas localidades não contam com infraestrutura viária adequada, comprometendo o deslocamento de moradores e o atendimento por parte do poder público, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Com o auxílio do grupo técnico de revisão do Plano Diretor, a implementação de políticas públicas irá considerar não apenas a carência de recursos, mas também as especificidades territoriais que dificultam a universalização dos serviços. Estratégias integradas serão utilizadas para articular diferentes áreas da gestão pública e envolver as comunidades no processo decisório.

A revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses também está sendo conduzida por meio de cooperação técnica entre a UEPG e a Prefeitura Municipal, formalizada em 2022. Essa parceria envolve equipe técnica da UEPG (docentes e estudantes) para produzir diagnóstico territorial, mapeamento urbano e apoio à participação social, enquanto o município organiza as etapas públicas do processo (GEOCIDADES, s.d); PARANÁ, 2023).

O processo seguiu a metodologia participativa apresentada e aprovada em audiência pública, avançando pelas fases de leitura territorial, formulação de diretrizes e construção de propostas para o ordenamento urbano. Em 20 de setembro de 2024, durante a 3ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, foram apresentadas e aprovadas as Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, encerrando a terceira fase prevista na metodologia. A partir dessa etapa, o processo entrou na fase final de elaboração e consolidação das minutas de projetos de lei (Plano Diretor Municipal, Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, Sistema Viário e Perímetro Urbano) para posterior análise dos órgãos estaduais (AMEP/CGMRMC) e envio à Câmara Municipal para votação (Mapa 13)²⁸.

Mapa 13 - Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional (Saúde, Educação, Cultural) no Município de Doutor Ulysses (PR).²⁹



Fonte: GeoCidades/LabPlan, 2024.

A visualização cartográfica da dispersão territorial dos equipamentos públicos em Doutor Ulysses evidencia de forma clara as dificuldades de acesso enfrentadas

²⁸ O documento encontra-se disponível no Apêndice M para melhor visualização.

²⁹ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

por grande parte da população, especialmente nas regiões mais afastadas da sede municipal. Comunidades como o Quilombo Varzeão, Quilombo Gramadinho, Queimadinho, Feital, Caraguatá Martins, Marreca, Fecho, Ribeirão das Flores e Pinhal Itapirapuã encontram-se completamente afastadas dos equipamentos urbanos, com difícil acesso por meio de longas estradas de chão estreitas e com relevo acidentado.

Guaraqueçaba, por sua vez, é um município litorâneo também presente no Estado do Paraná que representa um caso emblemático de grande riqueza ecológica, inserido em território de Mata Atlântica, mas com baixa densidade urbana e problemas estruturais sérios. A compatibilização entre planejamento urbano e gestão ambiental torna-se um desafio central. As diretrizes do Plano Diretor precisam estar aliados com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), com as regras das Unidades de Conservação (UC's) e com os modos de vida tradicionais.

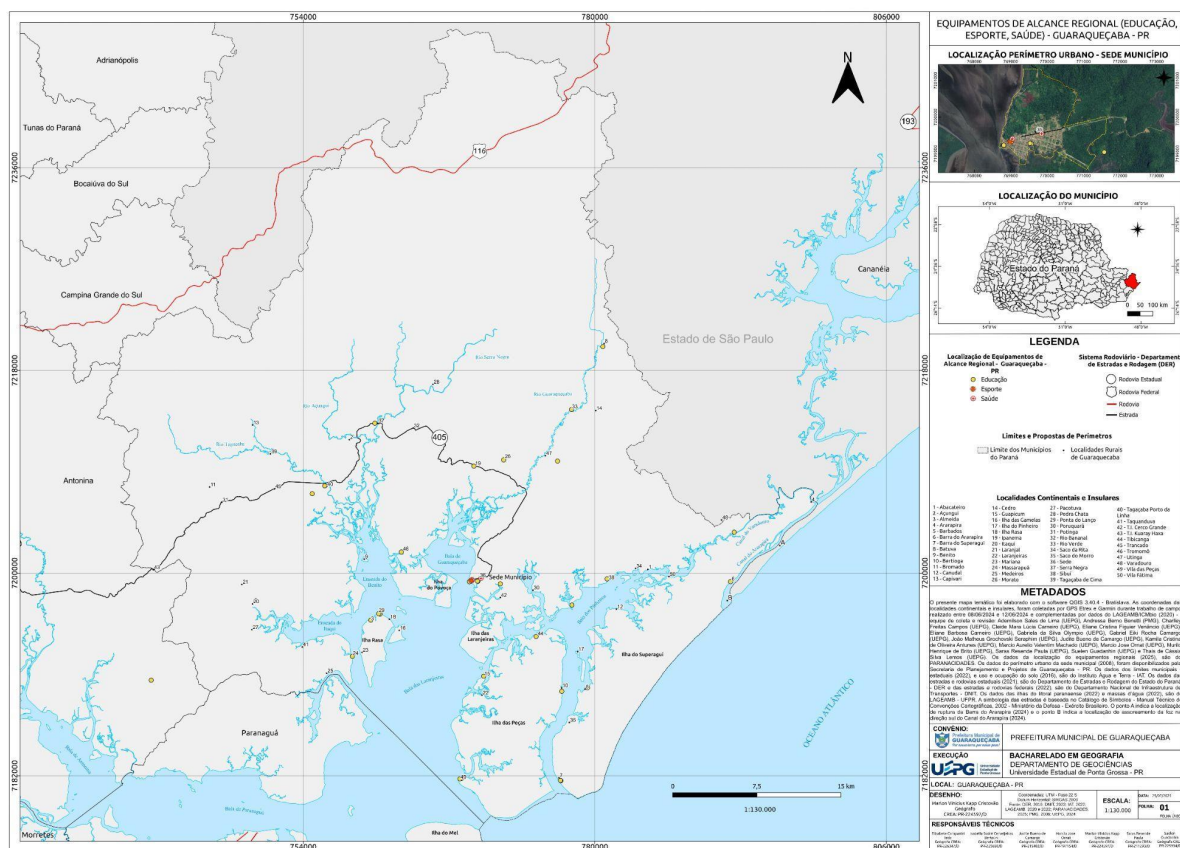
Sem essa articulação, corre-se o risco de implementar políticas excludentes, que desconsiderem a realidade de populações indígenas e quilombolas presentes no município.

Guaraqueçaba também está revisando seu Plano Diretor Municipal em cooperação técnica com a UEPG, por meio de um convênio formal publicado no Diário Oficial em setembro de 2023. Esse acordo prevê que a UEPG apoie o município com diagnóstico territorial, mapeamentos, participação social e formulação das propostas de ordenamento urbano e ambiental, enquanto a prefeitura organiza as audiências públicas e fornece as informações locais necessárias (GEOCIDADES, 2023). O processo já avançou pelas etapas iniciais de mobilização e leitura técnica/participativa do território e agora caminha para as próximas fases, a fim de colaborar com a elaboração das minutas de projetos de lei que vão atualizar o Plano Diretor, o zoneamento, o perímetro urbano e os instrumentos urbanísticos do município (GEOCIDADES, 2024; UEPG, 2025).

A análise espacial contribui para essa reflexão, ao demonstrar a sobreposição que existe entre áreas de preservação, territórios tradicionais e a localização (ou ausência) de equipamentos e infraestrutura básica, revelando os conflitos e desafios da gestão territorial em contextos ambientalmente sensíveis. As comunidades tradicionais e localidades rurais mais afastadas, como Pedra Chata, Bromado, Laranjal, Pacotuva, Ararapira e Ilha das Gamelas carecem de equipamentos públicos

em suas proximidades, e necessitam deslocar-se para comunidades próximas e, quando necessário, deslocam-se até mesmo para outros municípios vizinhos (Mapa 14)³⁰.

Mapa 14 - Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional (Saúde, Educação, Cultural) no Município de Guaraqueçaba (PR).³¹



Fonte: GeoCidades/LabPlan, 2025.

Em Adrianópolis, o município a ser tratado neste trabalho, a situação se agrava pela presença de passivos ambientais decorrentes da mineração e por uma base econômica fragilizada. A gestão pública busca lidar simultaneamente com os desafios da recuperação ambiental, da geração de emprego e da urbanização precária. O Plano Diretor deve ser interpretado como um guia para ações concretas e integradas, que articule ordenamento territorial, regularização fundiária, mobilidade urbana, habitação e promoção social. Além disso, Adrianópolis apresenta um quadro geográfico complexo, marcado por áreas de proteção ambiental, comunidades distantes umas das outras e forte dependência de atividades extrativistas, o que exige

³⁰ O documento encontra-se disponível no Apêndice N para melhor visualização.

³¹ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

uma abordagem de planejamento que considere as especificidades de cada fração do território.

Nesse sentido, o presente trabalho desenvolveu-se tendo como base o município de Adrianópolis, justamente por apresentar uma diversidade significativa de aspectos geográficos, sendo eles de cunho ambiental, econômico e social, que influenciam diretamente as dinâmicas locais. A escolha do município permite observar de forma clara as múltiplas camadas que compõem o território, desde a presença de áreas ambientalmente sensíveis até regiões com déficits históricos de infraestrutura e acesso a serviços. Essa complexidade territorial oferece condições propícias para a elaboração e aplicação do conceito de Unidade Espacial de Gestão (UEG), ferramenta estratégica no âmbito do Plano Diretor.

As UEG's têm como objetivo subdividir o território municipal em zonas de planejamento que possuam características homogêneas ou desafios comuns no seu interior e características heterogêneas em relação ao seu entorno, permitindo uma leitura mais precisa das necessidades e potencialidades locais. No caso de Adrianópolis, por meio dessa metodologia busca-se demonstrar que sua aplicação é necessária para que o planejamento consiga tratar de forma diferenciada as áreas urbanas consolidadas, as zonas rurais em processo de esvaziamento demográfico, os núcleos tradicionais de produção agrícola e os espaços impactados por passivos ambientais. A definição dessas unidades facilita a implementação de políticas públicas mais eficazes, adaptadas à realidade de cada parte do município, e permite uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

A articulação entre planejamento e gestão deve ser vista, portanto, como um processo político e pedagógico, no qual os instrumentos técnicos assumem sentido prático a partir de sua inserção no cotidiano da gestão pública. Nos municípios que enfrentam maiores dificuldades socioeconômicas e estruturais, essa articulação não é apenas desejável, mas imprescindível para garantir o direito à cidade e ao território. Cerro Azul, Doutor Ulysses, Guaraqueçaba e Adrianópolis, ao lidarem com essas realidades, tornam-se exemplos marcantes de como o planejamento só cumpre seu papel transformador quando está verdadeiramente conectado à ação, que, nestes casos, está sendo desempenhada com a ajuda da equipe de assessoria do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da UEPG.

4 REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO: FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A regionalização do espaço geográfico é um processo teórico que busca dividir o território em unidades com características semelhantes ou relações significativas, visando facilitar a análise e a compreensão das dinâmicas espaciais. Ela não é neutra: envolve recortes que podem ser definidos pelo pesquisador, mas também resulta de práticas e dinâmicas produzidas pelos próprios grupos sociais no território. Nesse sentido, segundo Haesbaert (2010, p.6):

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização - seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja a partir de dinâmicas espaço-temporais efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais” (HAESBAERT, 2010, p. 6).

As regiões podem ser definidas a partir de critérios diferentes, conforme o objetivo da análise e do planejamento. Em termos geográficos, Haesbaert define regionalização como “processo de diferenciação e/ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou articuladas”, enquanto entende a região como “entidade geográfica concreta” e a regionalidade como propriedade do “ser regional”, inclusive em sua dimensão simbólica e vivida (HAESBAERT, 2010, p. 2). Isso significa que não existe uma única base de recorte regional, tanto elementos físico-ambientais (base territorial, desenho espacial, articulação de biomas) quanto dimensões sociais, econômicas e culturais (formas de ocupação, modos de vida, redes de circulação) podem estruturar uma região.

Ao mesmo tempo, Haesbaert argumenta que a região não é apenas um recorte técnico neutro, mas também um campo de disputa política. Ele propõe entender a região como um “arte-fato”, ou seja, algo que é ao mesmo tempo fato (resultado de práticas concretas no território) e artifício (instrumento analítico e normativo), “tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política” (HAESBAERT, 2010, p. 7). Delimitar uma região é sempre escolher o que conta como coesão, quem conta como sujeito do território e que projeto político se pretende implementar.

Metodologicamente, duas abordagens clássicas orientam a definição de regiões. A abordagem formal (ou homogênea), que delimita áreas com certa uniformidade interna de características físicas ou socioeconômicas, e a abordagem funcional, que define regiões a partir das interações e fluxos entre lugares. Essa segunda perspectiva entende a região como rede articulada por relações econômicas, políticas e sociais. Como afirma Raffestin, “a distância de que falamos aqui diz respeito à interação entre os diferentes lugares [...] o que conduz à formação de sistemas de malhas, de nós e de redes que se inscrevem no espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 150-151), produzindo diferenciações funcionais e hierarquias.

A informação evidencia que as regiões são construções sociais e políticas, não meramente divisões naturais. Elas refletem relações de poder e representam diferentes escalas e níveis de organização territorial.

No contexto do planejamento territorial, especialmente em municípios com características geográficas e sociais complexas como Adrianópolis - PR, a regionalização adquire um papel estratégico. Ela possibilita a leitura das especificidades internas do território, evidenciando desigualdades, potenciais e fragilidades, o que se revela fundamental para a construção de UEG's. Tais unidades são delimitadas a partir de critérios técnicos e empíricos, com base em elementos físicos, ambientais, econômicos e sociais, que orientam a tomada de decisões no âmbito do Plano Diretor Municipal.

Compreende-se que a regionalização proposta para Adrianópolis considera não apenas os elementos naturais, mas também os aspectos históricos de ocupação do território, as relações sociais estabelecidas entre as comunidades locais e as condições de acessibilidade e integração aos circuitos regionais. No caso específico, a região apresenta um território montanhoso, com predomínio de relevo acidentado, floresta densa e ocupação humana dispersa. Além disso, o município abriga diversas comunidades quilombolas já reconhecidas e com processo de regularização em curso como São João, João Surá e Córrego do Franco, o que reforça a necessidade de delimitações territoriais que respeitem os territórios tradicionais e a diversidade sociocultural local (INCRA, 2018; PARANÁ, 2021).

Portanto, regionalizar um território envolve identificar unidades que apresentem algum grau de coerência interna, em vez de tratá-lo como um bloco indiferenciado. Na formulação de Corrêa, no contexto da geografia quantitativa, a região é “definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são

menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, , p. 32). Ou seja, a regionalização parte da comparação entre lugares para agrupar aqueles que guardam maior similaridade interna e, assim, produzir recortes analíticos que possam ser descritos, comparados e planejados.

4.1 UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA DISPERSÃO ESPACIAL E TRAMA LOCACIONAL

O município de Adrianópolis apresenta uma configuração espacial marcada por uma dispersão territorial e baixa integração em sua infraestrutura, revelando as contradições típicas de um território periférico inserido na lógica regional do Vale do Ribeira. Para tanto, torna-se fundamental compreender como se dá a dispersão espacial das atividades e da população neste município.

No cotidiano, Adrianópolis mantém vínculos econômicos e sociais mais estreitos com o entorno imediato do Vale do Ribeira paranaense, sobretudo com Cerro Azul e Bocaiúva do Sul, que com ela compõem o bloco de sete municípios reconhecido pelo Governo do Estado como “Vale do Ribeira”, território de baixo IDH que é alvo de ações de geração de emprego e renda (PARANÁ PROJETOS, 2025). Pela própria posição de fronteira, há circulação também com Ribeira (SP), reforçando essa articulação regional.

Além disso, há uma circulação constante de pessoas, mercadorias e serviços ao longo do eixo rodoviário que liga Adrianópolis à Região Metropolitana de Curitiba pela BR-476 (Estrada da Ribeira) e, no sentido oposto, conecta o município à divisa com São Paulo, na altura de Ribeira, utilizando o mesmo corredor viário descrito no RIMA: “a partir de Curitiba, através da BR-476 (Estrada da Ribeira), perfazendo cerca de 130 km de estrada asfaltada, passando por Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná antes de alcançar Adrianópolis” (IAT, 2022, p. 2). A precariedade da estrutura rodoviária regional, somada à baixa densidade populacional e a uma economia ainda muito baseada em atividades primárias (agricultura de subsistência, extração vegetal e pecuária de pequeno porte), explica o padrão de ocupação territorial disperso, com pequenos núcleos isolados e grandes extensões rurais.

Essa dispersão espacial - Adrianópolis tinha cerca de 6,3 mil habitantes distribuídos em aproximadamente 1.349 km² em 2010, o que resulta em uma densidade próxima de 5 hab/km², entre as mais baixas da Região Metropolitana de

Curitiba - não é apenas um dado demográfico, mas expressa fragilidades nas conexões territoriais e nos fluxos socioeconômicos (IBGE, 2010; IPARDES, 2003).

Uma primeira evidência é a acessibilidade física, no qual o próprio estudo de impacto ambiental do complexo minerioindustrial descreve que o acesso ao município “a partir de Curitiba” depende basicamente da BR-476, como já citado anteriormente (IAT, 2022).

Outra evidência é a própria dinâmica populacional, pois o Vale do Ribeira paranaense, do qual Adrianópolis faz parte, é caracterizado como um “enclave de estagnação econômica e baixo desenvolvimento social”, com perda populacional e saída de moradores em busca de emprego e serviços fora do município (IPARDES, 2003).

Por fim, há uma dependência produtiva concentrada, visto que a economia local é fortemente ancorada em um único setor que responde por grande parte do Valor Adicionado Fiscal municipal e por parcela expressiva dos empregos formais em Adrianópolis, a indústria extrativa mineral e a transformação de minerais não metálicos chegaram a representar 75,0% do VAF e 23,2% dos empregos em 2022 (IAT, 2025). Isso revela baixa diversificação econômica e vulnerabilidade a oscilações de um só ramo produtivo. Em conjunto, a acessibilidade restrita, a saída de população e a base econômica pouco diversificada evidenciam que a rarefação demográfica no território está diretamente ligada a redes frágeis de integração econômica e de acesso a serviços (IPARDES, 2003; PARANÁ PROJETOS, 2025).

Santos (2002, p. 160) afirma que “Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.” Nesse sentido, a incorporação aos circuitos técnicos e informacionais ocorre de modo seletivo, privilegiando certos pontos do território e deixando outros em posição subordinada.

Embora Adrianópolis esteja formalmente incluída em uma região metropolitana, sua inserção institucional não garante uma integração material e funcional aos principais fluxos econômicos e informacionais, o que reproduz sua condição periférica dentro da própria metrópole.

Por outro lado, a trama locacional do município revela conexões históricas e funcionais com o Vale do Ribeira que se materializam em deslocamentos cotidianos de pessoas e mercadorias entre Adrianópolis, Cerro Azul, Bocaiúva do Sul, Doutor

Ulysses e também Ribeira (SP), seguindo principalmente o eixo da BR-476/Estrada da Ribeira. Esses deslocamentos de curta e média distância explicam a circulação intermunicipal para compras, serviços e trabalho, típica dos municípios de baixa densidade do Vale do Ribeira (IPARDES, 2003; ADRIANÓPOLIS, 2011)

Essas conexões dependem de uma malha rodoviária regional formada pela BR-476 e pela PR-092, esta última historicamente não pavimentada no trecho Cerro Azul – Doutor Ulysses e alvo, em 2022 e 2023, de contratos de conservação e melhorias do DER/PR “beneficiando mais de 32 mil habitantes de Doutor Ulysses, Cerro Azul e Tunas do Paraná”, com o objetivo de “facilitar o acesso a serviços públicos nos centros urbanos” e “beneficiar o escoamento da produção agrícola local” (DER/PR, 2022; 2023).

A pavimentação iniciada em 2025 na PR-092 é descrita pelo governo estadual como a “primeira ligação asfáltica” de Doutor Ulysses, após “décadas de espera”, evidenciando que a integração entre os municípios do Vale do Ribeira ainda está em processo de consolidação física e logística (PARANÁ, 2025).

Esse entrelaçamento territorial aparece também nos serviços públicos compartilhados. A Secretaria de Estado da Saúde afirma que o Hospital e Maternidade Municipal de Rio Branco do Sul está sendo ampliado para funcionar como referência regional para os sete municípios do Vale do Ribeira, incluindo Adrianópolis, com o objetivo de “levar os serviços de saúde para mais perto das pessoas” e reduzir o chamado “turismo de ambulância”, isto é, o deslocamento entre cidades para procedimentos básicos que não existem localmente (PARANÁ, 2022).

Em outras palavras, essas redes de transporte, de acesso à saúde e de circulação econômica são organizadas regionalmente entre pequenos municípios, muitas vezes antes de serem plenamente reconhecidas e planejadas de forma integrada pelo nível estadual (ADRIANÓPOLIS, 2024; PARANÁ, 2022).

Ao mesmo tempo, essa rede de circulações locais e regionais convive com um território sob forte controle ambiental: parte de Adrianópolis está inserida no Parque Estadual das Lauráceas, unidade de conservação de proteção integral criada em 1979 “com o objetivo de conservar importantes remanescentes de uma outrora vasta biodiversidade paranaense” e hoje o “maior parque estadual do Paraná”, com cerca de 30 mil hectares, cobrindo áreas de Mata Atlântica em relevo montanhoso e vales profundos na bacia do Ribeira (IAT, 2020; IAT, 2024).

A criação e a posterior ampliação do parque mudaram a forma de ocupação do Vale do Ribeira. Pesquisadores descrevem que, a partir dos anos 1980, o Estado passou de uma lógica de colonização e regularização fundiária para uma lógica de conservação rígida, impondo limites de uso e “forçando a população residente no entorno [...] a se adaptar às restrições impostas pela limitação de uso de áreas anteriormente ocupadas e geridas por ela”, o que desencadeou “tensões territoriais” e conflitos socioterritoriais com comunidades locais, inclusive quilombolas (MOSCAL; SAHR, 2015, p. 193-194, 196, 211-212).

Em outras palavras, o município articula, ao mesmo tempo, fluxos cotidianos de mobilidade e serviços entre pequenas cidades do Vale do Ribeira e um regime de proteção ambiental que restringe novas frentes de uso do solo, ocupação rural e circulação interna, isto é, a própria configuração territorial de Adrianópolis é marcada tanto pela integração regional quanto por zonas de controle estatal do território (IAT, 2025; MOSCAL; SAHR, 2015, p. 193-194, 211-212).

Nesse cenário, a existência de Unidades de Conservação como o Parque Estadual das Lauráceas representa uma importante estratégia de conservação ambiental, atuando não apenas na preservação da biodiversidade, mas também como elemento estruturante da paisagem e do território (IAT, 2025).

Estudos mostram que a criação e a ampliação dessa unidade de conservação impuseram limites de uso do solo e de expansão produtiva às comunidades rurais do entorno, exigindo que essas populações se adaptassem a restrições ambientais e a um quadro de menor possibilidade de abertura de novas áreas agrícolas, o que gerou tensões fundiárias e pressões socioeconômicas locais (MOSCAL; SAHR, 2015, p. 193-194, 211-212).

O predomínio de pequenas propriedades rurais familiares (IDR-PARANÁ; PREFEITURA DE ADRIANÓPOLIS, 2021, p. 2), sem acesso regular e consolidado a assistência técnica e a instrumentos de crédito rural - cuja oferta ainda aparece como meta de política pública, com previsão de “assistir 55 Unidades de Produção Familiar”, “atender 230 agricultores(as)” e “fomentar o uso do crédito rural para custeio e investimento” (IDR-PARANÁ; PREFEITURA DE ADRIANÓPOLIS, 2021, p. 3-4) - limita a modernização da agricultura local e a diversificação da economia.

Esse quadro se reflete em indicadores socioeconômicos inferiores à média estadual: em 2010, Adrianópolis registrou IDHM de 0,667, abaixo do valor do Paraná (0,749), e seu diagnóstico rural apontou produtividade agropecuária da ordem de R\$

2.596/ha, frente a cerca de R\$ 5.726/ha na média estadual, sinalizando baixo dinamismo econômico (IDR-PARANÁ; PREFEITURA DE ADRIANÓPOLIS, 2021, p. 2; PNUD, 2013). Em termos gerais, o aumento da produtividade por hectare tende a ampliar o valor gerado, mas, nas condições atuais de Adrianópolis, esse ganho beneficiaria sobretudo atravessadores e agentes externos, e apenas de forma limitada as famílias agricultoras e a economia local.

Para enfrentar esses desafios, é necessário que o planejamento territorial adote uma perspectiva multiescalar, que compreenda as interações locais e regionais, integrando políticas ambientais, sociais e econômicas.

Como argumenta Bacelar et al., “a gestão do território precisa considerar essa diversidade e essa desigualdade. Temos que partir sempre de uma abordagem multidimensional, também porque ela ajuda tanto no diagnóstico quanto na definição de nosso projeto de futuro” (BACELAR et al., 2009, p. 175). Ao enfatizar que “o Brasil é um país muito grande e muito diverso, com muitas especificidades locais” (BACELAR et al., 2009, p. 218), o documento associa diretamente gestão territorial, reconhecimento das realidades locais e a construção coletiva de um projeto de desenvolvimento.

Com base nas reflexões de Paulo César da Costa Gomes, é possível aprofundar a compreensão da configuração territorial de Adrianópolis à luz dos conceitos de dispersão espacial e trama locacional. Tais categorias analíticas fornecem instrumentos eficazes para interpretar as lógicas que regem o território, especialmente em contextos periféricos como o do município em questão.

A dispersão espacial, para Gomes, vai além da simples distribuição física dos elementos no espaço: ela expressa escolhas e ordenações sociais, porque localizar é também ordenar. Por isso, “a geografia tem de responder: por que as coisas estão ali, onde estão, por que essas localizações diferem, quais as formas de proximidade e de distância, a posição, a forma e o tamanho” (GOMES, 2002, p. 11). Em outras palavras, compreender o espaço implica relacionar o que aparece na superfície aos arranjos econômicos, políticos e sociais que produzem aquela distribuição

Essa abordagem permite enxergar em Adrianópolis uma configuração territorial fragmentada, marcada por uma ocupação descontínua, com pequenos núcleos de ocupação humana, comunidades rurais isoladas e grandes áreas naturais protegidas. Essa forma de ocupação não é aleatória, ela reflete escolhas históricas, lógicas econômicas seletivas e ausências políticas.

A dispersão espacial no município é visível na distribuição dos assentamentos dispersos, incluindo localidades rurais e Comunidades Quilombolas e não apenas projetos oficiais de reforma agrária ao longo da PR-092 e em áreas de difícil acesso nas margens de rios e nas encostas da Serra da Paranapiacaba. A baixa densidade populacional, inferior a 10 hab/km² em várias localidades, somada à precariedade de infraestrutura, confirma um padrão de ocupação desarticulado. Como lembra Gomes, “a cidade é, também, sem dúvida, um fenômeno de origem político-espacial, e a manifestação deste caráter se revela em sua dinâmica territorial” (GOMES, 2002, p. 15); em outros termos, compreender o urbano exige analisar “sua ordem espacial, a disposição física da cidade e a sua dinâmica sociocomportamental” (GOMES, 2002, p. 16).

Por outro lado, a noção de trama locacional oferece uma chave interpretativa para compreender como, mesmo diante da fragmentação física e funcional, existem conexões que mantêm o tecido territorial em funcionamento. Essas conexões incluem os fluxos de pessoas que se deslocam diariamente para cidades vizinhas como Cerro Azul e Ribeira (SP), o uso compartilhado de serviços de saúde e a circulação de produtos agrícolas e extrativistas. Esse conjunto de interdependências configura um território funcional e vivido, sustentado por práticas cotidianas e por acordos (e conflitos) entre atores locais e regionais.

A trama locacional entre áreas protegidas, assentamentos humanos e eixos de circulação constrói um território permeado por disputas de uso, gestão e pertencimento. As comunidades locais, muitas vezes afastadas dos processos decisórios, têm dificuldade de fazer valer suas demandas diante de uma gestão territorial centralizada. Como observam Gomes e Ribeiro, costuma-se associar a dimensão política dos espaços públicos apenas às grandes mobilizações, mas “ao seu uso cotidiano e ordinário, ao contrário, raramente é atribuído um significado político forte. Entretanto, muitas das ações ordinárias [...] têm potencial reivindicativo e de questionamento de regras” (GOMES; RIBEIRO, 2018, p. 6-7).

Essa interpretação é essencial para compreender a condição periférica de Adrianópolis como resultado de uma produção territorial excludente, mas também para revelar os vínculos que mantêm o município funcionalmente inserido em uma rede regional viva. A articulação entre dispersão e trama permite reconhecer, por exemplo, que comunidades isoladas ainda se mantêm conectadas por práticas culturais comuns, circuitos de sociabilidade e estratégias locais de sobrevivência.

A leitura geográfica crítica de Gomes (2018) permite interpretar Adrianópolis entendendo que o território não é apenas forma física, mas também prática política cotidiana: quem pode estar, circular, reivindicar e ser reconhecido. Nessa chave, a dispersão espacial não é ausência, ela revela disputas sobre quem tem direito de aparecer e permanecer. Como afirmam Gomes e Ribeiro, costuma-se não atribuir “significado político forte” ao uso cotidiano dos espaços públicos, “entretanto, muitas das ações ordinárias têm potencial reivindicativo e de questionamento de regras” (GOMES; RIBEIRO, 2018, p. 6-7), isto é, o próprio ato de ocupar e permanecer pode ser um gesto político.

Ao mesmo tempo, as populações locais produzem seus próprios territórios de pertencimento, mesmo quando são mantidas à margem dos processos oficiais de planejamento. Isso porque, como lembra Gomes, “a cidade é, também, sem dúvida, um fenômeno de origem político-espacial, e a manifestação deste caráter se revela em sua dinâmica territorial” (GOMES, 2002, p. 15); ou seja, os modos como grupos ocupam, nomeiam e usam o espaço são, eles mesmos, formas de territorialidade. Do mesmo modo, “muitas das ações ordinárias [...] têm potencial reivindicativo e de questionamento de regras” (GOMES; RIBEIRO, 2018, p. 6-7), o que significa que reconhecer essas territorialidades ativas é condição para fazer políticas públicas mais equitativas e ajustadas ao Vale do Ribeira.

Considera-se, então, que no caso específico de Adrianópolis a presença territorial não é apenas social e simbólica, ela também é espacialmente delimitável. A relativa homogeneidade do município em termos de escala demográfica reduzida, continuidade do Vale do Ribeira e recorrência de formas de uso e ocupação do solo permite que o território seja desdobrado em unidades internas de leitura e gestão, aqui tratadas como Unidades Espaciais de Gestão.

Essas UEGs correspondem a recortes que articulam diferentes racionalidades de produção e regulação do espaço e incluem: (1) as áreas de uso urbano consolidado, isto é, a sede municipal e os perímetros urbanos dos distritos, que concentram equipamentos públicos, serviços e funções administrativas; (2) as sub-bacias hidrográficas, que organizam dinâmicas ambientais, produtivas e de risco; (3) a área abrangida pelo Parque Estadual das Lauráceas, cuja condição de Unidade de Conservação imprime normas específicas de manejo e restrição de uso; e (4) os Territórios e Povos Tradicionais, em especial as comunidades quilombolas, que constituem territorialidades historicamente enraizadas e politicamente ativas. A

identificação dessas Unidades Espaciais de Gestão em Adrianópolis permite propor uma microrregionalização interna do município que reconhece e respeita lógicas distintas de apropriação, proteção e uso do território. Essa proposta será aprofundada nos próximos tópicos, tanto como ferramenta analítica quanto como fundamento operativo para o planejamento público em escala local.

4.2 ANÁLISE COMPLEMENTAR

Como visto acima, os critérios que orientam a definição das UEGs em Adrianópolis derivam de lógicas distintas de produção, regulação e pertencimento do espaço dentro do mesmo município. Ao adotar essa perspectiva, também se estabelece um contraponto aos Planos Diretores “convencionais”, fortemente marcados por uma racionalidade mercadológica, nos quais o território tende a ser recortado a partir de zonas de uso e índices construtivos voltados sobretudo à valorização imobiliária, com pouca sensibilidade às desigualdades internas, às comunidades tradicionais e às formas diferenciadas de uso do espaço. Em muitos casos, esses planos reproduzem modelos padronizados, desconectados das especificidades locais, tratando municípios heterogêneos como se fossem homogêneos. Trata-se de reconhecer que o território municipal pode ser dividido em recortes internos relativamente coerentes, entendidos como “um conjunto de lugares onde as diferenças internas [...] são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1986, p. 32), e de propor que tais recortes sirvam de base para um planejamento menos subordinado à lógica do mercado e mais atento às realidades socioambientais concretas.

Esse reconhecimento é compatível com o Estatuto da Cidade, que define o plano diretor como “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” e determina que ele deve “englobar o território do Município como um todo” (Lei nº 10.257/2001, art. 40, caput e § 2º).

O primeiro critério é o uso urbano consolidado, isto é, os perímetros urbanos da sede municipal e dos distritos. Essas áreas concentram equipamentos públicos, infraestrutura de saneamento e serviços administrativos e, por isso, estão submetidas a parâmetros próprios de parcelamento e ocupação: “somente é admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou

de urbanização específica, assim definidas por lei municipal” (BRASIL, Lei nº 6.766/1979, art. 3º).

Além disso, a Lei de Saneamento define “saneamento básico” como o “conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas” (Lei nº 11.445/2007, art. 3º, I), reforçando a natureza urbana e os deveres específicos nessas áreas.

No marco ambiental, o Código Florestal define “área urbana consolidada” por critérios objetivos - inclusão no perímetro urbano/zoneamento urbano, sistema viário implantado, quadras e lotes predominantemente edificadas e uso predominantemente urbano - (Lei nº 12.651/2012, art. 3º, XXVI, redação da Lei nº 14.285/2021), o que evidencia a especificidade regulatória dessas porções do município.

O segundo critério é o recorte hidrográfico, trabalhado aqui na escala de sub-bacias. Esse critério está diretamente apoiado na própria Política Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece:

“Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

[...]

III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

[...]

V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.” (BRASIL, Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, incisos III, V e VI).

Isso mostra que o recorte por (sub) bacia não é só uma escolha metodológica do pesquisador, mas uma exigência do próprio marco legal do setor. Essa formulação deixa claro dois pontos centrais para o caso de Adrianópolis. O primeiro é que a água é um bem cuja gestão é territorializada, porque a própria lei define que a unidade de referência é a bacia hidrográfica, e não o limite político-administrativo. O segundo é que a água é um bem socialmente sensível, porque, em caso de escassez, a prioridade legal é garantir o abastecimento humano e a dessedentação animal.

Do ponto de vista físico-ambiental, uma bacia hidrográfica pode ser entendida como o conjunto de terras drenadas para um mesmo curso d’água, delimitado por divisores de água (cristas de relevo, serras e topos que separam o escoamento superficial entre uma bacia e outra). Essa definição, quando aproximada da escala

municipal, permite trabalhar com as sub-bacias internas de Adrianópolis como Unidades Espaciais de Gestão.

O terceiro critério é a existência de Unidade de Conservação (UC), no caso o Parque Estadual das Lauráceas. Esse enquadramento decorre diretamente da definição legal de UC, dada pelo SNUC:

“Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”
(BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 2º, I).

Essa definição mostra que, uma vez criada, a UC passa a ter limites, objetivos e regime de gestão próprios, o que justifica tratá-la como recorte específico dentro das UEGs. A própria lei estabelece também o papel do plano de manejo como instrumento obrigatório de gestão da UC:

“plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.”
(BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 2º, XVII).

O SNUC determina ainda que toda Unidade de Conservação deve dispor de plano de manejo, e que esse plano define tanto o zoneamento interno quanto às regras de uso e de ocupação da área e de sua zona de amortecimento, funcionando como base normativa para as decisões do gestor público.

A área do Parque Estadual das Lauráceas constitui um território municipal submetido a um regime jurídico-ambiental próprio, com zoneamento específico, restrições de uso, objetivos declarados de conservação e um instrumento técnico (plano de manejo) que orienta sua ocupação e manejo. Ao reconhecer a UC como uma Unidade Espacial de Gestão, o município incorpora esse regime diferenciado de conservação e de controle do uso do solo ao próprio processo de planejamento territorial, em vez de tratá-lo como um vazio administrativo fora da lógica municipal.

Por fim, o quarto critério é o dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, em especial as comunidades quilombolas de Adrianópolis. O Decreto nº

6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define esses grupos nos seguintes termos:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, Decreto nº 6.040/2007, art. 3º, I).

Esse marco conceitual é decisivo porque vincula território, reprodução social e direito coletivo, trata-se de reconhecer o espaço como condição de continuidade do grupo. No caso específico das comunidades quilombolas, o Decreto nº 4.887/2003 regulamenta a proteção territorial desses grupos ao estabelecer:

“Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”
(BRASIL, Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, ementa).

Esse decreto reforça que a auto identificação coletiva dos grupos quilombolas é reconhecida pelo Estado brasileiro como critério de legitimidade e que a regularização dessas terras segue um procedimento administrativo específico que envolve a União.

De acordo com o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a execução desse processo é responsabilidade direta da autarquia federal:

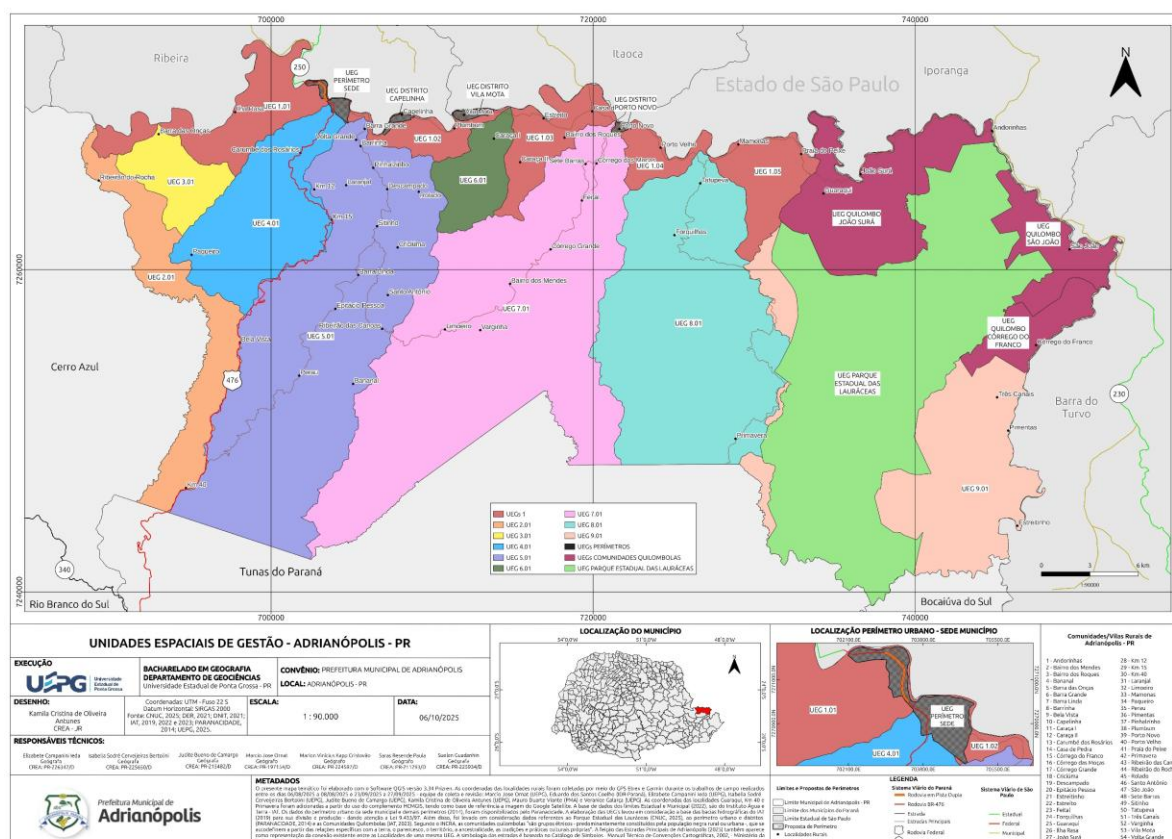
“O Decreto nº 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, adota a autoidentificação como critério fundamental e atribui ao Incra a competência para conduzir esse processo. As terras quilombolas são compreendidas como aquelas necessárias à garantia da reprodução física, social, econômica e cultural do grupo.” (INCRA, s.d.).

Isso significa que esses territórios quilombolas não são apenas assentamentos rurais isolados ou núcleos populacionais dispersos, mas sim territórios coletivos juridicamente reconhecidos, sustentados por um vínculo histórico e político, dotados de um processo formal de regularização fundiária e associados a direitos específicos de permanência e uso.

Cada um desses quatro recortes materializa uma racionalidade distinta de gestão do espaço. Ao tratá-los como Unidades Espaciais de Gestão, Adrianópolis passa a operar com uma microrregionalização interna que já está dada pela própria realidade normativa, ambiental e social do município. A sobreposição dessas

variáveis em ambiente *SIG* produziu recortes espaciais que sintetizam, em cada UEG, a interação entre os diferentes elementos do território. Utilizando camadas em formato *SHP* a partir do *Software QGIS*, foram realizados recortes e cores foram atribuídas para cada uma das UEG's constituintes do mapa, com o objetivo de destacá-las e tornar possível de distinguir (Mapa 15)³².

Mapa 15 - Mapa das Unidades Espaciais de Gestão (UEG's) de Adrianópolis - PR³³



Fonte: GeoCidades/LabPlan. Organização: Antunes, 2025.

Dessa forma, o mapa não se limita à representação cartográfica tradicional, mas assume caráter analítico e propositivo, orientando a formulação de políticas públicas e estratégias de gestão territorial. As Unidades Espaciais de Gestão (UEG's) possibilitam identificar áreas com diferentes vocações e vulnerabilidades, integrando elementos como relevo, uso do solo, cobertura vegetal, rede hidrográfica, acessibilidade e estrutura social. Essa abordagem favorece uma leitura sistêmica do

³² O documento encontra-se disponível no Apêndice O para melhor visualização.

³³ Mesma orientação referente a nota de rodapé n. 3.

espaço, na qual cada unidade é compreendida como parte de um conjunto interdependente, revelando tanto as potencialidades quanto as fragilidades do território. Ao articular os critérios físico-naturais e socioespaciais, o método propicia uma base técnica sólida para a tomada de decisão, apoiando a construção de políticas mais equitativas, sustentáveis e territorialmente coerentes.

Em última instância, o mapa das UEGs representa não apenas um produto cartográfico, mas um instrumento de planejamento capaz de traduzir a complexidade do território municipal em uma linguagem técnica acessível e aplicável à gestão pública.

O mapa representa um importante instrumento de planejamento e análise territorial, elaborado com base em critérios físicos-naturais e socioespaciais já mencionados anteriormente. Essa escolha metodológica reflete a compreensão integrada do território, em que o espaço geográfico é concebido como resultado das interações entre natureza e sociedade, e não apenas como um recorte administrativo. Assim, as UEGs configuram-se como recortes funcionais que permitem compreender e gerir o município a partir das suas dinâmicas ambientais, sociais e econômicas, com respeito ao limite natural e a diversidade que existe internamente.

As Unidades Espaciais de Gestão podem ser lidas em quatro grandes blocos funcionais dentro do território de Adrianópolis³⁴: as UEGs 1.xx a 9.xx, que correspondem a recortes vinculados às sub-bacias hidrográficas e seus conjuntos de localidades; as UEGs Quilombolas, associadas a territórios tradicionais; as UEGs de centralidade político-administrativa (Perímetro Urbano e Distritos); e a Unidade de Conservação do Parque Estadual das Lauráceas, que não é abrangida por nenhuma localidade mas possui um plano de manejo que abrange toda sua área com políticas específicas.

No primeiro bloco, que reúne as UEGs 1.xx até 9.xx, o município está essencialmente demarcando porções do território associadas a trechos específicos de drenagem e aos espaços de moradia e produção que se organizam ao redor desses cursos d'água. Esse grupo inclui: UEG 1.01 (Ilha Rasa), UEG 1.02 (Plumbum), UEG 1.03 (Estreito, Casa de Pedra, Bairro dos Roques e Caraça II), UEG 1.04 (Porto Velho) e UEG 1.05 (Mamonas e Praia do Peixe); UEG 2.01 (Ribeirão do Rocha e Km

³⁴ É possível entender a relação das Localidades com suas respectivas UEGs através do Apêndice P.

40); UEG 3.01 (Barra das Onças); UEG 4.01 (Carumbé dos Rosários, Paqueiro e Km 15); UEG 5.01 (Barra Grande, Volta Grande, Barrinha, Pinhalzinho, Km 12, Laranjal, Descampado, Rolado, Sitinho, Criciúma, Barra Linda, Santo Antônio, Epitácio Pessoa, Ribeirão das Canoas, Bela Vista, Perau e Bananal); UEG 6.01 (Caraça I); UEG 7.01 (Sete Barras, Córrego das Moças, Feital, Córrego Grande, Bairro dos Mendes, Varginha e Limoeiro); UEG 8.01 (Tatupeva, Forquilhas e Primavera); e UEG 9.01 (Três Canais, Pimentas e Estreitinho).

Tratar essas UEGs como um bloco relacionado à sub-bacias significa assumir que o território é lido a partir de suas unidades de drenagem e de ocupação associada aos vales, aos fundos de vale rurais e às estradas que acompanham esses fundos de vale.

Isso coloca o planejamento em diálogo direto com a geografia física, pois cada sub bacia concentra um conjunto de localidades que compartilham situações parecidas de acesso (estradas vicinais muitas vezes comuns), de infraestrutura (ponte, travessia de curso d'água, captação de água), e de vulnerabilidade ambiental (enchente, assoreamento, erosão de margem). Quando o município organiza Estreito, Casa de Pedra, Bairro dos Roques e Caraça II dentro de uma mesma unidade (UEG 1.03), ou quando agrupa localidades como Carumbé dos Rosários, Paqueiro e Km 15 (UEG 4.01), ele está reconhecendo que essas comunidades vivem problemas que não são apenas sociais, mas também hidrológicos e territoriais compartilhados.

O segundo bloco diz respeito às UEGs Quilombolas. A divisão abrange três: UEG Quilombo João Surá, que abrange Guaraqui, João Surá e Andorinhas; UEG Quilombo São João, associada à localidade São João; e UEG Quilombo Córrego do Franco, correspondente à localidade Córrego do Franco.

A lógica territorial, neste caso, deixa de ser puramente hidrográfica e passa a ser jurídico-identitária. O critério de gestão é o território tradicional, construído historicamente por comunidades negras rurais remanescentes de quilombo e reconhecido politicamente como tal. Isso não significa, porém, que dentro dessa UEG existam apenas áreas quilombolas, pois inclui também trechos de estrada, equipamentos públicos e localidades rurais como a Comunidade Andorinhas, que, embora não seja quilombola, está inserida dentro da delimitação territorial quilombola. Essas UEGs não são apenas recortes espaciais, são reconhecimento institucional de que existem sujeitos coletivos com direito a terra, modos de uso específicos e necessidade de políticas diferenciadas. No plano do planejamento, isso implica

assumir que saúde, educação, regularização fundiária, infraestrutura e proteção ambiental nessas áreas devem ser tratadas de forma específica, com participação direta das próprias comunidades quilombolas na definição de prioridades. Todavia, não apenas de Comunidades Quilombolas são compostas essas Unidades, pois há o caso em que comunidades rurais estão localizadas dentro da delimitação do território pertenc

Há ainda o bloco associado às centralidades administrativas e urbano-funcionais. O documento distingue a UEG Perímetro Urbano, que corresponde à Sede municipal, isto é, ao núcleo urbano consolidado de Adrianópolis, e separa ainda as “UEG’s Distritos”, listando Capelinha, Vila Mota e Porto Novo. Essas categorias sinalizam que o município reconhece múltiplos polos de decisão e de oferta de serviço público.

A Sede concentra governo municipal, equipamentos urbanos, serviços de maior complexidade e funções institucionais. Já os distritos (Capelinha, Vila Mota e Porto Novo) aparecem como subcentros que articulam áreas ao redor delas, funcionando como pontos de referência para deslocamento diário, abastecimento, sociabilidade e demanda política. Em termos de gestão territorial, isso abre a possibilidade de descentralizar políticas públicas e participação social, aproximando o planejamento do cidadão que não está fisicamente próximo ao centro administrativo da Sede.

O Parque Estadual das Lauráceas também é tratado como uma UEG própria porque ele tem plano de manejo próprio, zoneamento interno e regras de acesso decididas em escala estadual, e não municipal, incluindo áreas onde a visita só ocorre sob autorização específica e com foco educativo ou científico. Na prática, isso quer dizer que, dentro da malha de UEGs, o Parque das Lauráceas representa um território de preservação ambiental estrita e de governança diferenciada.

Portanto, as UEGs 1.xx a 9.xx organizam o território rural em torno de sub bacias e de redes de localidades que compartilham infraestrutura, circulação e problemas ambientais; as UEGs Quilombolas formalizam territórios tradicionais como sujeitos políticos do planejamento; e as UEGs Perímetro Urbano e Distritos reconhecem as centralidades administrativas que estruturam a vida cotidiana e o acesso a serviços.

Essa leitura multiescalar do espaço municipal permite que o planejamento deixe de ser apenas normativo e passe a ser territorializado. Cada UEG, em vez de

ser só um desenho no mapa, vira uma unidade concreta de diagnóstico, de priorização de investimento público e de escuta social.

A representação cartográfica do mapa, elaborada em escala de 1:90.000 permite uma visualização detalhada da configuração espacial do município, com destaque para a rede hidrográfica, os limites das UEGs, as sedes distritais e os principais eixos de acesso. O uso de diferentes cores foi estrategicamente escolhido para distinguir as unidades, tornando mais fácil de se comparar as porções do território. A escala também auxilia no entendimento da posição relativa do município no contexto regional do Vale do Ribeira.

A divisão em UEGs busca organizar o espaço de modo funcional, reconhecendo as particularidades de cada uma das porções e tornando viável a implementação de estruturas administrativas locais que aproximem o poder público das comunidades. As subprefeituras são responsáveis nesse contexto por atuarem como núcleos de gestão territorial, executando as políticas específicas dentro de cada unidade, auxiliando na manutenção de serviços básicos e promovendo o diálogo direto com a população.

Dessa forma, a delimitação das unidades não deve ser entendida como um recorte administrativo feito depois do mapa pronto, mas como uma etapa metodológica que traduz em linguagem cartográfica relações que já existem no território. O município não é um bloco contínuo e homogêneo, mas sim um arranjo de porções que operam segundo lógicas diferentes de ocupação, de circulação, de tomada de decisão e de regulação do uso do solo. Esse entendimento se apoia diretamente na formulação de Milton Santos, para quem o espaço é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 38). Ao aplicar essa leitura a Adrianópolis, cada UEG foi definida não apenas por “onde ela está”, mas por “o que acontece ali” e “quem organiza esse acontecer”, isto é, quais objetos (estradas vicinais, travessias de rio, sede distrital, plano de manejo) e quais ações (circulação cotidiana, prestação de serviços públicos, uso tradicional do território, fiscalização ambiental) se articulam naquele recorte específico (SANTOS, 2002, p. 38).

Essa opção metodológica reforça que a regionalização interna do município não pretende “descobrir regiões naturais” pré-existentes, mas construir unidades de leitura e de intervenção. Como afirma Gomes:

“regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho. As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial. Elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar para uma dada explicação” (GOMES, 2000, p. 63).

No caso de Adrianópolis, esses critérios são assumidos abertamente: há recortes que seguem a lógica físico-funcional de sub bacias e circuitos de infraestrutura, recortes que seguem a lógica de centralidade político-administrativa, recortes que seguem a lógica jurídico-identitária de territórios quilombolas e recortes que seguem a lógica de proteção ambiental integral. Ou seja, cada UEG não é apenas uma área, mas uma hipótese de gestão. Isso está diretamente ligado ao fato de que o conceito de região “tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial” (GOMES, 2000, p. 52-53).

Reconhecer certas áreas como UEGs é reconhecer que o território municipal é atravessado por disputas concretas de permanência, de uso e de decisão. Isso vale especialmente para as UEGs Quilombolas e para o Parque Estadual das Lauráceas. Nesses casos, não se trata apenas de identificar uma função (por exemplo, produção rural, circulação viária, acesso a serviço), mas de reconhecer que há ali formas específicas de poder territorial. Como formula Haesbaert, “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder: poder no sentido mais concreto, de dominação, e poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 3). Ao tratar territórios quilombolas como unidades próprias, o município admite o direito coletivo à terra, à permanência e à participação na definição das prioridades públicas.

Ao tratar o Parque como UEG própria, o município reconhece que existe uma porção do território submetida a um regime normativo ambiental específico, que organiza e limita o uso do solo inclusive no seu entorno. Em ambos os casos, o planejamento municipal não está apenas “olhando o mapa”; está reconhecendo atores, conflitos e legitimidades territoriais distintas, porque “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder: [...] dominação e [...] apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incorporar as UEG's ao Plano Diretor do município significa reconhecer a diversidade interna do município, valorizar suas territorialidades, reduzir fragilidades e construir caminhos de desenvolvimento pautados na sustentabilidade e na inclusão social. Em Adrianópolis, onde a dispersão da população, a presença de comunidades tradicionais e a riqueza ambiental se combinam em um território de baixa densidade e alta complexidade, essa abordagem se apresenta como fundamental para a formulação de políticas públicas condizentes com a realidade.

A análise desenvolvida neste trabalho teve como propósito compreender a configuração espacial de Adrianópolis - PR e propor uma metodologia de regionalização do território a partir das Unidades Espaciais de Gestão. O estudo resultou em uma proposta que pode vir a ultrapassar o caso municipal, oferecendo subsídios conceituais e metodológicos para futuras práticas de planejamento territorial.

O principal avanço desta pesquisa está em demonstrar que as UEG's podem funcionar como um instrumento estratégico de gestão e planejamento, capaz de integrar as diferentes dimensões do território (ambiental, social, econômica e institucional) de maneira articulada. Essa ferramenta permite que os gestores compreendam o município de forma mais realista, reconhecendo suas desigualdades internas e potencialidades específicas. Aplicadas de modo sistemático, as UEG's têm condições de transformar a forma como se elabora e se executa o planejamento local, tornando-o mais justo, eficiente e adaptado às realidades vivenciadas.

A consolidação da proposta pode contribuir de maneira expressiva para o futuro do planejamento municipal e regional, especialmente em municípios de pequeno e médio porte. Ao contrário das metodologias convencionais, que tendem a homogeneizar o território, as UEG's surgem para que as políticas públicas sejam territorializadas, ou seja, formuladas com base nas particularidades de cada unidade do espaço. Essa abordagem garante maior precisão na definição de prioridades, otimiza o uso de recursos públicos e favorece a implementação de políticas integradas.

Outro ponto relevante é o potencial das UEG's para fortalecer a governança territorial. Ao propor um sistema de gestão pautado em unidades espaciais delimitadas e articuladas, a metodologia estimula a cooperação entre diferentes setores da administração pública e cria condições para uma gestão descentralizada e

participativa. Em longo prazo, isso pode significar uma mudança estrutural na forma como os municípios planejam e executam suas políticas urbanas e rurais, reduzindo a distância entre planejamento técnico e cotidiano social.

O caráter relevante das unidades também se revela na possibilidade de sua aplicação em outros municípios (sejam eles pertencentes ao Vale do Ribeira e em contextos semelhantes, ou mesmo aqueles diversos municípios brasileiros que necessitam de uma aprimoração em sua gestão e planejamento), marcados por dispersão populacional, vulnerabilidade econômica e complexidade ambiental. O método proposto não depende exclusivamente de grandes estruturas técnicas, podendo ser adaptado às realidades institucionais locais, o que o torna uma alternativa viável para prefeituras com recursos limitados. As UEG's se configuram como uma contribuição metodológica importante para o campo da Geografia Aplicada, oferecendo um modelo replicável para diferentes escalas e contextos territoriais.

No campo científico, o estudo reforça o papel da Geografia como mediadora entre o conhecimento técnico e o espaço vivido. A leitura territorial proposta aponta para a necessidade de construir instrumentos de planejamento que não apenas descrevem o território, mas que dialoguem com ele, reforçando a conexão com as práticas cotidianas, os saberes locais e as redes de solidariedade que sustentam as comunidades. Assim, a contribuição teórica desta pesquisa está em reforçar uma perspectiva multiescalar do planejamento, na qual o espaço é entendido como processo, e não apenas como forma.

Para o futuro, o avanço da metodologia das UEG's dependerá da sua incorporação em políticas públicas e de sua ampliação como prática institucional. É necessário que novas pesquisas e experiências testem a aplicação dessas unidades em diferentes contextos, comparando resultados e aperfeiçoando critérios de delimitação. A criação de bancos de dados geográficos compartilhados, integrados a sistemas de informação municipal, poderá potencializar ainda mais o uso dessa ferramenta, permitindo análises dinâmicas e contínuas sobre as transformações territoriais.

A longo prazo, a adoção das UEG's em Planos Diretores e demais instrumentos de planejamento urbano e regional pode representar uma virada metodológica. Ao oferecer uma leitura detalhada das realidades locais e subsidiar decisões fundamentadas em evidências territoriais, a ferramenta tem potencial para fortalecer a prática do planejamento como processo contínuo e participativo. Essa abordagem

dialoga com os princípios de justiça espacial defendidos por autores como Milton Santos e Paulo César da Costa Gomes, que reconhecem o espaço como expressão das relações sociais e políticas que o produzem.

Por fim, a principal contribuição deste estudo está em abrir caminhos para uma nova forma de pensar o planejamento territorial, em que o diagnóstico e a gestão não se limitem a escalas administrativas, mas se orientem por lógicas espaciais concretas. As Unidades Espaciais de Gestão, mais do que uma proposta técnica, representam uma forma de reconhecer o território como um sistema vivo, diverso e interdependente. A partir dessa compreensão, o planejamento deixa de ser apenas um ato normativo e passa a ser um exercício de interpretação, cuidado e transformação.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Zoneamento ecológico-econômico**: bases para o ordenamento territorial e gestão ambiental. São Paulo: USP, 1989. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/eav/article/view/8506/10057>>. Acesso em: 30 out. 2025.
- ADRIANÓPOLIS. **Lei nº 753, de 5 de outubro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Adrianópolis e dá outras providências. Adrianópolis, PR, 2011. Disponível em: <<https://www.adrianopolis.pr.gov.br/uploads/legislacao/legis2.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2025.
- ADRIANÓPOLIS (Município). **Plano Municipal de Saneamento Básico - 1ª edição**. Adrianópolis: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: <<https://adrianopolis.pr.gov.br/uploads/legislacao/legis43.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.
- ADRIANÓPOLIS (Município). **Plano Municipal de Saúde de Adrianópolis - 2024**. Adrianópolis: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <<https://adrianopolis.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/SAUDE--ADP-PMS-2022---2025-atualizAprovCMS.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.
- ADRIANÓPOLIS (Município); IDR-PARANÁ. **Integração Institucional para o Desenvolvimento Rural Sustentável – Rede de Ater e Inovação**. Adrianópolis; Curitiba: IDR-PR, 2021. p. 2. Disponível em: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/Transparencia%20Institucional/TermosCooperacaoMunicipios/2022/A/AdrianopolisPlano.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.
- AGÊNCIA SENADO. **Pela primeira vez, negros são maioria nas universidades públicas do país**. Brasília: Agência Senado, 14 nov. 2019. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/607035/noticia.html>>. Acesso em: 30 out. 2025.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP. **Projeto de Lei nº 745/2021 - Mensagem nº 238/2021**. Curitiba: ALEP, 07 dez. 2021. Disponível em: <https://storage.assembleia.pr.leg.br/ordem_dia/rDeQzZbE1QJk0AQcjZ9mRSvr9jbwI/Bh75BmHXKDv.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.
- APRE. **“Polos florestais do Estado contribuem para melhorar relação de oferta e demanda do mercado.”** DC Mais, 22 mar. 2021. Disponível em: <<https://dcmais.com.br/parana/polosflorestais-do-estado-contribuem-para-melhorar-relacao-de-oferta-e-demanda-do-mercado/>>. Acesso em: 30 out. 2025.
- ARANTES, P. B. et al. **Agroflorestas familiares no Vale do Ribeira**: diagnóstico produtivo, estratégias e desafios. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 9, n. 1-2, p. 1-26, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/10950/7086>>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BACELAR, T. et al. **Gestão social dos territórios**: modelos e instrumentos para gestão social dos territórios de identidade. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Série Desenvolvimento Rural Sustentável v.10, 2009. Disponível em:

<<https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/22187/1/Gestao%20social%20dos%20territorios.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

BELO HORIZONTE (Município). **Lei Ordinária n.º 7.165, de 27 de agosto de 1996**. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/Lei_7165_Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

BORGES, J. L. **A guerra dos lugares**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. p. 31–33. Disponível em:

<https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm> Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal (Estatuto da Cidade). Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III,

Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021.** Altera a Lei nº 12.651/2012 para dispor sobre APP em áreas urbanas. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14285.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Lei Ordinária n.º 2.662, de 1976.** Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Leis Municipais - Belo Horizonte, 1976. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1976/267/2662/lei-ordinaria-n-2662-1976-dispoe-sobre-normas-de-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30 out. 2025.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e tempo:** complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. São Paulo: Contexto, 1996.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Disponível em: <https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

CARRIEL, P. “**Ainda sob o peso do chumbo.**” Gazeta do Povo, 13 dez. 2008. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ainda-sob-o-peso-do-chumbo-bbujr2it5ch3ylje4n8v6cqj2>>. Acesso em: 30 out. 2025.

CARVALHO, J. T.; OLIVEIRA, A. R. de. **A marcha de apropriação dos territórios bloqueados e os novos componentes da questão agrária.** In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). Conflitos no Campo Brasil 2022. Goiânia: CPT Nacional, 2023. p. 99-115. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/livro-2022-v21-web.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2025.

CORDOVIL, F. C. de Souza. “**Planos Diretores para pequenos municípios paranaenses.**” GEOCRIT – Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanas, nº 9 (2007). Disponível em: <<https://www.ub.edu/geocrit/9porto/cordovil.htm>>. Acesso em: 30 out. 2025.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. Disponível em: <<https://pdfcoffee.com/correa-roberto-lobato-o-espao-urbanopdf-pdf-free.html>>. Acesso em: 30 out. 2025.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: <<https://pdfcoffee.com/roberto-lobato-correia-regiao-e-a-organizaao-espacialpdf-pdf-free.html>>. Acesso em: 30 out. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. “**Censo 2022: pela 1.^a vez número de pardos ultrapassa o de brancos no Brasil**”. Correio Braziliense, 22 de dez. 2023. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/12/6774171-censo-2022-pela-1-vez-numero-de-pardos-ultrapassa-o-de-brancos-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 out. 2025.

CUNHA, F. G. da. **Contaminação humana e ambiental por chumbo no Vale do Ribeira, nos estados de São Paulo e Paraná, Brasil**. Doutorado em Ciências - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas - SP, 2003. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/140/1/tese_fcunha.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ (DER/PR). “**Governo do Estado lança edital de pavimentação da PR-092 em Doutor Ulysses**”. Notícias DER/PR, 26 out. 2023. Disponível em: <<https://www.der.pr.gov.br/Noticia/Governo-do-Estado-lanca-edital-de-pavimentacao-da-PR-092-em-Doutor-Ulysses>>. Acesso em: 30 out. 2025

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ (DER/PR). “**Rodovia de Doutor Ulysses recebe serviços de conservação**; investimento é de R\$ 2,9 milhões”. Notícias DER/PR, 22 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.der.pr.gov.br/Noticia/Rodovia-de-Doutor-Ulysses-recebe-servicos-de-conservacao-investimento-e-de-R-29-milhoes>>. Acesso em: 30 out. 2025.

DICKEL, M. E. G. **Eventos climáticos extremos na sub-bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape e Litoral Sul, SP**: defesa civil e capacidade operacional para a gestão de riscos. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/139483/5/dickel_meg_dr_rcla.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2000. Disponível em: <<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Etnoconservacao%20livro%20completo.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

DI GIULIO, G. M.; PEREIRA, N. M.; FIGUEIREDO, B. R. de. **O papel da mídia na construção social do risco**: o caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 293-311, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240767368_O_papel_da_midia_na_construcao_social_do_risco_o_caso_Adrianopolis_no_Vale_do_Ribeira>. Acesso em: 30 out. 2025.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). **Obras entre União da Vitória e São Mateus do Sul, na BR-476/PR, seguem com microfresagem e nova camada asfáltica**. Brasília: DNIT, 9 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/obras-entre-uniao-da-vitoria-e-sao-mateus-do-sul-na-br-476-pr-seguem-com-microfresagem-e-nova-camada-asfaltica>>. Acesso em: 30 out. 2025.

DRUMMOND, C. **O planejamento metropolitano na RM de Belo Horizonte: o dia seguinte** - o processo de contratação, elaboração e implementação dos PDUIs, contemplando as soluções de governança do plano, a definição dos instrumentos, os arranjos de gestão e a solução de conflitos de uso e ocupação do solo. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/910eb5ea-6668-42d1-a3e9-d3e232d6b3b3/content>>. Acesso em: 30 out. 2025.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cambissolos Háplicos**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/cambissolos/cambissolos-haplicos>>. Acesso em: 30 out. 2025

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Construção de terraços para controle da erosão pluvial no estado do Acre**. Rio Branco (AC): Embrapa Acre, 2003. 44 p. (Documentos, n.º 85). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/501671/1/doc85.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa SPI; Embrapa Solos, 2006. 306 p. Disponível em: <<https://www.agrolink.com.br/downloads/sistema-brasileiro-de-classificacao-dos-solos2006.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Práticas de conservação de solo e água**. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 44 p. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/928493/1/CIRTEC133tamanhografica2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Vida terrestre**: contribuições da Embrapa. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1090640/2/ODS15.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **“Paraná apresenta grande potencial para exploração da resinagem em Pinus”**. Notícias Embrapa, 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/64433897/parana-apresenta-grande-potencial-para-exploracao-da-resinagem-em-pinus>>. Acesso em: 30 out. 2025.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 6. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2025. 393 p. ISBN 978-65-5467-104-0. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1176834/1/Sistema-Brasileiro-de-Classificacao-de-Solos-2025.pdf>>.

GEOCIDADES - UEPG. **Metodologia para revisão do Plano Diretor Participativo de Cerro Azul, Paraná – 2022-2032**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 18 dez. 2021. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/geocidades/wp->

[content/uploads/sites/209/2021/12/Metodologia-2021_12_18.pdf](https://www2.uepg.br/geocidades/wp-content/uploads/sites/209/2021/12/Metodologia-2021_12_18.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2025

GEOCIDADES - UEPG. **Termo de Convênio 2021-1**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, dez. 2021. Disponível em:

<https://www2.uepg.br/geocidades/wp-content/uploads/sites/209/2021/12/Termo_Convenio_2021-1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

GEOCIDADES - UEPG. **Termo de Cooperação Técnico-Científica - Guaraqueçaba (PR)**. Ponta Grossa: UEPG, jan. 2024. Disponível em:

<<https://www2.uepg.br/geocidades/wp-content/uploads/sites/209/2024/01/TERMO-DE-COOPERACAO-TECNICACIENTIFICA-guaraquecaba.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GEOCIDADES - UEPG. **Plano Diretor - Doutor Ulysses**. Ponta Grossa: UEPG, [s.d.]. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/geocidades/plano-diretor/doutor-ulysses/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GEOCIDADES - UEPG. **1.ª Edição das Leituras Comunitárias e Protocolos de Consulta em Guaraqueçaba (PR)**. Ponta Grossa, 2024. Disponível em:

<<https://www2.uepg.br/geocidades/1-edicao-das-leituras-comunitarias-e-protocolos-de-consulta-em-guaraquecaba-pr/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GEOCIDADES - UEPG. **2.ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Cerro Azul - PR**. Ponta Grossa: UEPG, 2024a. Disponível em:

<<https://www2.uepg.br/geocidades/2-audiencia-publica-de-revisao-do-plano-diretor-participativo-de-cerro-azul-pr/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GEOCIDADES – UEPG. **3.ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo Municipal de Cerro Azul - PR, ocorrida no dia 10/08/2024**. Ponta Grossa: UEPG, 2024b. Disponível em:

<<https://www2.uepg.br/geocidades/3a-audiencia-publica-de-revisao-do-plano-diretor-participativo-municipal-de-cerro-azul-pr-ocorreu-no-dia-10-08-2024/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GEOCIDADES - UEPG. **São realizadas segunda Audiência Pública de Doutor Ulysses – PR e entrega das minutas de projetos de lei de Cerro Azul - PR**.

Ponta Grossa: UEPG, 2024c. Disponível em:

<<https://www2.uepg.br/geocidades/sao-realizadas-segunda-audiencia-publica-de-doutor-ulysses-pr-e-entrega-das-minutas-de-projetos-de-lei-de-cerro-azul-pr/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GOMES, J. B. V. et al. **Aptidão das terras para o cultivo de eucalipto:**

metodologia e aplicação nos municípios da Bacia do Paraná 3 e Palotina. In:

EMBRAPA. Aptidão das terras para o cultivo de eucalipto: metodologia e aplicação nos municípios da Bacia do Paraná 3 e Palotina. Brasília, DF: Embrapa, 2020. p. 73-90. Disponível em:

<<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1128039/2/1805-capitulo-4-2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GOMES, P. C. da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

GOMES, P. C. da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/520650387/A-Condicao-Urbana-Paulo-Cesar-Da-Costa-Gomes#content>>. Acesso em: 30 out. 2025.

GOMES, Paulo César da Costa; RIBEIRO, Letícia Parente. **“Espaços públicos como lugares da política.”** Geografares [online], 26, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/geografares/6209>>. Acesso em: 30 out. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: <<https://pdfcoffee.com/gdownload/haesbaert-rogerio-o-mito-da-desterritorializaao-pdf-free.html>>. Acesso em: 30 out. 2025.

HAESBAERT, R. **Região, regionalização e regionalidade**: questões contemporâneas. Antares, n. 3, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/download/416/360/1556>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná. **Atlas climático do Estado do Paraná**. Londrina: IAPAR, 2019. Disponível em: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/agrometeorologia/atlas-climatico/atlas-climatico-do-parana-2019.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **Mapa de climas - Estado do Paraná**. Curitiba: IAT, 2020. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_climas_a3.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **Plano de Manejo da Sub-bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - Relatório Técnico**. Curitiba: IAT, jul. 2020. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/ribeira.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **Plano de Manejo - Parque Estadual das Lauráceas (PE Lauráceas)** - volume IV: Lauráceas I a III. Curitiba: IAT, 2020. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/pe_lauraceas_4_lauraceas_i_iii.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **Parque Estadual das Lauráceas - documento normativo** (UC 4248). Curitiba: IAT, 2020. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4248_20200228_065505.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **“Projeto no Parque Estadual das Lauráceas visa reforçar população dos mamíferos queixada e cateto.”** Portal AEN, 15 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Projeto-no-Parque-das>>.

[Lauraceas-visa-reforçar-populacao-dos-mamiferos-queixada-e-cateto](#)>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **Relatório de Impacto Ambiental Minerioindustrial (RIMA) – Paraná**. Curitiba: IAT, ago. 2022. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2022-08/rima-minerioindustrial.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **“Parque das Lauráceas ganha câmeras para monitoramento de grandes mamíferos.”** Curitiba: IAT, 22 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Noticia/Parque-das-Lauraceas-ganha-cameras-para-monitoramento-de-grandes-mamiferos>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **“Exploração de calcário e mármore cresce 19% no Paraná, aponta relatório do IAT.”** *Portal AEN*, 7 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Exploracao-de-calcario-e-marmore-cresce-19-no-Parana-aponta-relatorio-do-IAT>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAT - Instituto Água e Terra. **Informe 01/2025: A indústria extrativa e de transformação mineral na economia dos municípios do Paraná e do Distrito Mineiro de Capiuru**. Curitiba: IAT, mar. 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2025-03/informe_01_2025_a_industria_extrativa_e_de_transformacao_mineral_na_economia_dos_municipios_do_parana_e_do_distrito_mineiro_capiuru.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agregados por setores censitários 2022**. Disponível em: <https://sig.petropolis.rj.gov.br/sig3715/index.php/view/media/getMedia?path=%2Fmedia%2Fdados%2Fagregados_por_setores_censitarios_22.pdf&project=consulta_ibge_2022&repository=publico&utm_source>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados do universo - Paraná**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@ Adrianópolis (PR): PIB, população, agropecuária**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/adrianopolis/panorama>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **“Adrianópolis – PR”. Cidades@**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/adrianopolis.html>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira - 2022. Estudos & Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.º 49. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2022/12/sintese-indicadores-sociais-ibge-2022.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “**Censo 2022:** rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais por cor e raça persistem.” Saneamento Hoje, 05 mar. 2024. Disponível em: <<https://saneamentohoje.com.br/censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-625-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-por-cor-e-raca-persistem>>. Acesso em: 30 out. 2025.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção:** Volume II - Mamíferos. Brasília, DF: ICMBio/MMA, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/livro_vermelho_2018_vol2.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura fundiária –** Paraná. Brasília, 2018. (Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, jul. 2018). Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/pr-2018.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2025.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria de publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. Edição de 13 maio 2016.** Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2016-1/maio/douinforme-13-05.2016>>. Acesso em: 30 out. 2025.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de identificação da Comunidade Quilombola São João - Adrianópolis/PR.** Brasília: INCRA, 2018. Disponível em: <<https://acervo-tmp.socioambiental.org/acervo/noticias/publicado-relatorio-de-identificacao-do-quilombo-sao-joao-em-adrianopolis-pr>>. Acesso em: 30 out. 2025.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Torna público que tramita na citada Superintendência o Processo Administrativo nº 54200.001687/2008-39, que trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola Córrego do Franco, localizada no município de Adrianópolis/PR.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 2022, Seção 1, p. 5. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/09/2022&jornal=530&pagina=5>>. Acesso em: 30 out. 2025.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. “**Portaria do INCRA inclui famílias quilombolas do Paraná no programa de reforma agrária.**” Portal GOV.BR, 6 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/portaria-do-incra-inclui-familias-quilombolas-do-parana-no-programa-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 30 out. 2025.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Terras Quilombolas**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-rurais/quilombolas>>. Acesso em: 30 out. 2025.

Instituto POLIS. **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR / Ministério do Meio Ambiente – MMA / GIZ – Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit GMBH (Projeto Andus – Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil), 2021.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Vale do Ribeira**: relatório de pesquisa n.º 1. Curitiba: IPARDES, 2003. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_vale_ribeira_2003_1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira - 1.ª fase**: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_territorio_ribeira_2007.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico municipal**: produção agrícola por cultura temporária. Curitiba: IPARDES, 2024. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça - edição 2024**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

KILLER, N. A. **Avaliação do grau de contaminação por metais potencialmente tóxicos em rejeitos de mineração (porção basal do depósito) - Adrianópolis (PR)**. 2018. 135 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. p. 78. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/c6bf26ed-58e7-49ba-8882-230fb80b9e78/Killer_Natalia_TCC.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

KLAS, L. F. **Criação de uma serraria de tora de pinus para pequeno produtor na Região Metropolitana de Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Florestal) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/95983/R_E_LEONARDO%20FABRI%20KLAS.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

LENOIR, J. A. F.; ANDRADE, L. M. S. de. **“Um aplicativo de mapeamento online participativo como ferramenta de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo.”** Indisciplinar, v. 7, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/37627>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

MACÁRIO, R. **A acessibilidade como um bem social e um bem econômico: existe necessidade de uma mudança de paradigma?** In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n.º 14, jun. 2016, p. 177-200. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/bru14_art11.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

MAPA DE CONFLITOS - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **PR - Após “prosperidade”, exploração do chumbo e prata em Adrianópolis e adjacências gera passivo ambiental e contaminação**. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-apos-prosperidade-exploracao-do-chumbo-e-prata-em-adrianopolis-e-adjacencias-gera-passivo-ambiental-e-contaminacao/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas - Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://mapbiomas.org>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MAPBIOMAS. **Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MARISCO, L. M. de Oliveira. **A Elaboração de Planos Diretores em Cidades Pequenas: Reflexões Sobre os Limites e Perspectivas ao Desenvolvimento Local**. Revista Contexto Geográfico, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 41–52, 2017. DOI: 10.28998/contegeo.2i3.6132. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/6132>>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MESSAGI JR., M. **Contaminação ambiental por chumbo em Adrianópolis**. Curitiba: Jornal Comunicação UFPR, 2009. Disponível em: <<https://jornalcomunicacao.ufpr.br/adrianopolis-sofre-com-contaminacao-por-chumbo/>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MOSCAL, J. A. **Territórios tradicionalmente ocupados: um retrato do entorno quilombola do Parque Estadual das Lauráceas no Vale do Ribeira-PR**. Curitiba: Instituto Água e Terra (IAT), 2015. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2023-05/territorios_tradicionalmente_ocupados_um_retrato_do_entorno_quilombola_do_p_e_das_lauraceas_no_vale_do_ribeira.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

MOSCAL, J. dos Santos; SAHR, C. L. L. **A criação do Parque Estadual das Lauráceas no contexto das políticas públicas ambiental e agrária no Paraná**. v. 11, n. 1, p. 193-215, jul. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/12909/9732>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MPPR - Ministério Público do Estado do Paraná. **Incra reconhece dois territórios quilombolas no Paraná**. Curitiba: MP-PR, 10 jun. 2016. Disponível em:

<https://mppr.mp.br/Noticia/Incra-reconhece-dois-territorios-quilombolas-no-Parana>. Acesso em: 30 out. 2025.

MUNICÍPIO DE IGUAPE. **Plano Municipal de Saneamento Básico - Relatório de Atualização 2022**. Iguape, nov. 2022. Disponível em: https://smastr20.blob.core.windows.net/conesan/Iguape_AE_2022.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

PARANÁ. **Decreto n.º 729, de 27 de junho de 1979**. Institui o Parque Estadual das Lauráceas. Publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná (D.O.E.PR.), n.º 578, de 28 jun. 1979. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4248_20200228_065505.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

PARANÁ. **Mapa das comunidades quilombolas no município de Adrianópolis**. Curitiba: Agência de Administração do Departamento de Geografia (ou órgão responsável), nov. 2021. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/mapa_das_comunidades_quilombolas_no_municipio_de_adrianopolis.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

PARANÁ. **Com novo investimento, hospital de Rio Branco do Sul se torna referência no Vale do Ribeira**. Curitiba: Agência Estadual de Notícias, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Noticia/Com-novo-investimento-hospital-de-Rio-Branco-do-Sul-se-torna-referencia-no-Vale-do-Ribeira>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PARANÁ. **Parceria da UEPG com Cerro Azul e Doutor Ulysses prevê melhorias com foco nos cidadãos**. Curitiba: Agência Estadual de Notícias, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Parceria-da-UEPG-com-Cerro-Azul-e-Doutor-Ulysses-preve-melhorias-com-foco-nos-cidadaos>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PARANÁ. **Governador libera R\$ 100 milhões em máquinas para estradas rurais da RMC**. Curitiba: AEN, 14 out. 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Governador-libera-R-100-milhoes-em-maquinas-para-estradas-rurais-da-RMC>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PARANÁ. **Moradores comemoram início dos trabalhos de pavimentação da PR-092 em Doutor Ulysses**. Curitiba: Agência Estadual de Notícias, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Moradores-comemoram-inicio-dos-trabalhos-de-pavimentacao-da-PR-092-em-Doutor-Ulysses>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PARANÁ PROJETOS. **Desenvolvimento Regional do Vale do Ribeira**. Curitiba: Paraná Projetos, 2025. Disponível em: <https://www.paranaprojetos.pr.gov.br/Pagina/DESENVOLVIMENTO-REGIONAL-DO-VALE-DO-RIBEIRA>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PATEO, R. D.; MONTAGNER, P. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise** - n. 77, abr. 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea; Ministério do Planejamento e Orçamento, 2024. DOI: 10.38116/bmt77. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/db8379d9-077d-41d4-bf5c-318db620c528/content>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PNUD. **IDHM Municípios 2010**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. In: CECEÑA, Ana E.; SADER, Emir (org.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160224041201/04porto.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. **“Plano Diretor Participativo compartilha projeto de lei”**. *Portal de Notícias da Prefeitura de Jundiaí*, 25 abr. 2016. Disponível em: <<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2016/04/25/plano-diretor-participativo-compartilha-projeto-de-lei>>. Acesso em: 30 out. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <[https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINA%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINA%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)>. Acesso em: 30 out. 2025.

RODOVALHO, S. A.; SILVA, M. A. DA R.; RODRIGUES, W. **Planejamento urbano participativo e gestão democrática em Palmas (TO) à luz da democracia deliberativa**. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, e20190072, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/25664>>. Acesso em: 30 out. 2025.

ROSS, J. L. S. **A morfogênese da bacia do Ribeira do Iguape e os sistemas ambientais**. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 21-46, 2002. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2002.123770>. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123770>>. Acesso em: 2 out. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. Disponível em: <<https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

SANTOS, M. **As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina**. In: SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 69-75.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. **Painel 10**. [S. l.]: SGB, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.sgb.gov.br/documents/d/guest/painel10-pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. **Geodiversidade do Estado do Paraná**: Programa Geologia do Brasil - Levantamento da Geodiversidade. Goiânia: CPRM, 2021. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/694252757/Livro-Geodiversidade-do-Parana>>. Acesso em: 30 out. 2025.

SILVA, R. L. **Impactos ambientais causados pela extração de calcário**: estudo de caso. Interações: revista internacional de desenvolvimento local, v. 24, n. 3, p. 3563, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/R9bzQPhWKDRwHKG9znXTHVN/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2025.

SIQUEIRA, M. T.; CHAVES, L. S.; GONÇALVES, A. L. S. **O desafio da participação popular no planejamento urbano brasileiro**: o caso do Plano Diretor de Florianópolis. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, Belo Horizonte, ano 6, n.º 11, p. 37-61, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/download/rbdu11_siqueira/39/1881>. Acesso em: 30 out. 2025.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

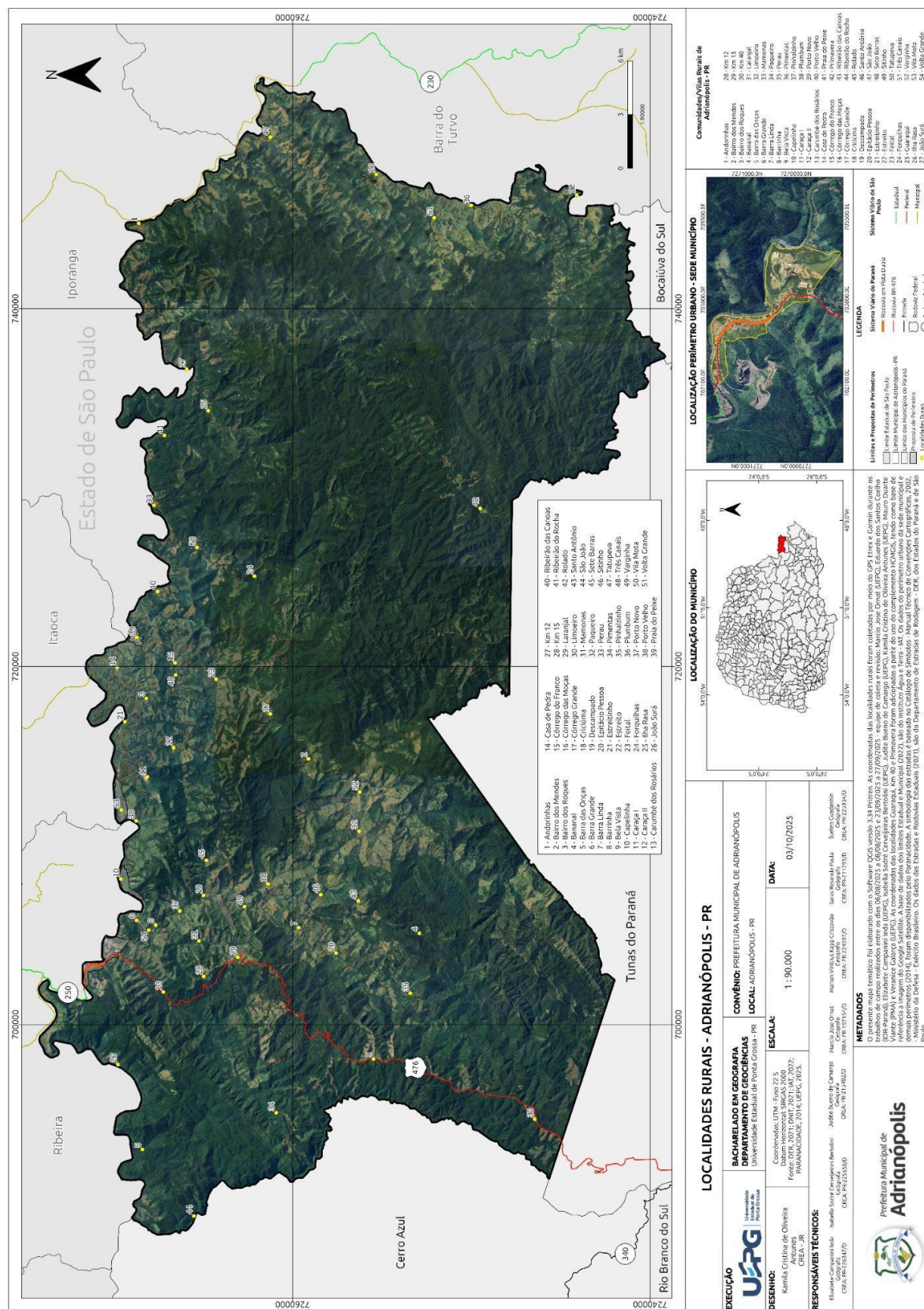
SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**: período 2022-2023. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2024. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/13d00222.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

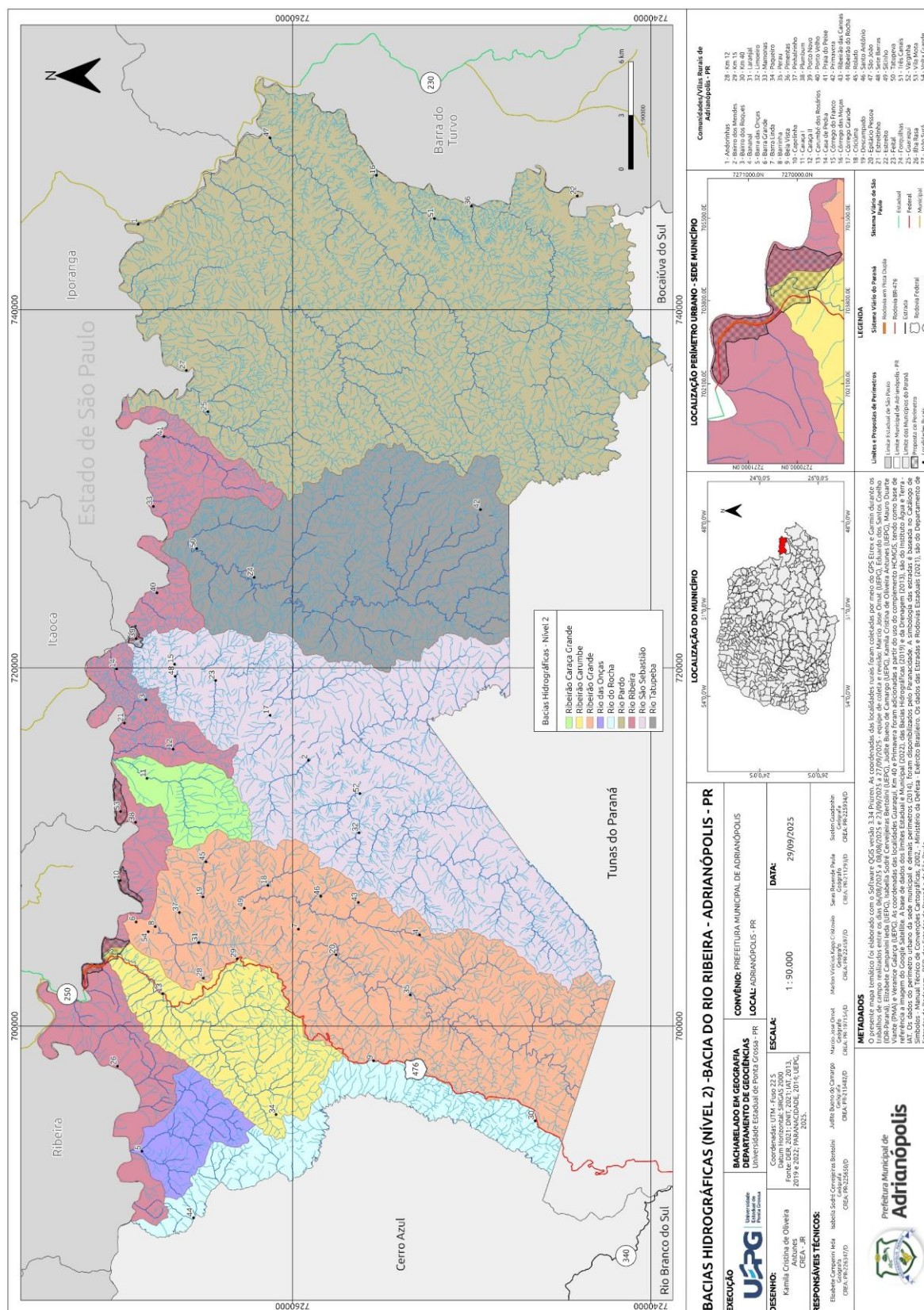
VINHEDO. **Arquivo 2**. Vinhedo: Prefeitura Municipal de Vinhedo, 2019. Disponível em: <https://vinhedo.sispref.com.br/arquivo?ld=108465>. Acesso em: 30 out. 2025.

VILLAÇA, F.. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://pdpjuazeiro.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/flc3a1vio-villac3a7a-as-ilusoes-do-pd.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

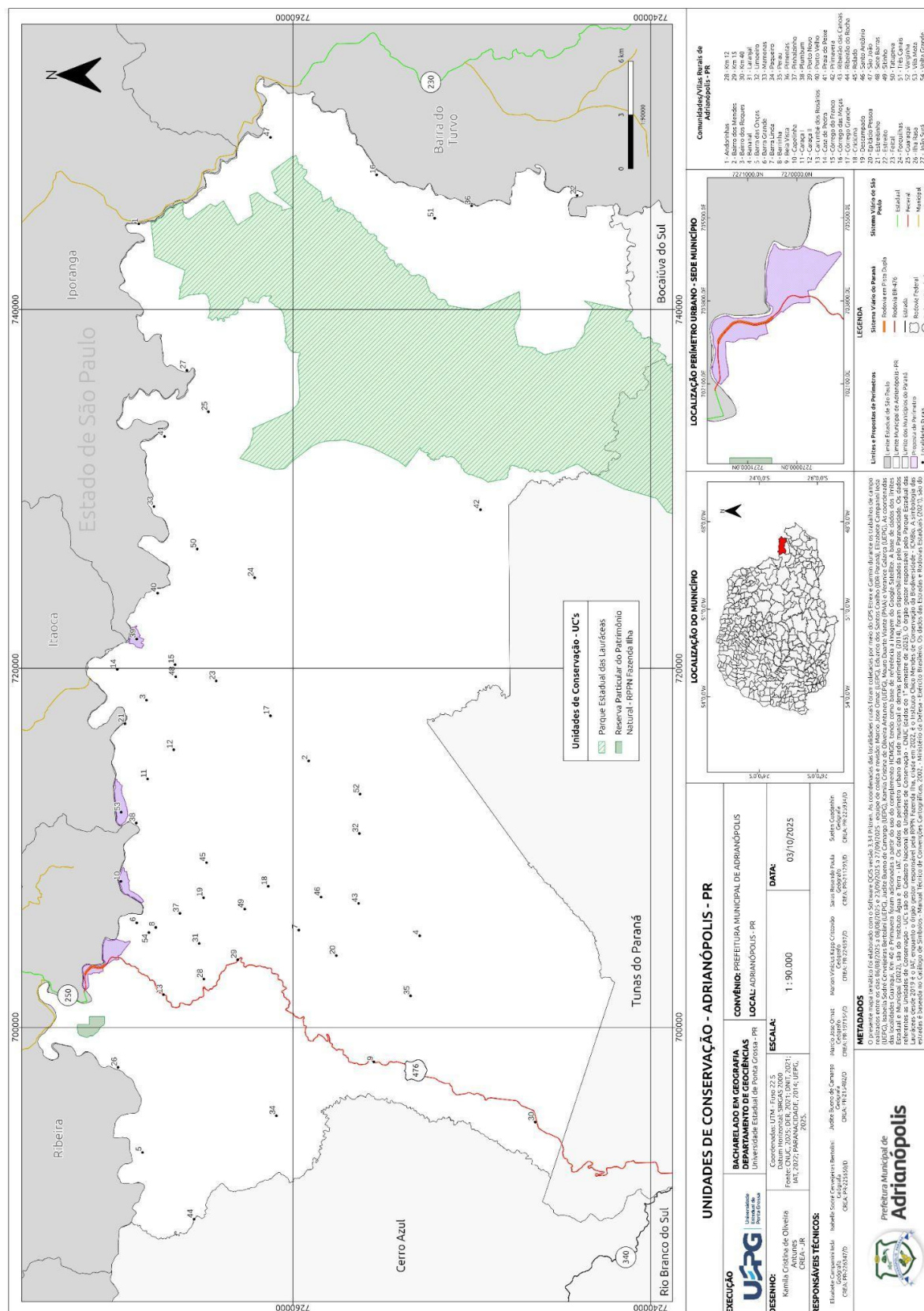
VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. Disponível em: <https://sites.usp.br/projeto4_iauusp/wp-content/uploads/sites/613/2020/03/VILLA%C3%87A-FI%C3%A1vio_Espa%C3%A7o-intra-urbano-no-Brasil_2ed_S%C3%A3o-Paulo_Livros-Studio-Nobel_2001.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

**APÊNDICE A - Mapa referente a Localização do Município e Localidades
Presentes em Adrianópolis - PR.**

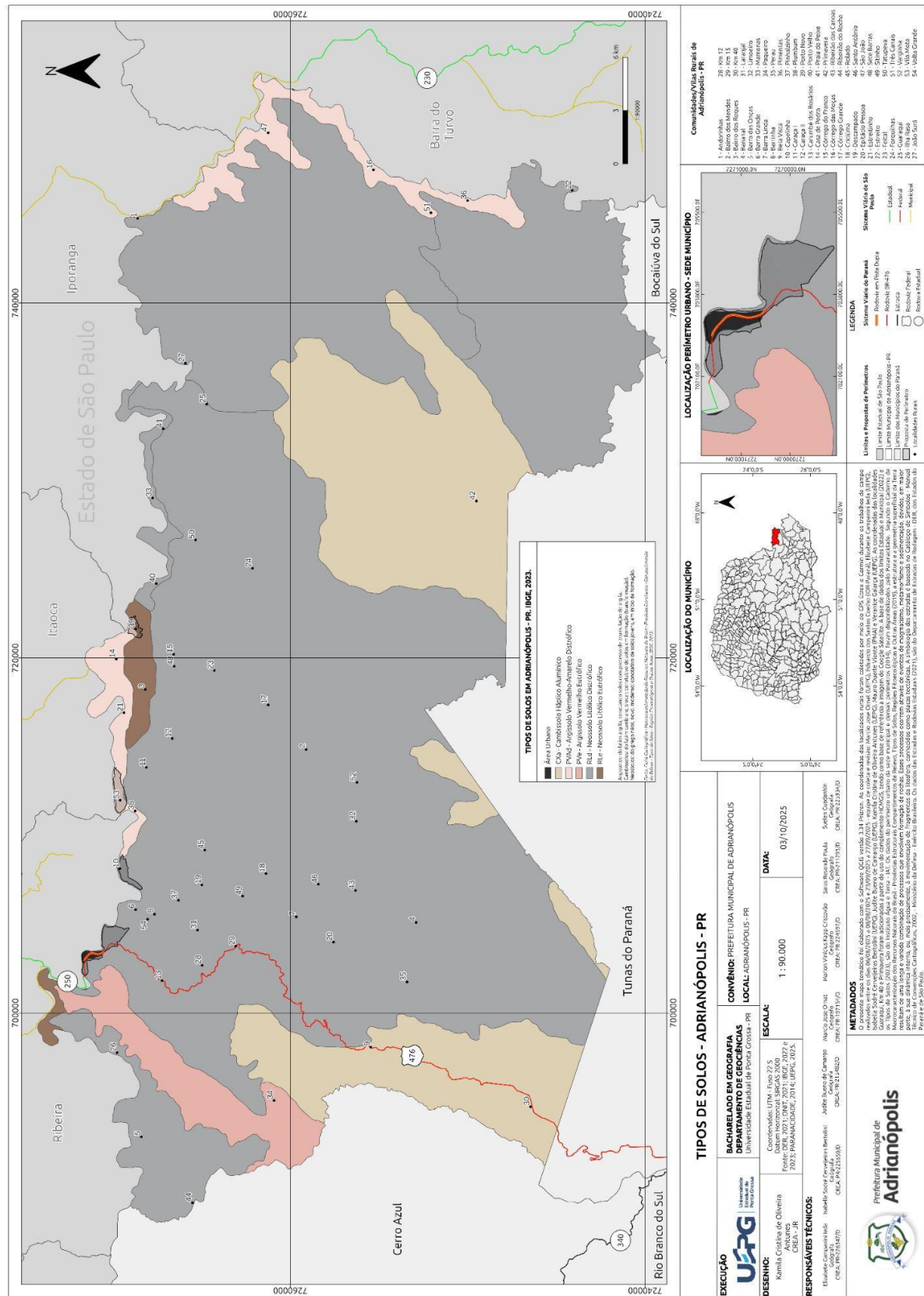




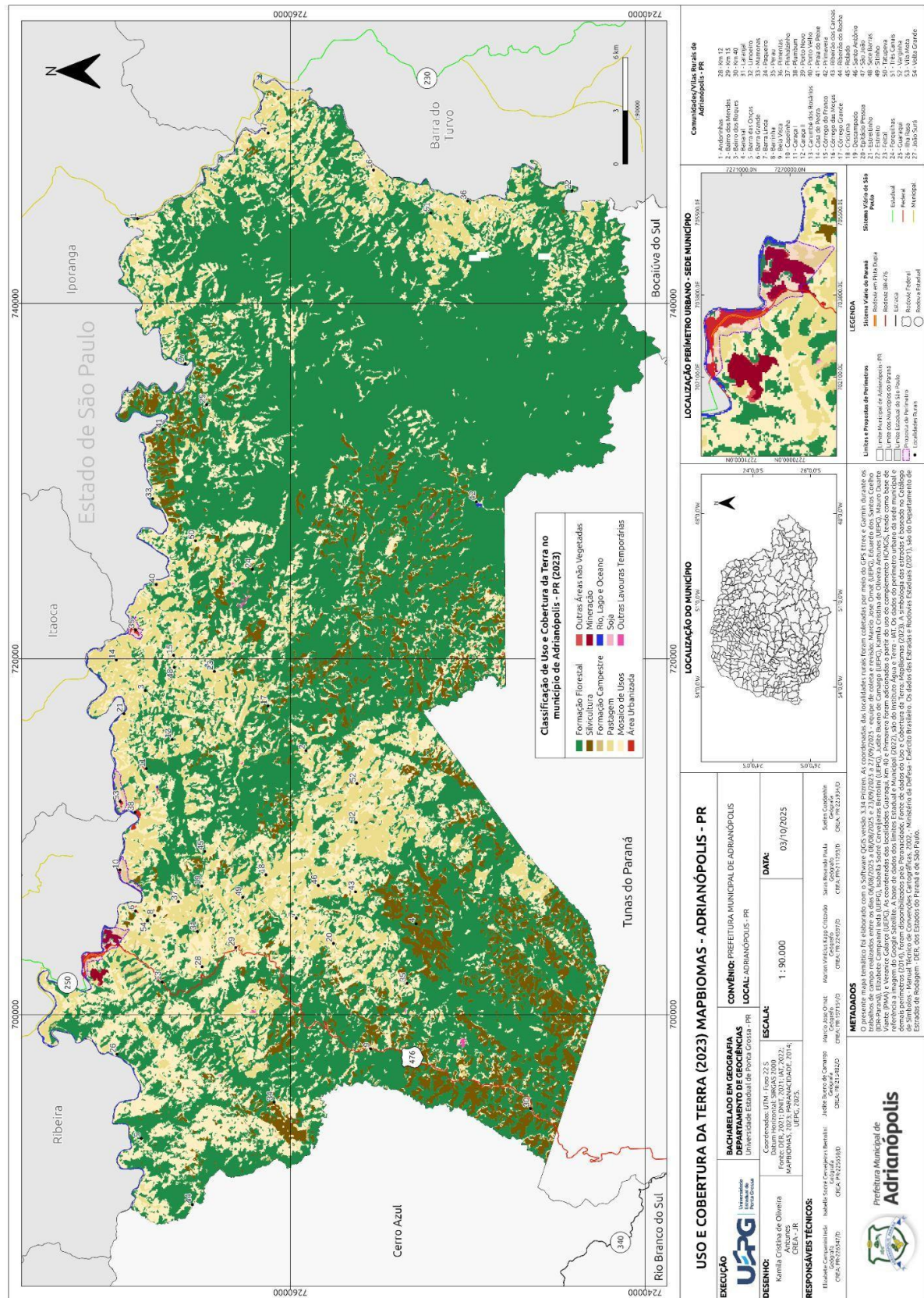
APÊNDICE C - Mapa referente às Unidades de Conservação presentes no Município de Adrianópolis - PR.



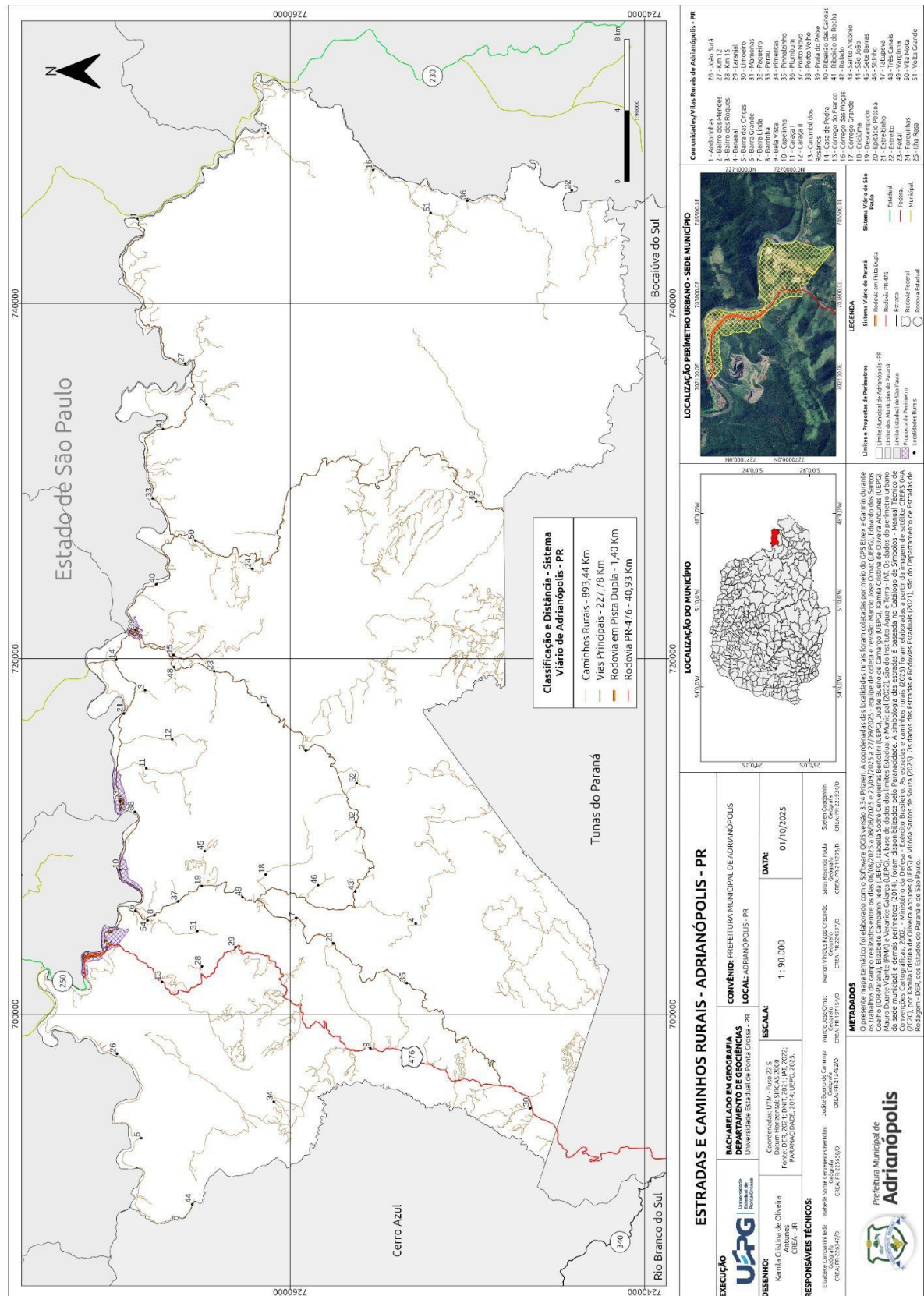
APÊNDICE D - Mapa referente aos Tipos de Solos presentes no Município de Adrianópolis - PR.



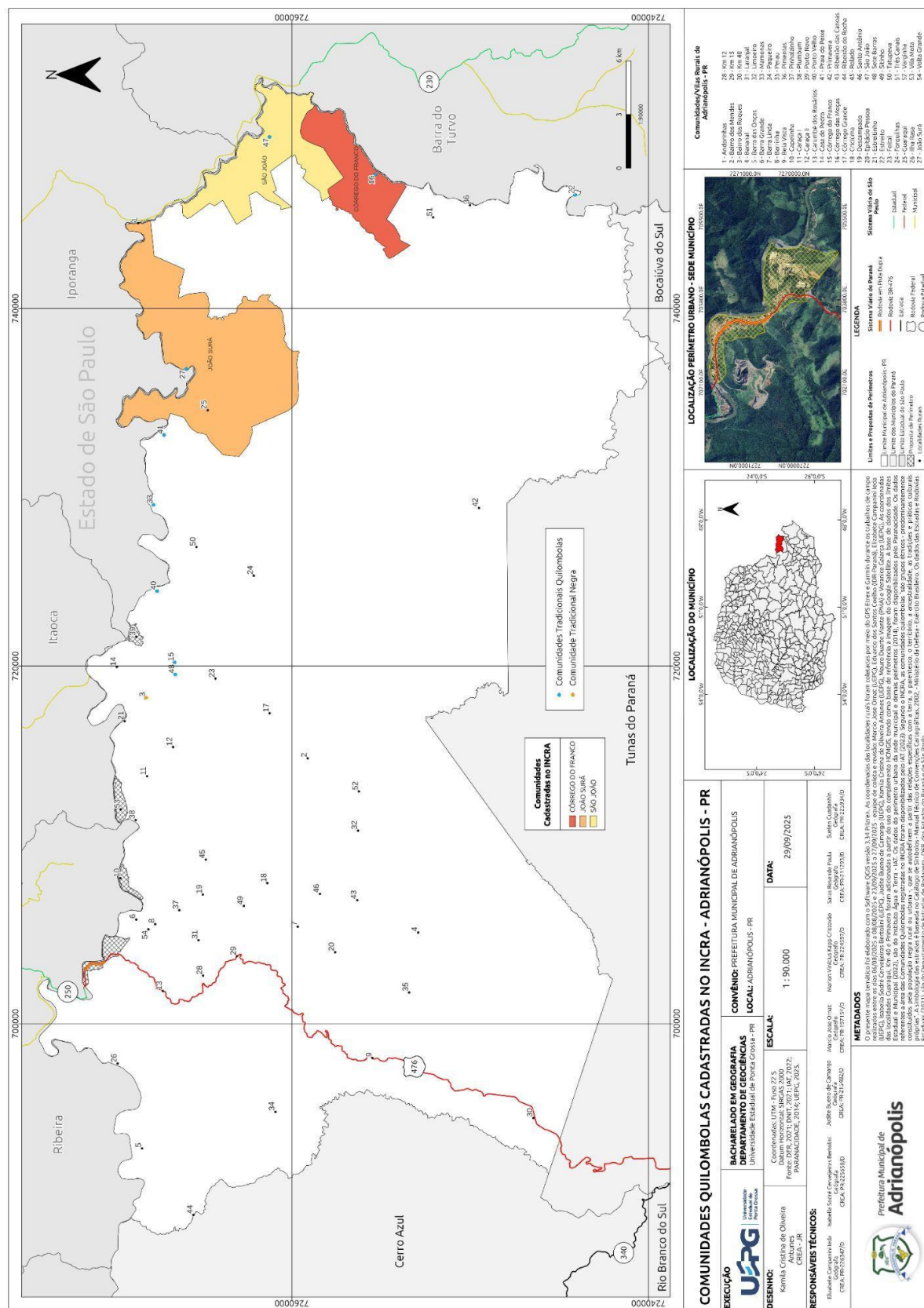
APÊNDICE E - Mapa referente ao Uso e Cobertura da Terra (2023) no Município de Adrianópolis - PR.



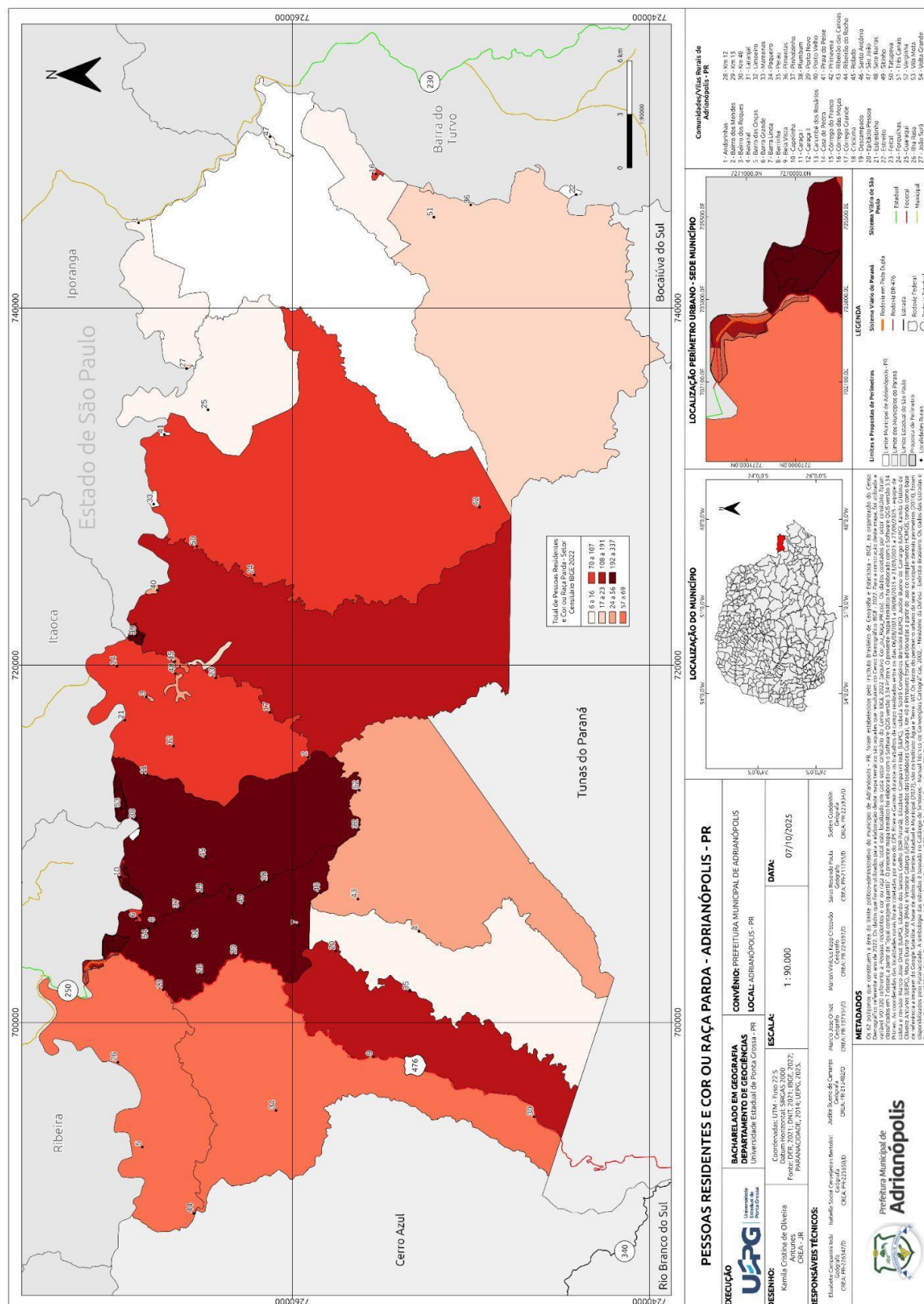
APÊNDICE F - Mapa referente às Estradas e Caminhos Rurais do Município de Adrianópolis - PR.



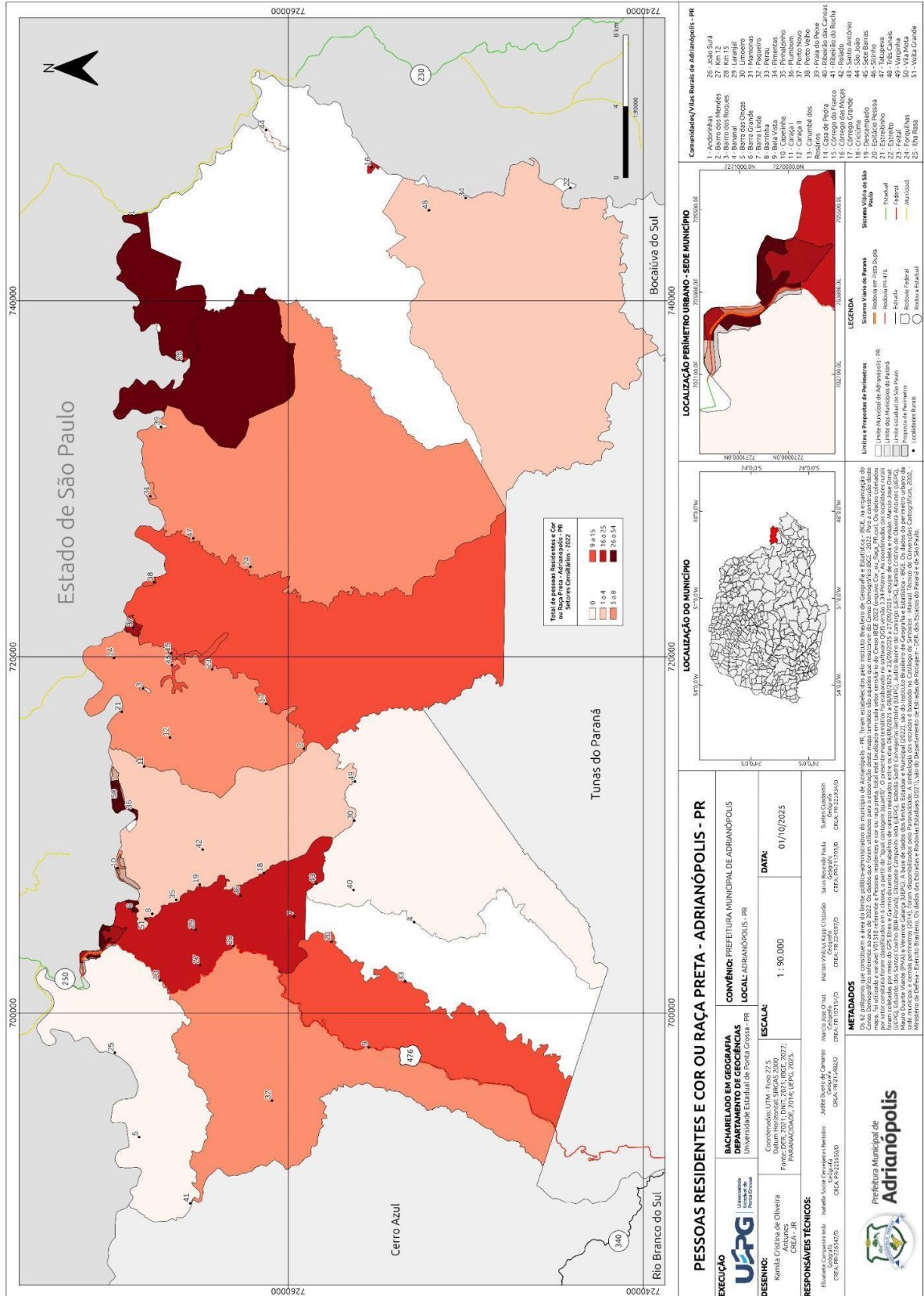
APÊNDICE G - Mapa referente às Comunidades Quilombolas cadastradas no INCRA em Adrianópolis - PR.



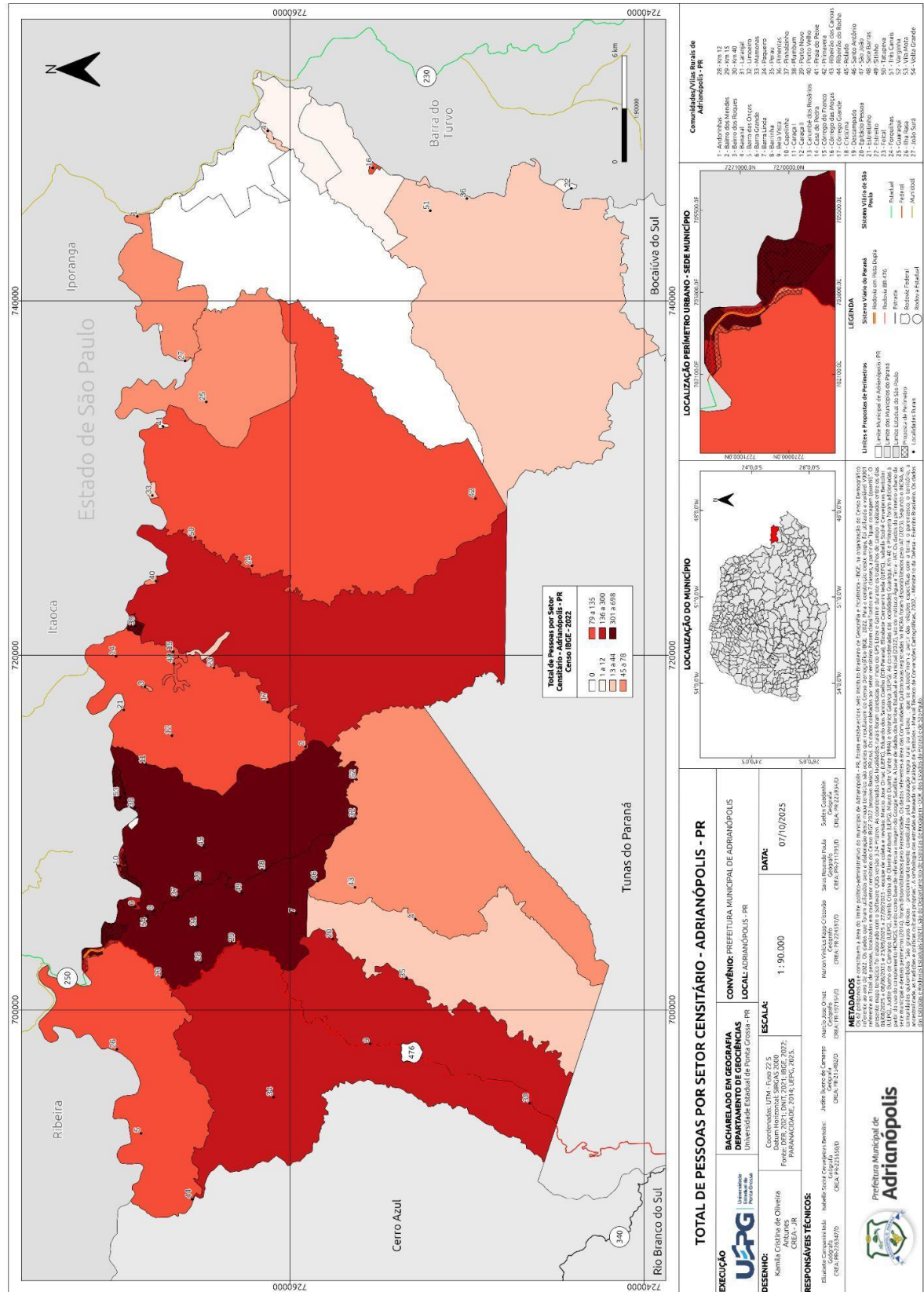
APÊNDICE H - Mapa referente às Pessoas Residentes e Cor ou Raça Parda em Adrianópolis - PR (Censo 2022).



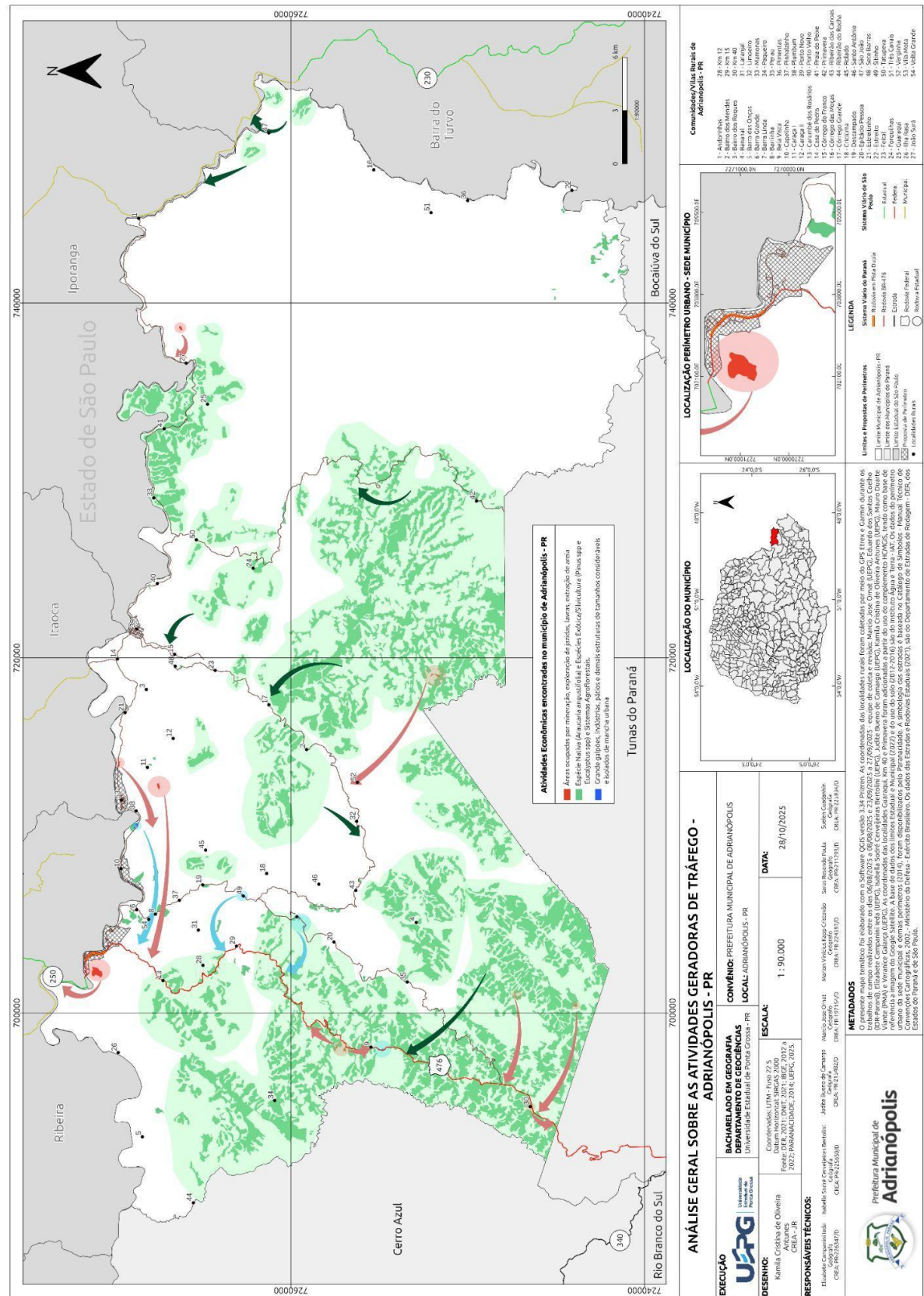
APÊNDICE I - Mapa referente às Pessoas Residentes e Cor ou Raça Preta em Adrianópolis - PR (Censo 2022).



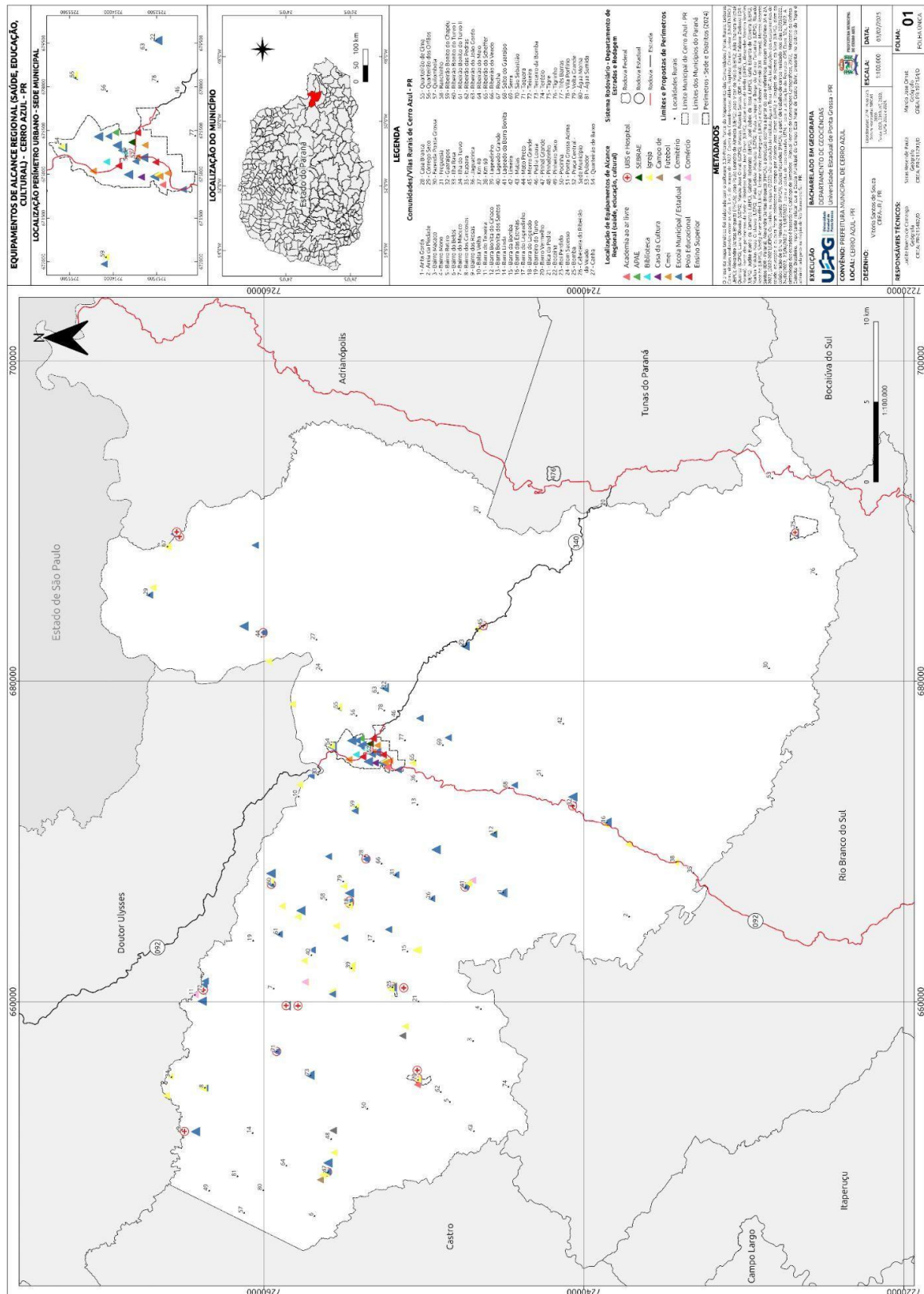
APÊNDICE J - Mapa referente ao Total de Pessoas presentes em cada Setor Censitário em Adrianópolis - PR (Censo 2022).



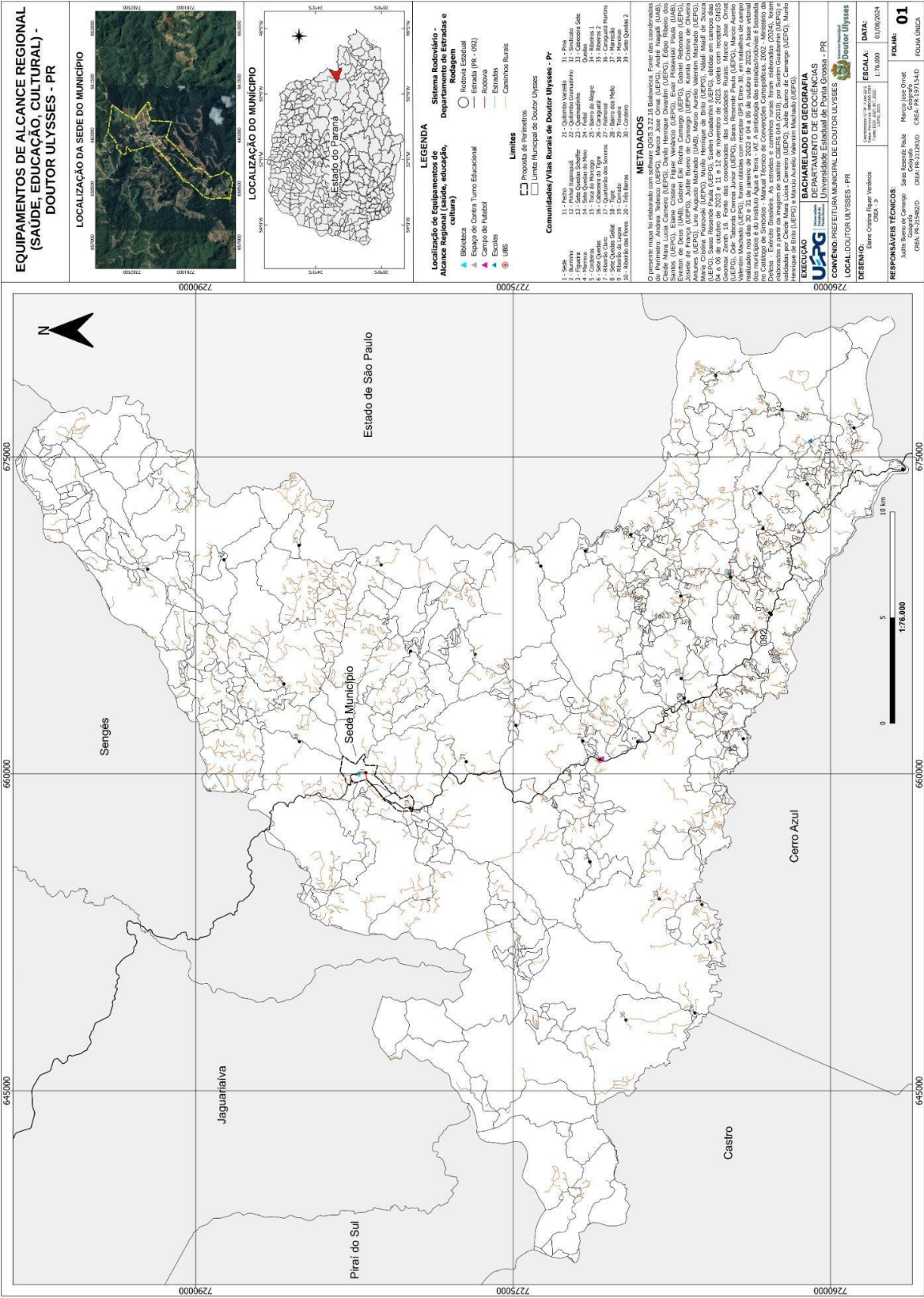
APÊNDICE K - Mapa referente à Análise Geral sobre as Atividades Geradoras de Tráfego em Adrianópolis - PR.



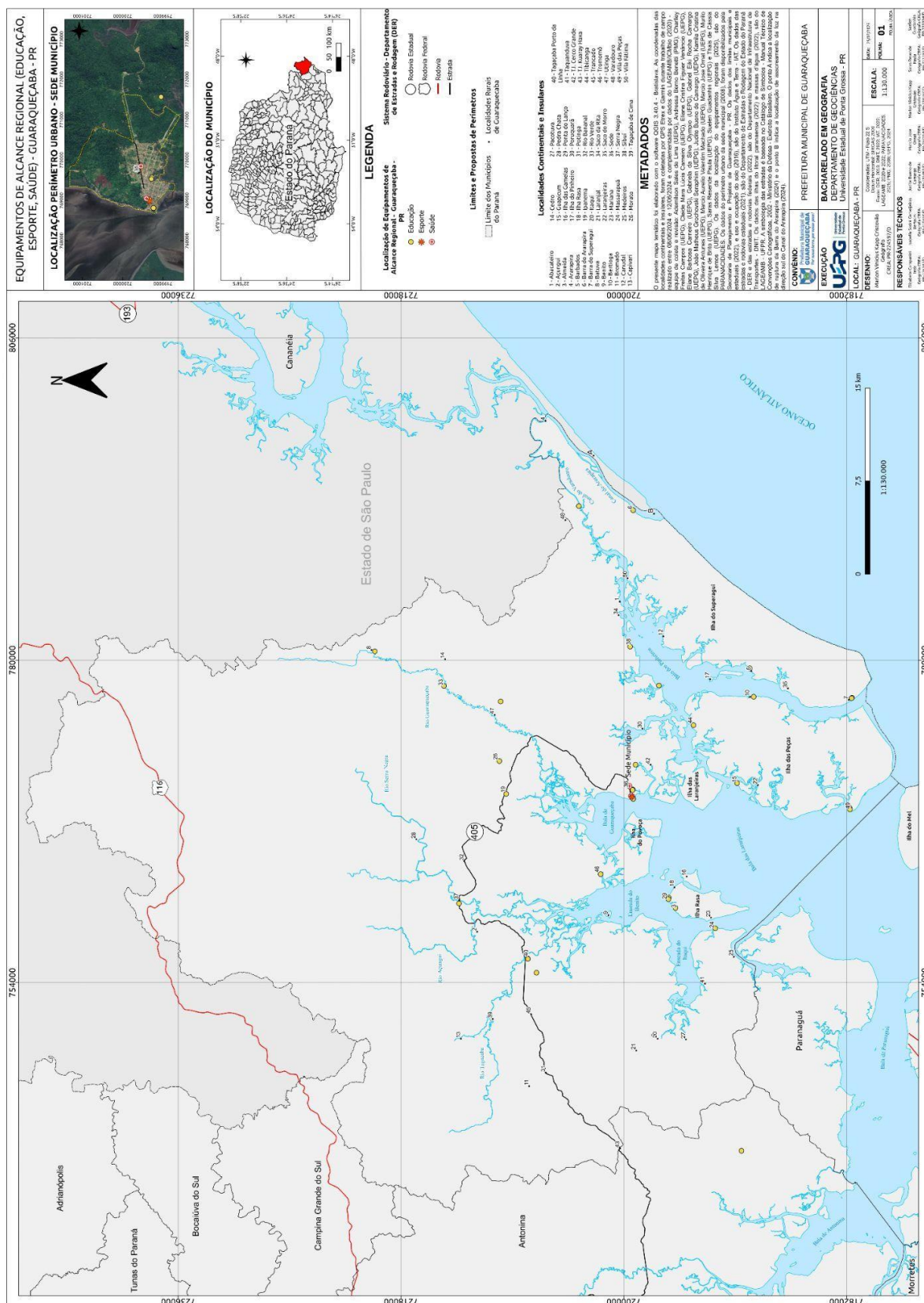
APÊNDICE L - Mapa referente à Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional no Município de Cerro Azul - PR.



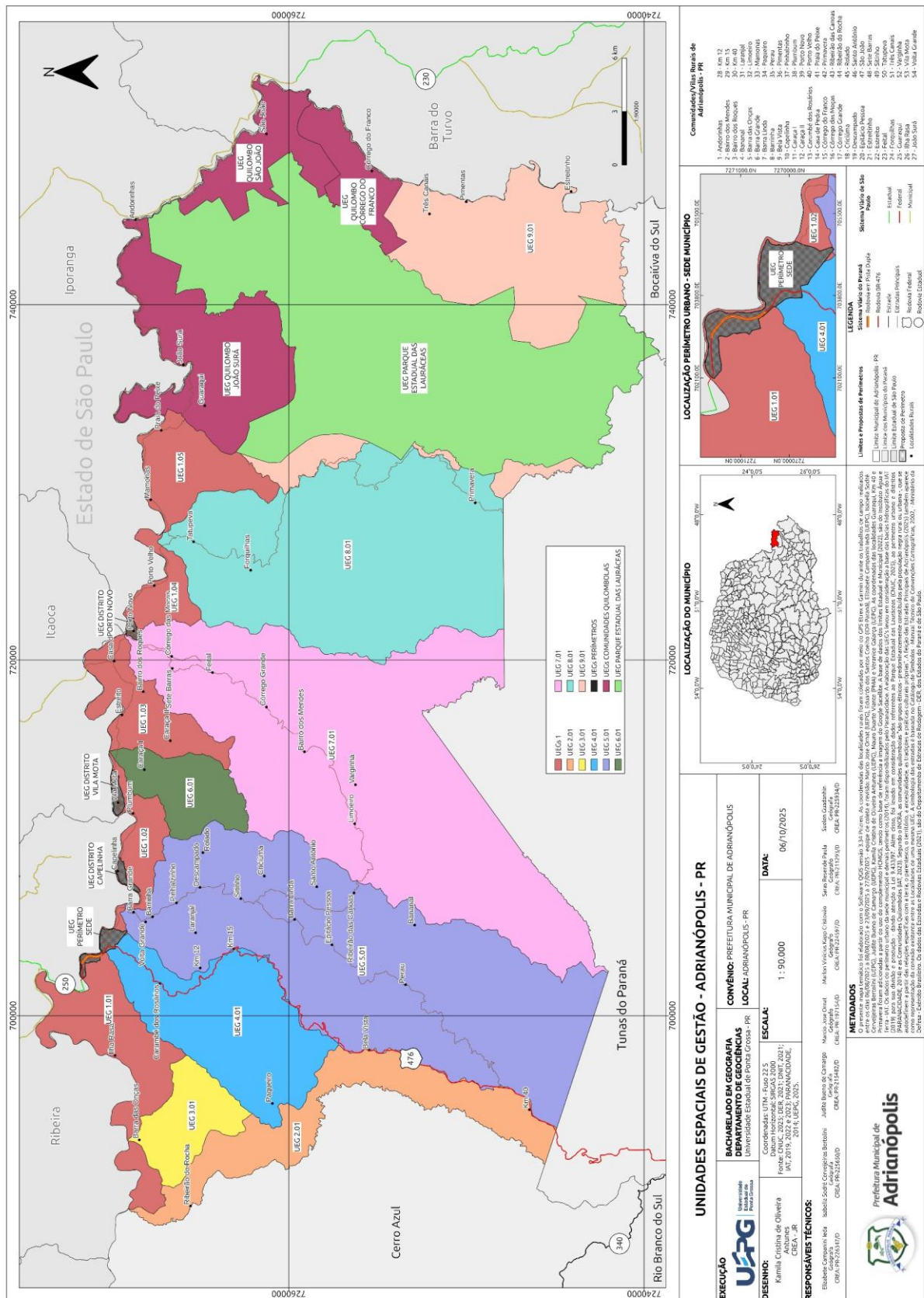
APÊNDICE M - Mapa referente à Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional no Município de Doutor Ulysses - PR.



APÊNDICE N - Mapa referente à Distribuição dos Equipamentos de Alcance Regional no Município de Guaraqueçaba - PR.



**APÊNDICE O - Mapa referente às Unidades Espaciais de Gestão (UEGs)
de Adrianópolis - PR.**



APÊNDICE P - Relação Localidade por UEG - Adrianópolis - PR.

UEG 1.01	Ilha Rasa
UEG 1.02	Pumbum
UEG 1.03	Estreito, Casa de Pedra, Bairro dos Roques e Caraça II
UEG 1.04	Porto Velho
UEG 1.05	Mamonas e Praia do Peixe
UEG 2.01	Ribeirão do Rocha e Km 40
UEG 3.01	Barra das Onças
UEG 4.01	Carumbé dos Rosários, Paqueiro e Km 15
UEG 5.01	Barra Grande, Volta Grande, Barrinha, Pinhalzinho, Km 12, Laranjal, Descampado, Rolado, Sitinho, Criciúma, Barra Linda, Santo Antônio, Epitácio Pessoa, Ribeirão das Canoas, Bela Vista, Perau e Bananal
UEG 6.01	Caraça I
UEG 7.01	Sete Barras, Córrego das Moças, Feital, Córrego Grande, Bairro dos Mendes, Varginha e Limoeiro
UEG 8.01	Tatupeva, Forquilhas e Primavera
UEG 9.01	Três Canais, Pimentas e Estreitinho
UEG Quilombo João Surá	Guaraqui, João Surá e Andorinhas
UEG Quilombo São João	São João
UEG Quilombo Córrego do Franco	Córrego do Franco
UEG Perímetro Urbano	Sede
UEG's Distritos	Capelinha, Vila Mota e Porto Novo

Org. : a autora, 2025.

Nota: A UEG Parque Estadual das Lauráceas não abrange nenhuma comunidade em seu recorte espacial, por isso não está inclusa na tabela acima.